

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JÚLIA DA SILVA RIGO

**A ROTATIVIDADE DE ESTUDANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UFV:
O SISU E AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA**

SÃO CARLOS
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JÚLIA DA SILVA RIGO

**A ROTATIVIDADE DE ESTUDANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UFV:
O SISU E AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes.

SÃO CARLOS
2022

da Silva Rigo, Júlia

A rotatividade de estudantes nos cursos de graduação na UFV: : o SiSU e as estratégias de acesso e permanência / Júlia da Silva Rigo -- 2022. 205f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes

Banca Examinadora: Profa. Dra. Débora Cristina Piotto, Profa. Dra. Raisia Maria de Arruda Martins, Prof. Dr. Flávio Caetano da Silva, Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos

Bibliografia

1. Educação Superior. 2. Acesso e Permanência. 3. Política educacional. I. da Silva Rigo, Júlia. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Julia da Silva Rigo, realizada em 09/08/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes (UFSCar)

Profa. Dra. Débora Cristina Piotto (USP)

Profa. Dra. Raisal Maria de Arruda Martins (UFES)

Prof. Dr. Flávio Caetano da Silva (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Dedico esta tese a UFV, da qual fiz parte e é grande responsável pela minha admiração a universidade pública.

AGRADECIMENTOS

Chego ao final de mais uma etapa da minha vida acadêmica e, por vezes, em meio às minhas mudanças de cidade e trabalho, parecia quase impossível concluir o Doutorado. Porém, não me faltaram fé e muita perseverança para dar continuidade aos estudos. E para que esse sonho fosse alcançável algumas pessoas e instituições foram imprescindíveis, por isso já adianto meu eterno agradecimento.

À Universidade Federal de Viçosa, instituição pela qual carrego um carinho imenso no coração. Nela tive a oportunidade de estudar e realizar minha graduação e meu mestrado, além de conhecer pessoas que marcaram a minha trajetória acadêmica e minha vida. Deixo meu agradecimento aos funcionários do Registro Escolar UFV por disponibilizarem todos os dados necessários para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço ao Fred e à Heloisa, professores que tive o privilégio de ter como orientadores no mestrado e que, mesmo de longe, se fazem presentes em meus estudos. Muito dos ensinamentos que eu aprendi com eles, ao longo das orientações, ainda levo para a construção dos meus trabalhos e para o desenvolvimento da minha vida acadêmica e profissional.

À Universidade Federal de São Carlos, instituição tão sonhada por mim para estudar, agradeço muito pela oportunidade do ingresso e de conhecer pessoas tão especiais, como os integrantes do Grupo de Pesquisa Sociologia, Trabalho e Educação, os colegas da turma da Pós-Graduação em Educação (em especial Raquel e Leandro, que tornam grandes amigos) e os professores que me ajudaram a aprofundar os estudos em relação à Sociologia da Educação e à Educação Superior.

À minha orientadora, professora Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, pessoa tão humana e compreensiva, a partir das suas orientações, com muita paciência e zelo, me proporcionou muitos conhecimentos para que fosse possível o desenvolvimento e a conclusão deste estudo.

Aos professores Dr.^a Débora Cristina Piotto, Dr. Flávio Caetano da Silva e Dr.^a Raísa Maria de Arruda pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e por aceitarem o convite para participar da banca de defesa. Estendo esse agradecimento à professora Maria Cristina Santos por aceitar o convite para compor minha banca de defesa.

Aos meus familiares (irmã, mãe e pai, obrigada por tudo!), em especial meu marido, Francisco, por ser tão companheiro em meio a tantas dificuldades, sempre muito

atencioso e paciente comigo. Fico muito feliz em ter você ao meu lado para compartilharmos mais essa conquista. Você é tudo para mim!

Agradeço às minhas amigas, em especial Bia, Lorena e Van por deixarem essa jornada mais leve. À CAPES, aos participantes deste estudo e às pessoas que me apoiaram e colaboraram na realização e na conclusão desta tese.

Minha eterna gratidão a todos vocês!

Esperança de que a vida pode ser melhor pela educação.

(Autor desconhecido)

RESUMO

A educação superior no Brasil tem passado por diversas mudanças e várias políticas públicas foram desenvolvidas para a promoção do acesso, como também para a permanência dos estudantes nas instituições do setor privado e público. Tais políticas influenciaram algumas ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) a partir de 2009. Algumas transformações ocorreram no processo de ingresso à Instituição, devido a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), colocando por extinto, em 2016, o Vestibular Tradicional. Nesse contexto, este estudo teve por objetivo identificar e analisar as influências do SiSU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes na educação superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SiSU, a partir do caso da UFV. A pesquisa se caracterizou como qualitativa, com procedimentos de coleta de dados de campo (entrevistas), documentais e bibliográficos, estando fundamentada teoricamente em Pierre Bourdieu e outros autores, como Alain Coulon, Bernard Lahire e Maria Alice Nogueira. Os procedimentos metodológicos tiveram início com o levantamento e análise de documentos oficiais de âmbito nacional, como decretos, leis normativas e consultas a documentos da Universidade para maior compreensão do cenário das políticas públicas voltadas à educação superior. Em seguida, realizamos o levantamento dos dados referentes aos cursos de graduação: o número de estudantes que entraram e quantos mudaram de curso dentro da UFV dos cinco cursos com maior índice de candidato por vaga de cada centro de ciências (Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte), totalizando 20 cursos. A partir da análise e tabulação dos dados, identificamos os quatro cursos com maior índice de mudança de curso dentro da UFV no período de 2016 a 2018, que foram: Engenharia Agrícola Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH). Em seguida, solicitamos à Universidade os dados referentes ao perfil social e escolar de todos os estudantes que ingressaram nesses cursos. Com base no levantamento dos dados, elaboramos roteiros de entrevistas que foram utilizados com cinco estudantes que ingressaram em 2016, pelo SiSU, e que mudaram de curso até o segundo semestre letivo de 2018. Também foi utilizado um questionário on-line com os coordenadores dos quatro cursos, a fim de conhecer e compreender a relação do SiSU com a rotatividade dos estudantes. Os resultados indicaram um alto índice de mudança de curso, principalmente no primeiro ano. A rotatividade realizada pelos estudantes não aconteceu somente para graduações da mesma área, apresentando uma diversidade de movimentação. Evidenciou-se que a opção pela mudança de curso dentro da Instituição aconteceu como uma estratégia para alcançar o curso desejado e que a adesão ao SiSU estimula tal ação, uma vez que amplia a probabilidade de uma escolha mais assertiva. Dessa forma, concluímos, com base no referencial teórico adotado, que a rotatividade dos estudantes dentro da UFV está correlacionada com a escolha do curso, processo delimitado pelo campo dos possíveis. O SiSU tende a orientar os sujeitos a desejarem o que é provável dentro da sua classe de origem e das vivências acadêmicas. Tais escolhas têm sido reorientadas na busca pela permanência na Instituição.

Palavras-chave: Educação Superior. Acesso e Permanência. Política educacional.

ABSTRACT

Higher education in Brazil has undergone several changes and several public policies have been developed to promote access, as well as for the permanence of students in private and public sector institutions. Such policies influenced some actions developed by the Federal University of Viçosa (UFV) from 2009. Some transformations occurred in the admission process to the Institution, due to the implementation of the Unified Selection System (SiSU), putting the Vestibular in 2016 out of existence. Traditional. In this context, this study was made to identify and analyze the influences of SiSU in the definition of strategies for access and retention of students in higher education, with the aim of understanding the correlation between student turnover in courses and SiSU, based on the case of UFV. The research was characterized as qualitative, with field data collection procedures (interviews), documentary and bibliographic, being theoretically based on Pierre Bourdieu and collaborators, Alain Coulon, Bernard Lahire and Maria Alice Nogueira. The methodological procedures began with the survey and analysis of official documents of national scope, such as decrees, normative laws and consultations with University documents for a better understanding of the scenario of public policies for higher education. Then, we carried out a survey of data referring to undergraduate courses: the number of students who entered and how many changed courses within the UFV of the five courses with the highest rate of applicant per vacancy in each science center (Agrarian Science Center, Biological and Health Science Center, Technological and Exacts Science Center, Human, Letters and Art Science Center), totaling 20 courses. From the analysis and tabulation of the data, we identified the four courses with the highest rate of course change within the UFV from 2016 to 2018, which were: Environmental Agricultural Engineering (CCA), Nursing (CCB), Mathematics (CCE) and Early Childhood Education (CCH). Then, we asked the University for the social and school data profile of all students who entered these courses. Based on the data collection, we prepared interview scripts that were used with five students who entered in 2016, through SiSU, and who changed courses until the second semester of 2018. An online questionnaire was also used with the coordinators of these four courses, in order to know and understand the relationship between SiSU and student turnover. The results indicated a high rate of course change, especially in the first year. The turnover performed by the students did not happen only for graduations in the same area, presenting a diversity of movement. It was evidenced that the option for changing the course within the Institution happened as a strategy to achieve the desired course and that joining the SiSU stimulates such action, since it increases the probability of a more assertive choice. Thus, we conclude, based on the theoretical framework adopted, that the turnover of students within the UFV is correlated with the choice of course, a process delimited by the field of possibilities. SiSU tends to guide subjects to desire what is likely within their class of origin and academic experiences. Such choices have been reoriented in the search for permanence in the Institution.

KEYWORDS: Higher education. Access and Permanence. Educational politics.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento do número de instituições de educação superior de 1997 a 2003 no Brasil.....	35
Gráfico 2 – Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011.....	37
Gráfico 3 – Número de inscritos no ENEM no período de 1998 a 2021.....	40
Gráfico 4 – Número de Universidades Federais, segundo adesão integral ao SiSU, por regiões brasileiras no período de 2011-2014.....	48
Gráfico 5 – Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010 – Brasil - 2010-2019.....	55
Gráfico 6 – A forma de ingresso dos estudantes nos cursos de graduação da UFV em 2016.....	104
Gráfico 7 – Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016 nos cursos de graduação na UFV pelo SiSU.....	118
Gráfico 8 – Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016 no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) na UFV pelo SiSU.....	119
Gráfico 9 – Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016 no curso de Enfermagem (CCB) na UFV pelo SiSU.....	120
Gráfico 10 – Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016 no curso de Licenciatura em Matemática (CCE) na UFV pelo SiSU.....	121
Gráfico 11 – Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016 no curso de Educação Infantil (CCH) na UFV pelo SiSU.....	122

Gráfico 12 – Período de permanência dos estudantes que ingressaram em 2016, pelo SiSU, e mudaram de curso até 2018/2.....123

LISTA DE GRAFOS

Grafo 1 – Rotatividade dos estudantes que ingressaram nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), em 2016 até o final de 2018.....	125
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modalidades de acesso aos cursos de educação superior da UFV, segundo a Lei 12.711 de 2012, em 2016.....	50
Quadro 2 – Modalidades de acesso aos cursos de educação superior da UFV, segundo a Lei 12.711 de 2012 e n. 13.409 de 2016, em 2020.....	51
Quadro 3 – Principais informações fornecidas pelos alunos entrevistados para a investigação sobre a mudança de curso.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFV	85
Tabela 2 – Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) da UFV.....	86
Tabela 3 – Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Exatas (CCE) da UFV.....	86
Tabela 4 – Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Humanas (CCH) da UFV.....	87
Tabela 5 – Os cursos de graduação com maiores índices de mudança de cada Centro de Ciências da UFV.....	88
Tabela 6 – Vagas oferecidas nos cursos de graduação por modalidade de concorrência e campus.....	92
Tabela 7 – A forma de admissão dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016 na UFV nos cursos de graduação selecionados.....	105
Tabela 8 – Identificação do sexo dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016, na UFV, dos cursos de graduação selecionados.....	107
Tabela 9 – Identificação da cor-raça dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016, na UFV, dos cursos de graduação selecionados.....	108
Tabela 10 – Idade de entrada dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016, na UFV, dos cursos de graduação selecionados.....	109
Tabela 11 – O estado de origem dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016, na UFV, dos cursos de graduação selecionados.....	111

Tabela 12 – Renda familiar dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016, na UFV, dos cursos de graduação selecionados.....	112
Tabela 13 – Relação do tipo de escola cursada no Ensino Médio dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016 na UFV dos cursos de graduação selecionados.....	113
Tabela 14 – Nível de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes ingressantes pelo SiSU em 2016, na UFV, dos cursos de graduação selecionados.....	114
Tabela 15 – Cursos de origem e de destino dos estudantes até o segundo semestre de 2018	126
Tabela 16 – Auxílios, bolsas e serviços concedidos aos estudantes de graduação, em 2017, na UFV.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS, DE SIGLAS E DE SÍMBOLOS

AAA	Associações Atléticas Acadêmicas
Abr.	Mês de abril
Ago.	Mês de agosto
AGG	Agronegócio
AGN	Agronomia
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Art.	Artigo. [Para termos jurídicos]
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAF	Campus Florestal
cap.	Capítulo
CAV	Campus Viçosa
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCE	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCH	Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte
CCP	Ciência da Computação
CEaD	Centro de Educação a Distância
CEC	Ciências Econômicas
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRP	Campus Rio Paranaíba
CONSU	Conselho Universitário
DED	Departamento de Economia Doméstica
DEM	Departamento de Medicina e Enfermagem
Dez.	Mês de dezembro
DF	Distrito Federal
DLZ	Divisão de Esporte e Lazer
DNS	Departamento de Nutrição e Saúde
DRE	Diretoria de Registro Escola

EAA	Engenharia Agrícola e Ambiental
EAB	Engenharia Ambiental
EAL	Engenharia de Alimentos
EBEM	Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo
<i>e-book</i>	<i>Electronic book</i> [Abreviação estadunidense para livro em formato digital]
ECOVALE	Encontro de Comunicação do Vale do São Francisco
ECV	Engenharia Civil
ed.	Edição. [Número de edição de uma obra. Confira Referências]
EFG	Enfermagem
EFL	Engenharia Florestal
EFSB	Bacharelado em Educação Física
EJA	Educação para Jovens e Adultos
<i>e-mail</i>	<i>Electronic mail</i> . [Abreviação estadunidense para a expressão correio eletrônico]
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EnPED	Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância
EPR	Engenheira de Produção
ES	Espírito Santo
ESAV	Ensino Superior de Agricultura e Veterinária
Fev.	Mês de fevereiro
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GCO	Cooperativismo
GO	Goiás
GT 03	Grupo de trabalho - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos
GT 11	Grupo de trabalho - Política da Educação Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
<i>In</i>	Abreviação latina de expressão neutra para em [Confira Referências]
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INF 100	Introdução a programação I
Jan.	Mês de janeiro
Jul.	Mês de julho
Jun.	Mês de junho

L	Licenciatura
LCB	Licenciatura em Ciências Biológicas
LCM	Licenciatura em Matemática
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDH	Laboratório de Desenvolvimento Humano
LDI	Laboratório de Desenvolvimento Infantil
Mai.	Mês de maio
Mar.	Mês de março
MAT 105	Fundamentos de matemática elementar I
MAT 206	Fundamentos de matemática elementar I
MEC	Ministério da Educação
MED	Medicina
MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
MTM	Matemática
n.	Número
Org.	Organização de. [Para obras organizadas por um/uma autor/a. Confira Referências]
Out.	Mês de outubro
p.	Página. [Referente a textos publicados em diversos suportes. Confira Referências]
PASES	Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCD	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PDPL	Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PED	Pedagogia
PET	Programa de Educação Tutorial
PNAD	Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PR	Paraná
PRE	Pró-reitora de Ensino

PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RJ	Rio de Janeiro
R\$	Real. [Unidade monetária brasileira em vigor desde 01º de julho de 1994]
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAT	<i>Scholastic Aptitude Test</i> [Abreviação estadunidense para Teste de Aptidão Escolar]
SES	Serviço Social
SESu	Secretaria de Educação Superior
Set.	Mês de setembro
SIED	Simpósio Internacional de Educação à Distância
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SP	São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TLA	Ciência e Tecnologia de Laticínios
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
Out.	Mês de outubro
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UPI	Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas

v. Volume. [Para periódicos científicos e outros tipos de obras. Confira Referências]

ZOT Zootecnia

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	23
1	INTRODUÇÃO	26
2	O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	34
2.1	Panorama da educação superior brasileira: as políticas públicas de expansão do acesso à educação superior.....	34
2.2	O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).....	39
2.3	Do Vestibular ao Sistema De Seleção Unificado (SiSU).....	45
2.4	Programas de Assistência Estudantil.....	54
3	TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS.....	61
3.1	Apontamentos de estudos sobre as trajetórias escolares.....	61
3.2	A perspectiva bourdieusiana sobre a influência dos capitais nas trajetórias escolares.....	67
3.3	O processo de escolha do curso superior e as vivências acadêmicas.....	72
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	83
4.1	Abordagem de pesquisa.....	83
4.2	Procedimentos de coleta de dados	84
4.3	Lócus da pesquisa: cursos de graduação da UFV.....	91
4.3.1	Os cursos de graduação da UFV selecionados para a pesquisa.....	95
4.4	Procedimentos de análise	98
4.4.1	Categorização dos dados.....	100
5	CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM EM QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UFV, ENTRE 2016 E 2018 E MUDARAM DE CURSOS.....	103
5.1	O ingresso dos estudantes nos cursos de graduação da UFV em 2016.....	103
5.2	O perfil socioeconômico e escolar dos estudantes que ingressaram em 2016.....	107
5.3	Situação acadêmica dos estudantes de graduação da UFV em 2018/2.....	116

6	A ROTATIVIDADE DOS ESTUDANTES DE QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFV NO PERÍODO DE 2016 A 2018	133
6.1	Os estudantes entrevistados.....	133
6.2	O SiSU e as estratégias de acesso à educação superior.....	137
6.3	A rotatividade dos estudantes: desejos ou sobrevivência?	145
6.4	Permanência e vivências acadêmicas.....	154
6.5	A rotatividade dos estudantes na UFV na perspectiva institucional.....	157
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
	REFERÊNCIAS.....	169
	ANEXOS	184
	ANEXO A.....	184
	ANEXO B.....	188
	ANEXO C.....	192
	APÊNDICES.....	194
	APÊNDICE A.....	194
	APÊNDICE B.....	200
	APÊNDICE C.....	202

APRESENTAÇÃO

O estudo sobre as trajetórias acadêmicas envolve a análise dos percursos escolares dos estudantes, no interior dos sistemas educativos, nesse caso, da educação superior pública brasileira, juntamente com os aspectos sociais e econômicos. No entanto, antes de apresentar qualquer informação, é importante evidenciar os meus interesses no estudo que aqui apresento e que julgo entrelaçados com minha trajetória na universidade pública.

O interesse pelos estudos relacionados às trajetórias acadêmicas dos estudantes na educação superior originou-se ainda durante o meu percurso como estudante de graduação do curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no qual ingressei no ano de 2009 e concluí em março de 2014, data da minha colação de grau. As disciplinas cursadas e as experiências vivenciadas na Instituição me levaram a refletir sobre as políticas públicas criadas durante esses anos, para toda a educação superior.

Ao longo desses anos, como estudante de graduação, os estudos relacionados a essa temática sempre me instigaram muito. Meu primeiro contato direto com a temática ocorreu em 2011, ao cursar a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior. Essa disciplina tinha como objetivo o estudo da estrutura e do funcionamento da universidade brasileira e o acesso e a expansão da educação superior. Além disso, contava com estudantes de diversos cursos, o que proporcionou uma diversidade de trocas de experiências, ideias e angústias em relação à universidade.

Em 2014, ao ingressar no Mestrado, procurei compreender e problematizar as trajetórias acadêmicas dos estudantes que ingressaram nas licenciaturas noturnas de Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química, criadas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em 2012, na UFV. Tais políticas haviam sido implantadas e desenvolvidas durante minha trajetória na Instituição, o que me possibilitou acompanhar de perto tais mudanças.

O trabalho de Mestrado, defendido em julho de 2016¹, permitiu conhecer e analisar as estratégias de investimento adotadas pelos estudantes, compreendendo: 1) os perfis social e escolar de entrada dos estudantes da turma de 2012, nas licenciaturas noturnas; e 2) as

¹ Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa (UFV), intitulada *Percursos de formação de estudantes de licenciatura noturna na UFV: ENEM, SISU e Evasão*, sob a orientação da Professora Heloisa Raimunda Herneck e coorientação do Professor Frederico Assis Cardoso. A pesquisa contou com o financiamento da CAPES/CNPq (RIGO, 2016).

condições do acesso, mas principalmente as condições de permanência e os motivos do abandono daqueles que saíram do curso de origem, com foco no curso com maior índice de evasão. A investigação fez uso de conceitos como *habitus*, ofício de estudante e trajetórias. As questões e os problemas de pesquisa foram analisados a partir de uma abordagem que envolveu contribuições da Sociologia da Educação de Bourdieu (1994 e 2013) e Coulon (2008).

Nesse desenho, foram adotados procedimentos metodológicos de caráter qualitativo e quantitativo, priorizando o uso de instrumentos de coleta de dados por meio do Registro Escolar da UFV, bem como entrevistas que favoreceram a construção das trajetórias acadêmicas. Entre os anos de 2014 e 2015, foram entrevistados cinco estudantes que ingressaram na licenciatura noturna, em Química, em 2012, por meio do SiSU mas, ao final do segundo semestre de 2015, constava que já não estavam no curso.

Ao ingressar na universidade, os sujeitos enfrentam vários desafios e dificuldades que podem ser algumas das causas da evasão discente. Porém, a evasão assumiu, para cada estudante entrevistado, um significado, uma implicação. Na maioria dos casos, ela foi utilizada como uma estratégia de permanência. Dessa forma, apesar de, diante da Instituição, serem contados como estudantes que já não estão no curso, eles ainda estavam estudando na UFV.

Finalizado o estudo do Mestrado, a partir de leituras realizadas e pensando nas questões do SiSU, especialmente naquelas que versam sobre o impacto desse Sistema no processo de organização das universidades públicas e do processo de escolha dos cursos dos estudantes, surgiu o interesse em aprofundar ainda mais o estudo dessa nova forma de acesso à educação superior.

O interesse em eleger o SiSU como objeto de estudo é, portanto, consequência direta de alguns aspectos encontrados durante a minha pesquisa do Mestrado, particularmente a rotatividade (mudança) dos estudantes nos cursos. Nesse sentido, já me questionava, durante o percurso do Mestrado, a partir de conversas informais com colegas que ainda estavam na graduação e relatavam suas estratégias de permanência dentro da UFV, quanto à possível correlação entre a escolha do curso, a rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação e o SiSU.

A partir dessas inquietações, foi desenvolvida minha proposta de pesquisa para o Doutorado em Educação, na Universidade Federal de São Carlos, a qual teve início no ano de 2018, na Linha de Pesquisa “Estado, Política e Formação Humana”, o que contribuiu não só para o meu crescimento nos estudos da área, mas também com a ampliação do conhecimento

sobre a educação superior e as políticas públicas educacionais que estão sendo desenvolvidas para o acesso e permanência nesse nível de ensino.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da década de 1990, políticas públicas lançadas pelo governo federal resultaram em diversas mudanças na educação superior, referentes à sua estrutura, ao seu ensino, ao acesso e à permanência nas instituições dos setores privado e público (GOMES; MORAES, 2012). Inicialmente, observamos uma tendência de ampliação de instituições privadas. Isso pode ser observado a partir do Decreto n. 2.306, de 1997, que regulamentou a existência de instituições de educação superior privadas, com fins lucrativos, seguindo a lógica neoliberal, que guiou muitas ações do governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) (GOMES, 2003). Outra política pública que surgiu durante esse governo, por meio da Lei n. 10.260, de 2001, foi o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), com o objetivo de financiar a graduação dos estudantes nas instituições privadas, o qual recebeu um grande aumento de investimentos nos governos seguintes (BRASIL, 2001b; 2019b).

No primeiro governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a ampliação do acesso à educação superior ocorreu tanto pelas instituições privadas, a partir, por exemplo, do Programa Universidade para Todos (PROUNI), com o intuito de fornecer bolsas de estudos em instituições privadas, como pelas instituições públicas, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este último trouxe, como um de seus principais objetivos, a ampliação do número de vagas nos cursos de graduação, nas universidades federais, além de ações com intuito de auxiliar a permanência dos estudantes na educação superior.

Com o crescimento do número de vagas nos cursos de graduação e a ampliação das universidades federais, foram desenvolvidas medidas referentes à reestruturação acadêmico-curricular, à inovação pedagógica, às modalidades intra e interinstitucional, ao compromisso social das universidades e à articulação entre graduação e pós-graduação e entre os demais níveis educacionais. Algumas dessas medidas² surgiram devido, principalmente, à preocupação com a qualidade do ensino, já que, com o aumento da oferta de vagas em seus cursos, as universidades passaram a receber um número maior de indivíduos, muitos deles com um novo perfil, de estudantes oriundos, frequentemente, de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis.

² Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para que os estudantes passassem a contar com auxílio para alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esportes e serviços de creche (BRASIL, 2007).

Algumas mudanças também começaram a acontecer no processo de ingresso na educação superior. No ano de 2009, a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou por uma reconfiguração, com o objetivo de incentivar a utilização desse Exame como um mecanismo de seleção para o ingresso nas universidades. Em janeiro de 2010, foi criado, pela Portaria Normativa n. 2, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que corresponde a uma plataforma *online*, que seleciona os candidatos a partir da nota obtida no ENEM. Então, para se inscrever no SiSU de 2010, era necessário que o candidato tivesse realizado o ENEM em 2009. No modelo anterior de seleção para a educação superior, o Vestibular Tradicional³, os sujeitos se inscreviam de acordo com o interesse por um curso, já determinado antes de realizar a prova, ou seja, faziam o exame para o curso que almejavam. Com a implantação do SiSU, os candidatos fazem as provas e somente depois da obtenção das notas escolhem o curso em que pretendem ingressar.

O SiSU foi criado com o intuito de oferecer igualdade de oportunidades para o acesso à educação superior, mas será que essa nova forma de ingresso deixou de favorecer apenas estudantes oriundos de setores mais favorecidos? Tendo em vista que as propriedades culturais e sociais seriam fatores que exerceriam fortes influências para os resultados escolares e que o capital cultural e o capital social, para Bourdieu (2013), seriam fatores consideráveis para o sucesso ou o fracasso da trajetória dos estudantes, inclusive em níveis mais altos de escolarização, como parece ser o caso do ensino superior, é possível considerar que os estudantes de setores sociais menos favorecidos, com capital cultural e social escolarmente pouco valorizados, por não atingirem bons resultados, podem não conseguir ingressar no curso que almejam?

Ao reconhecer a universidade como um instrumento de transformação social, é preciso assegurar a expansão da educação superior pública e gratuita para a democratização do acesso. Todavia, não se pode perder de vista que não basta oferecer vagas suficientes para todos: é necessário, também, garantir as condições de permanência dos estudantes nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes. É nessa perspectiva que consideramos importante a discussão das políticas de expansão e de democratização da educação superior.

³ Elegemos como Vestibular Tradicional os processos seletivos descentralizados, nos quais cada instituição desenvolvia e definia seus exames e datas.

Em uma análise sobre o acesso à educação superior brasileira no contexto de expansão, foi feito um levantamento⁴ referente aos trabalhos acadêmicos publicados nos anos de 2013 a 2017, nos Seminários Nacionais, organizados pela Rede Universitas/Br⁵, com o objetivo de disseminar os estudos desenvolvidos sobre a educação superior, por vários pesquisadores, em diversas universidades brasileiras. Após esse levantamento, fizemos a leitura das produções acadêmicas, buscando identificar a presença do tema referente à nova forma de acesso à educação superior, o SiSU. A partir de então, identificamos um aumento de estudos relacionados ao novo sistema de seleção, nos últimos cinco anos pesquisados, porém, no ano de 2013, nenhum trabalho relacionado à temática foi encontrado. Isso revela ser uma discussão recente, pois a criação do SiSU ocorreu em 2010 e sua implantação aconteceu de forma gradativa, nas instituições. Assim, ao longo dos anos, essa temática veio ganhando espaço nos estudos científicos.

Ao analisarmos as tendências nas produções dos trabalhos apresentados nos Seminários Nacionais, disponíveis no *site* da Rede Universitas/Br⁶, que abrangiam o processo de acesso dos estudantes à educação superior, nas universidades públicas, foi possível identificar que os estudos tinham por objetivo o acesso e a permanência nos cursos de graduação, a expansão da educação superior, a formação de professores e o perfil dos estudantes. Desse modo, a preponderância dos estudos apenas fazia alguma citação referente ao SiSU como um mecanismo de acesso à educação superior. Somente um trabalho tinha como foco uma discussão sobre as consequências desse sistema nas instituições públicas. Vale destacar que, por essa política de substituição do Vestibular Tradicional ser recente, os impactos do SiSU na configuração das instituições de educação superior ainda estão acontecendo.

A UFV, a partir do ano de 2006, passou por uma ampliação de vagas em alguns cursos e houve a criação de novos cursos⁷, consequência da política de expansão do Programa de Expansão I⁸ de 2006. No período de 2008 a 2012, a expansão na UFV continuou por meio

⁴ Os resultados deste estudo, intitulado “As perspectivas sobre a educação superior no Brasil: os estudos desenvolvidos sobre o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Rede Universitas/br”, já foram publicados em março de 2020, no e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas”, pela Atena Editora (RIGO; FERNANDES, 2020).

⁵ A Rede Universitas/Br é uma rede acadêmica, que conta com pesquisadores de várias Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e do Grupo de Trabalho (GT 11) – Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com estudos e pesquisas que têm como foco as “Políticas de Educação Superior”.

⁶ <http://www.redeuniversitas.com.br/>.

⁷ Criado pela Resolução Consu n. 08/2006, o Campus UFV – Rio Paranaíba iniciou suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2007, com a abertura dos cursos de Agronomia e de Administração (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2006).

⁸ Programa de Expansão do Ensino Superior Federal, cuja primeira fase compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal (BRASIL, 2012b).

da adesão ao programa REUNI, o que resultou na criação de vários cursos de graduação. No campus de Viçosa, a ampliação dos cursos aconteceu nas diversas áreas, além disso, aumentou a oferta de vagas em alguns cursos, como na Engenharia Mecânica, na Engenharia Química e nas Licenciaturas Noturnas. As transformações também ocorreram no processo de ingresso à Universidade. Devido à implementação do SiSU, em 2016, foi extinto o Vestibular Tradicional.

Dada essa política com objetivo de democratização do ingresso na educação superior, as temáticas sobre acesso e permanência dos estudantes foram objeto de estudo do meu Mestrado, conforme já indicado e, a partir dos resultados encontrados, foi delineada a pesquisa para o Doutorado. Alguns dos resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado, sobre as trajetórias acadêmicas dos estudantes que ingressaram em licenciaturas noturnas na UFV, apresentaram um alto índice de estudantes que optaram pela mudança de curso. Tal constatação levou à elaboração das questões norteadoras desta pesquisa de Doutorado: Quais seriam as estratégias de acesso e de permanência de estudantes na educação superior? Existe alguma correlação entre a rotatividade de estudantes em cursos da UFV e o SiSU?

Essa dinâmica no processo de escolha do curso, por meio do SiSU, talvez possibilite uma mobilidade dos estudantes entre as universidades e entre os cursos. Os sujeitos podem adequar as suas expectativas ao resultado de sua avaliação, optando por algum curso que não esteja necessariamente de acordo com seu interesse, mas que possibilite o ingresso na universidade e a tentativa futura de entrar no curso desejado. Portanto, considera-se como hipótese que as estratégias de escolha e a rotatividade dos estudantes nos cursos possam ser um meio para alcançar outros objetivos (posição social ou situação econômica), ou um meio de permanecer na educação superior e concluí-la.

Desse modo, esta tese insere-se no campo dos estudos sobre o acesso e a permanência dos estudantes⁹ na educação superior, em instituições públicas de ensino, problematizando as estratégias utilizadas ao longo das trajetórias acadêmicas, diante do contexto de expansão da educação superior e das mudanças nas configurações da forma de ingresso nas universidades públicas brasileiras. A partir dos aspectos apresentados, este estudo teve como objetivo geral identificar e analisar o SiSU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes na educação superior, visando compreender a correlação entre a

⁹ No idioma francês, há uma diferença no sentido entre as palavras *élève* (aluno), atribuída a crianças e jovens que estudam até o nível médio, e *étudiant.e.s* (estudante), utilizada apenas para jovens na educação superior. Como este estudo se baseia em aportes teóricos franceses, julgamos importante fazer essa diferenciação para melhor compreensão da tese.

rotatividade dos estudantes nos cursos e o SiSU, na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Já os objetivos específicos pretenderam:

- Identificar e analisar a rotatividade dos estudantes que ingressaram na UFV, no ano de 2016, por meio do SiSU. A escolha de 2016 decorreu de que nesse ano a Universidade extinguiu o Vestibular Tradicional e passou a utilizar o SISU para o ingresso em 100% das vagas dos cursos de graduação.
- Mapear e compreender os perfis social e escolar de entrada dos estudantes que mudaram de curso na UFV, no período de 2016 a 2018.
- Analisar as trajetórias acadêmicas dos estudantes que mudaram de curso, procurando identificar as razões que levaram à mudança, bem como as possíveis dificuldades enfrentadas e as estratégias de permanência na UFV.

Com base em tais objetivos, a pesquisa se caracterizou como qualitativa, com procedimentos metodológicos para coleta de dados de campo, documental e bibliográfico. Privilegiamos, inicialmente, a análise de documentos oficiais de âmbito nacional, como decretos, leis normativas e consultas a documentos da Universidade, para maior compreensão do cenário das políticas públicas voltadas à educação superior. Também realizamos um levantamento dos dados referentes aos cursos de graduação: o número de estudantes que entraram e quantos mudaram de curso dentro da UFV, dos cinco cursos com maior índice de candidato por vaga¹⁰ de cada centro de ciências (Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte), totalizando 20 cursos.

A partir da análise e tabulação dos dados da universidade, buscamos identificar os quatro cursos com maior índice de mudança de curso dentro da UFV, um de cada centro de ciências, e coletamos dados referentes ao perfil social e ao perfil escolar de todos os estudantes que ingressaram nesses cursos. Com base nesses dados, elaboramos o roteiro de entrevista utilizado com os estudantes que ingressaram, em 2016, pelo SiSU, e que mudaram de curso até o segundo semestre letivo de 2018, nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA)¹¹,

¹⁰ Não foi considerada a nota de corte dos cursos, mas apenas o número de candidatos por vaga.

¹¹ Centro de Ciências Agrárias.

Enfermagem (CCB)¹², Licenciatura em Matemática (CCE)¹³ e Educação Infantil (CCH)¹⁴. Também foi elaborado um questionário aplicado aos coordenadores dos quatro cursos analisados, a fim de se conhecer a percepção deles em relação ao SiSU e à rotatividade dos estudantes.

Adotamos, como fundamentação de análise, as teorias da Sociologia da Educação, com foco nos estudos relacionados à educação superior tanto de estudos internacionais, como nacionais (BOUDIEU; PASSERON, 2014; COULON, 2008; LAHIRE, 1997; NOGUEIRA, 2012). Algumas ideias da área destacam que a origem social tende a influenciar nas escolhas e nas estratégias dos estudantes ao longo das trajetórias acadêmicas, na tentativa de atender suas expectativas ou de permanecer na educação superior. O contexto em que o trabalho se insere é o das políticas de acesso, mais especificamente, as dinâmicas propostas pelo SiSU, o qual seleciona estudantes para o ingresso nos cursos superiores oferecidos por instituições do setor público.

Os resultados obtidos aqui apresentados estão organizados em sete seções, a partir desta Introdução, que apresenta o tema, o problema, os objetivos, a justificativa e a indicação dos procedimentos metodológicos adotados na construção deste estudo. Na segunda seção, intitulada *O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL*, procuramos apresentar um breve histórico sobre a expansão da educação superior no Brasil, com foco nas políticas públicas criadas pelo governo federal, voltadas para a expansão desse nível de ensino, como também as transformações que ocorreram no processo de acesso às universidades públicas, nos cursos de graduação, por exemplo, o novo ENEM e o SiSU, mais especificamente, no nosso campo de estudo, a UFV.

A terceira seção, *TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS*, conta com a contribuição de diversos trabalhos do campo da Sociologia da Educação, destacando alguns conceitos, dentre eles: trajetória, *habitus*, capital econômico, capital cultural, capital social e ofício de estudante, tendo como referência os trabalhos de Bourdieu (1994; 2013), Bourdieu e Passeron (2014), Coulon (2008), Lahire (1997; 2017) e Nogueira (2003; 2012). Assim, procuramos tornar mais claras para o leitor quais foram as opções teóricas adotadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

A quarta seção, intitulada *PERCURSO METODOLÓGICO*, explicita a abordagem de pesquisa e os caminhos metodológicos percorridos para a obtenção e análise dos

¹² Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

¹³ Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas.

¹⁴ Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte.

dados coletados por meio de levantamento documental, bibliográfico e pesquisa de campo, com estudantes da UFV. Apresentamos a configuração que utilizamos para a seleção dos cursos de graduação com maiores índices de mudança de curso, um de cada centro de ensino da UFV. Em seguida, descrevemos características históricas da Universidade e dos cursos de graduação selecionados, com foco nas políticas públicas de expansão e mudanças na forma de acesso. E, por último, a configuração de análise que usamos para o melhor entendimento do nosso objeto de estudo.

Já a quinta seção, *CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM EM QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UFV, ENTRE 2016 E 2018 E MUDARAM DE CURSOS*, traz um levantamento, junto à UFV, sobre os ingressantes nos cursos de graduação em 2016 e os perfis socioeconômicos e escolares dos estudantes dos cursos com maiores índices de mudança, que foram: a Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), a Enfermagem (CCB), a Licenciatura em Matemática (CCE) e a Educação Infantil (CCH). Ao final, é apresentada a situação acadêmica em que se encontravam os estudantes desses cursos selecionados até o final do segundo semestre de 2018 e o processo de rotatividade realizado pelos estudantes, ao longo de dois anos.

Na sexta seção, intitulada *A ROTATIVIDADE DOS ESTUDANTES DE QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFV NO PERÍODO DE 2016 A 2018*, apresentamos a análise das entrevistas que correspondem aos depoimentos de cinco estudantes que ingressaram na UFV, em 2016 (uma no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, um no curso de Enfermagem, uma no curso de Licenciatura em Matemática e duas irmãs no curso de Educação Infantil) e que, até o segundo semestre de 2018, haviam mudado de curso dentro da Instituição. Essa seção tem o intuito de apresentar o processo de escolha do curso em 2016 e os motivos que levaram a repensar sua escolha e optar pela mudança de curso dentro da Instituição. Também destacamos algumas vivências acadêmicas que foram importantes para todo esse processo.

A última seção consiste nas *CONSIDERAÇÕES FINAIS* da tese, na qual correlacionamos os dados gerais coletados, referentes aos estudantes do período de 2016 a 2018, na UFV, com os aspectos relatados pelos sujeitos entrevistados, que haviam mudado de curso, e pelos coordenadores dos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), a partir dos referenciais teóricos propostos, a fim de compreendermos as estratégias de permanência.

Ao final do trabalho, estão anexados o documento da aprovação do Comitê de Ética, as autorizações dos diretores dos centros de ensino da UFV e a lista de siglas dos cursos

de graduação da UFV. Também estão disponíveis, em apêndices, o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o roteiro de entrevistas e o questionário utilizados neste estudo.

2 O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A educação superior brasileira passou por várias transformações, tanto referentes à sua estrutura e ensino, quanto em relação ao acesso. Ao longo dos últimos anos (2001-2020), algumas políticas públicas para a promoção do acesso e também para a permanência nas instituições dos setores privado e público foram desenvolvidas para esse nível de ensino. Diante de tais apontamentos, nesta seção, apresentamos algumas transformações que ocorreram ao longo das duas últimas décadas, por meio das políticas públicas criadas para a expansão da educação superior no país, bem como para o processo de ingresso nas universidades, e como tais mudanças influenciaram, especificamente, na UFV, lócus da pesquisa.

2.1 Panorama da educação superior brasileira: as políticas públicas de expansão do acesso à educação superior

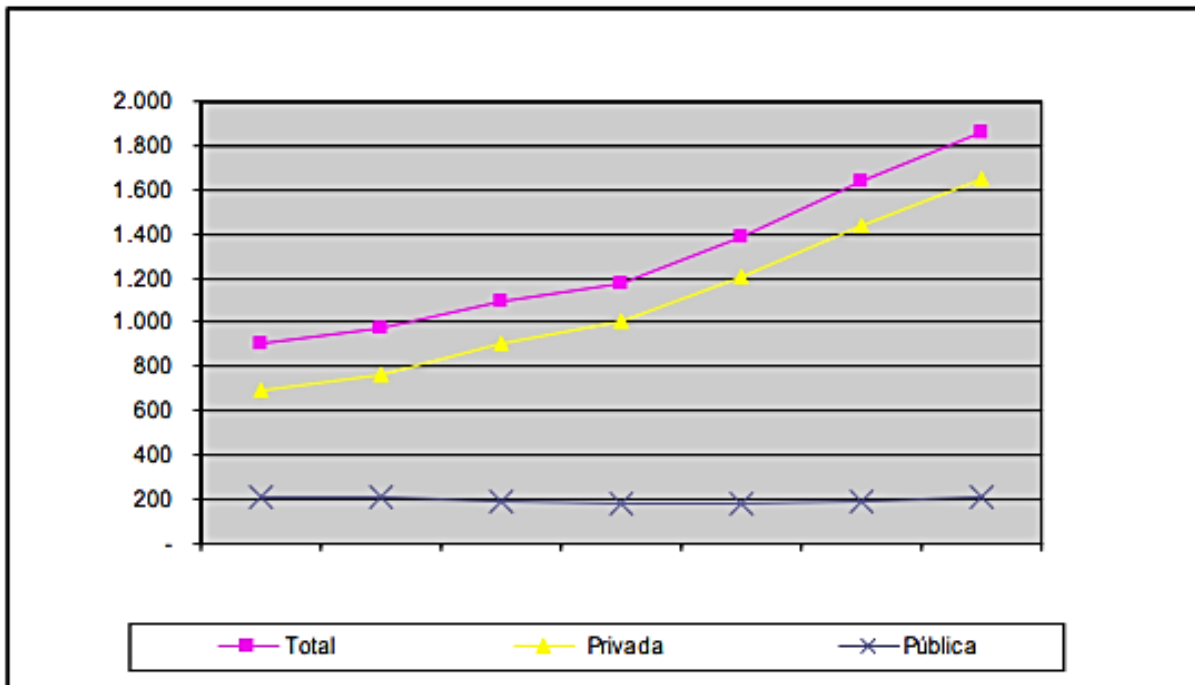
Historicamente, a educação superior no Brasil é inicialmente marcada pela criação de cursos em instituições isoladas. O formato de universidade, organizada por um conjunto de cursos diversificados, surgiu apenas no século XX, juntamente com instituições responsáveis pela avaliação da pós-graduação e incentivo à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No entanto, com o Regime Militar, em 1968, a educação superior, a partir da Lei n. 5.540/68¹⁵, volta a ser estimulada no desenvolvimento e criação de instituições isoladas e privadas, chegando a 60% do total das matrículas desse nível de ensino (OLIVEIRA, 2011).

Com o fim do Regime Militar, em 1985, o cenário em que o país se encontrava era de busca pela reconstrução da democracia, ao mesmo tempo em que estava em destaque a valorização de ideias neoliberais, que, nos anos seguintes, exerceram grandes influências na educação brasileira. Nessa perspectiva, a educação passou a ser vista a partir da lógica do mercado, ou seja, com foco na profissionalização, para atender às demandas empresariais (ANTUNES, 2017). Conseqüentemente, a partir da década de 1990, a educação foi direcionada para uma formação mais geral e técnica, com o principal objetivo de qualificar mão de obra.

¹⁵ Apresenta as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Conhecida também como Reforma Universitária dos militares.

Assim, os ideais do neoliberalismo de enxergar a escola como uma empresa, em que se deve pagar pelo serviço recebido, e reduzir a intervenção do Estado na economia nortearam medidas políticas durante o governo do presidente FHC, de 1995 a 2002. E, em se tratando de educação superior, ao longo desse período, intensificou-se o crescimento das instituições privadas, como podemos observar no Gráfico 1 do Censo da Educação Superior de 2003, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Gráfico 1 – Crescimento do número de instituições de educação superior de 1997 a 2003, no Brasil



Fonte: BRASIL, INEP (2003).

Os dados do Gráfico 1 mostram o crescimento acelerado do predomínio numérico das instituições de educação superior privadas, em todas as regiões do Brasil, no período de 1997 a 2003, sendo que, em 2003, o país contava com 1.652 instituições privadas e apenas 207 públicas. A expansão da educação superior privada foi um grande marco no governo FHC, o que gerou um aumento na concorrência e no capital dessas instituições, que passaram a ser grandes empresas e, conseqüentemente, os seus alunos passaram a ser vistos como clientes.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10.172, de 2001, trouxe algumas medidas para a expansão, não só da educação básica, como também para a educação superior.

Dentre essas ações estavam a ampliação do número de estudantes atendidos na educação superior e, principalmente, nos cursos de licenciaturas, para atender à demanda de profissionais necessários para a educação básica. Nesse contexto, por meio do PNE, foi estabelecido, no período de 2003 a 2007, o programa denominado Expansão I, que teve como principais metas, além da ampliação do número de vagas, a interiorização da educação superior pública federal (BRASIL, 2001a).

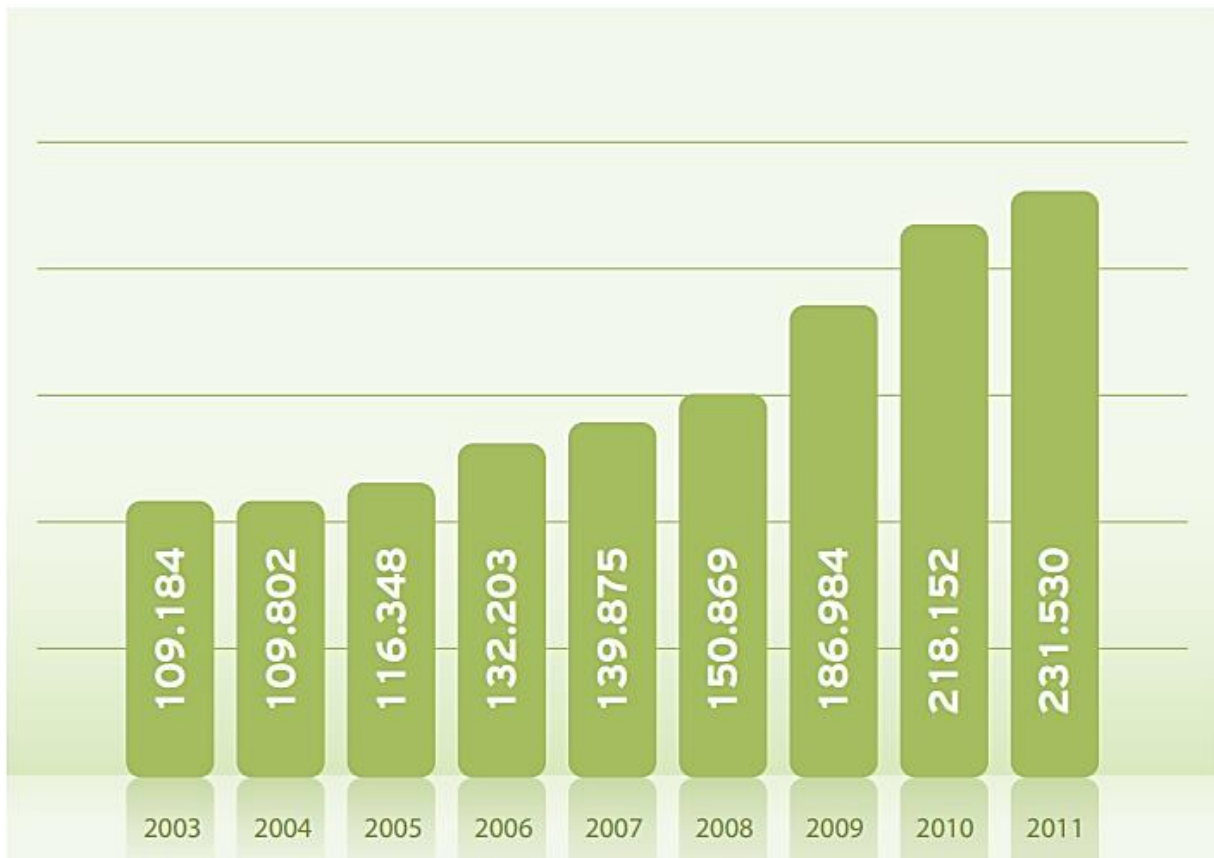
Ao longo dos anos, as políticas públicas que começaram a surgir para a educação superior tinham como objetivo a ampliação do acesso aos cursos de graduação. Assim, nessa perspectiva, foi criado, em 13 de janeiro de 2005, o PROUNI, Lei n. 11.096, com o intuito de fornecer bolsas de estudos em instituições privadas, a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais, com renda familiar *per capita* máxima de três salários. O PROUNI tinha como principais justificativas para sua criação possibilitar a inclusão de grupos socialmente excluídos da educação superior, ao mesmo tempo em que buscava contribuir para atender às metas estabelecidas pelo PNE, de atingir, até 2010, 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados nesse nível de ensino (MARTINS, 2011).

Em 2006, “com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006), foi instituída a Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto 5.800, de 8 de junho. Foi uma política com o objetivo de oferecer cursos de graduação na modalidade a distância, em parceria com instituições de educação superior pública, tendo por prioridade os docentes que já atuavam na educação básica da rede pública sem habilitação adequada e formação continuada para aqueles que eram graduados¹⁶. Até o ano de 2015, foram mais de 300 cursos oferecidos, distribuídos entre cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), de especialização, tecnológico e de aperfeiçoamento (GIMENES, 2014).

Outra medida para cumprir a meta de expansão apresentada no PNE foi o programa REUNI, lançado por meio do Decreto n. 6.096, de 2007 (BRASIL, 2007a), que teve como um dos principais objetivos o aumento do número de vagas nos cursos de graduação, nas universidades federais. Para que tal meta fosse concretizada, o Programa tinha como uma das suas ações a ampliação de vagas de ingresso na graduação, especialmente no período noturno. No Gráfico 2, conseguimos observar a ampliação de vagas após a implantação do REUNI, nas universidades federais.

¹⁶ Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Gráfico 2 – Vagas ofertadas na graduação presencial, nas universidades federais, de 2003 a 2011



Fonte: BRASIL (2012).

No período do Programa Expansão Fase I e de sua continuidade com o REUNI, de 2003 até o ano de 2011, foram criadas 14 universidades federais, uma ampliação de 31%, além da criação de diversos campus, que apresentaram um crescimento de 85%. O Gráfico 2 expõe o número de vagas nos cursos de graduação presenciais, nas universidades federais, no período de 2003 a 2011, que apresentou um crescimento de 111%. Vale destacar um crescimento exponencial a partir, principalmente, de 2007, ano da implantação do programa REUNI.

Apesar de ter sido criado em 1990, por uma medida provisória, outra proposta de ampliação do acesso à educação superior que só em 2001 se tornou lei, foi o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que financia o curso superior de estudantes matriculados em instituições privadas (Lei n. 10.260/2001). O FIES permite que os gastos em relação à matrícula e às mensalidades do estudante, durante toda a graduação, sejam custeados pelo Governo Federal, mas o financiamento pode variar de 50% a 100% e o estudante inicia o reembolso do

capital a partir da conclusão do curso¹⁷ (BRASIL, 2001b). Assim, no período de 2010 a 2015, esse programa registrou um crescimento de quase 1.000%; o número de alunos atendidos passou de 200 mil, em 2010, para 1,9 milhão de matrículas em 2015 (BRASIL, 2019c).

Outra lei sancionada ao longo desse período de expansão foi a Lei de Cotas, Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que determina a reserva de 50% das vagas das universidades públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, juntamente com as ações desenvolvidas para a expansão e o acesso, outras medidas também foram tomadas em relação ao currículo acadêmico, à inovação pedagógica, à infraestrutura e à articulação entre graduação e pós-graduação e entre os demais níveis da educação (LI, 2016).

Apesar de o PNE de 2001 ter como proposta atingir, até 2010, 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior, em 2013, esse índice era de apenas 16,3%. Assim, no ano seguinte, foi aprovado o PNE 2014 pela Lei n. 13.005, no dia 25 de junho. Ele é composto por 20 metas e estratégias que determinam diretrizes para a política educacional dos dez anos seguintes. Dentre essas metas, a 12ª previa a elevação da “taxa de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos” (BRASIL, 2014b). No entanto, até 2017, esse índice não passava de 20% (BRASIL, 2019a).

A partir do ano 2000, o Brasil passou por uma grande expansão na oferta de vagas no setor privado e no setor público, com a criação de novas instituições de educação superior, ampliando-se o número de vagas e instituições (BRASIL, 2019a). Porém alguns estudos (PRETES; JEZINE; SCOCUGLIA, 2012; TOMÁS; SILVEIRA, 2021) apontam que, mesmo que essa democratização tenha possibilitado uma diversificação do perfil dos estudantes da educação superior, com o ingresso de estudantes de classes desfavorecidas, evidencia-se uma reconfiguração das estratégias dos sujeitos oriundos de grupos de elite para garantir a posição de prestígio, por meio da entrada em universidades e cursos de maior prestígio.

Portanto, é necessário estar atento ao fato de que “a massificação da educação superior não significa a queda da tradicional universidade elitista” (PRETES; JEZINE; SCOCUGLIA, 2012, p. 208), sendo importante não se perder de vista que não basta oferecer vagas suficientes para todos acessarem a educação superior, também é preciso garantir as

¹⁷ Ao longo do curso e até 18 meses após a conclusão, o estudante paga o valor máximo de R\$ 150,00, que corresponde aos juros incidentes sobre o financiamento. Encerrado o período de carência de 18 meses, o valor referente às mensalidades será parcelado em até 12 anos.

condições de permanência dos estudantes nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes.

2.2 O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

O final da década de 1990 foi marcado pelo surgimento de diversas avaliações externas tanto para a educação básica, como para a educação superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/96, trouxe em seu Art. 9º:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 1996b).

A União ficou responsável por assegurar os procedimentos de avaliação externa com o objetivo de induzir e cobrar dos sistemas de ensino a referida qualidade. Com isso, nos anos seguintes à LDB, destacaram-se as diversas e sistemáticas iniciativas de avaliação em larga escala, dentre elas: o *Sistema de Avaliação da Educação Básica* (SAEB/1990); o Programa de Avaliação Institucional (PAIUB/1993); o Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão/1996); o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA/2002); a Prova Brasil (2005); a Provinha Brasil (2007); o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/2004); a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA/2013); entre outras.

Dentre tais políticas públicas, também foi criado o ENEM, pela Portaria n. 438, de 28 de maio de 1998 (BRASIL, 1998), com o objetivo de avaliar anualmente o desempenho dos estudantes no término da educação básica. Teve seu início ainda na década de 1990, no governo FHC, ganhando mais destaque nos governos seguintes, de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

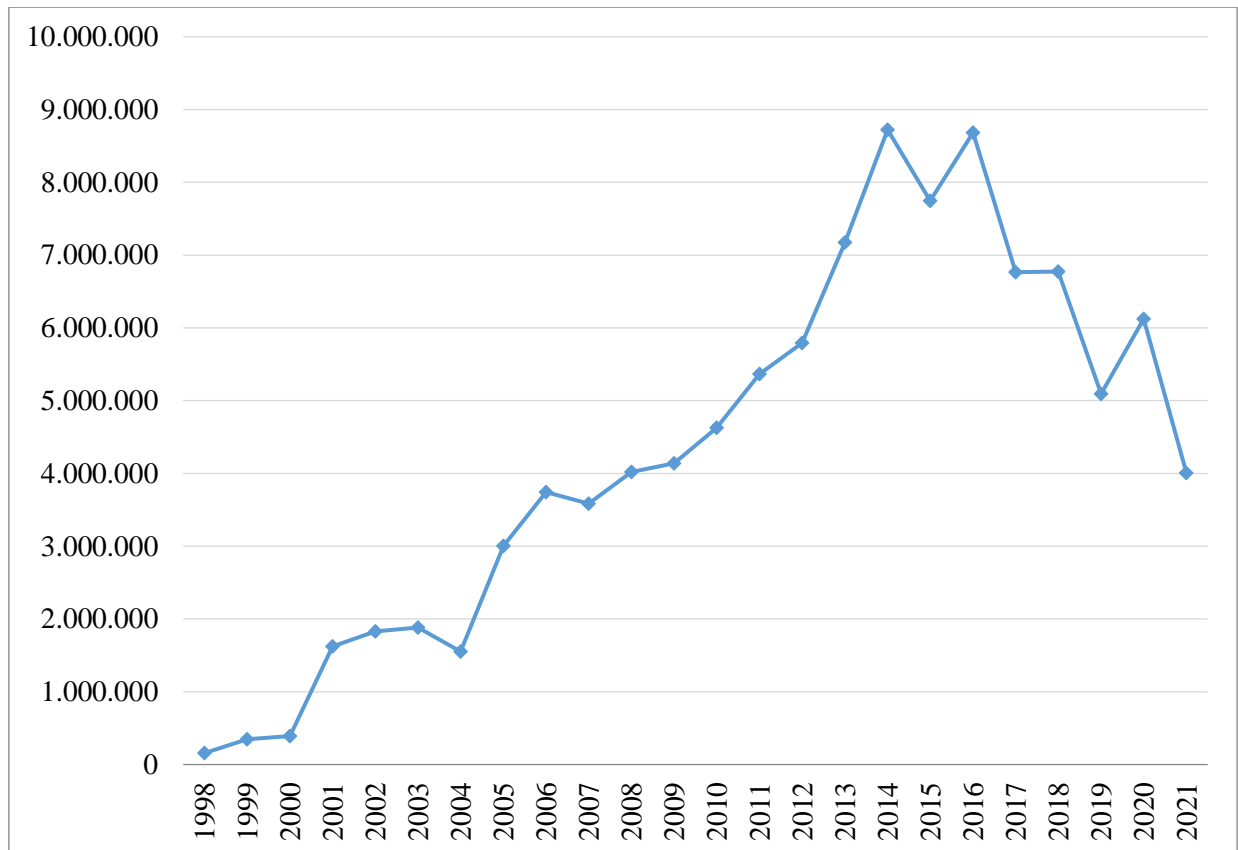
O ENEM foi inicialmente baseado no *Scholastic Aptitude Test* (SAT), que corresponde a uma prova educacional padronizada, aplicada nos Estados Unidos, como uma das etapas para ingresso na educação superior¹⁸. O SAT tem como objetivo avaliar os conhecimentos e habilidades por duas provas: *SAT Reasoning Test*, que corresponde a uma prova composta por três diferentes áreas: *Math* (matemática), *Critical Reading* (linguagem e

¹⁸ Para o acesso à educação superior estadunidense, além da nota do SAT, outros aspectos são analisados, como: o histórico escolar, as atividades extracurriculares e as cartas de recomendação.

interpretação de textos) e *Writing* (escrita); e o *SAT Subject Test* (antigo SAT II), que corresponde a outra prova composta de questões objetivas, que avalia o conhecimento em uma área específica, por exemplo, biologia, química etc. Diferente do ENEM, que acontece uma vez ao ano, o SAT é aplicado sete vezes ao longo do ano (CARNEIRO, 2016).

Segundo informações do portal do INEP, a primeira edição do ENEM, em 1998, teve 157.221 inscritos e 115.575 participantes, no qual 83% tiveram isenção da taxa de inscrição. A prova contou com 63 questões de múltipla escolha e uma redação. Nesse mesmo ano, apenas duas instituições de educação superior fizeram uso das notas do ENEM, porém, no ano seguinte, o número de adesão subiu para 93. Em 2000 foram 390.180 inscritos, sendo que, desse total, 66,5% eram concluintes do ensino médio. Nesse ano também teve início a acessibilidade para a realização da prova, com mais de 376 pessoas com necessidades especiais, que receberam um atendimento especializado. O aumento significativo de inscritos ocorreu no ano seguinte, 2001, como podemos observar no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Número de inscritos no ENEM, no período de 1998 a 2021



Fonte: Site do INEP, adaptado pela pesquisadora (BRASIL, 2019d; BRASIL, 2021c).

Em 2001, o número de inscrições no ENEM chegou a 1.624.131. Tal aumento pode ser justificado pelo fato de as inscrições terem sido realizadas pela internet, pela isenção da taxa garantida aos sujeitos concluintes da modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e demais estudantes que se declarassem impossibilitados de pagar a taxa de inscrição. Além disso, houve uma ampliação do número de municípios participantes da aplicação da prova, passando para 90, comparado com o ano 2000.

Nas edições seguintes, o número de inscritos e participantes foi crescendo, mas, em 2005, o número das inscrições, em relação ao ano anterior, dobrou, chegando a mais de três milhões. Destacamos que, além da utilização da nota obtida no Exame em algumas universidades públicas, no ano de 2004, com o PROUNI, o ENEM começou a ser usado para a concessão de bolsas de estudos parciais e integrais, em instituições de educação superior privadas (MARTINS, 2011). O Art. 3º da Lei n. 11.096, de 2005, estabelece as condições para que o aluno ingresse na educação superior, por meio do PROUNI:

O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato. (BRASIL, 2005).

O Programa, criado em 2004, seleciona alunos de baixa renda para a concessão de bolsas em instituições de educação superior privadas, por meio do questionário socioeconômico, respondido na inscrição do ENEM, e da nota obtida na prova. Para concorrer às bolsas, o candidato precisa ter participado da última edição do Exame, atingindo uma nota mínima de 450 pontos e não ter zerado a redação. O PROUNI pode ter contribuído para uma popularização ainda maior do ENEM, visto que, na edição de 2005, o Exame contou com mais de dois milhões de participantes.

Até o ano de 2008, o ENEM permaneceu com a mesma estrutura de avaliação. A partir do ano seguinte, pela Portaria n. 109/2009 (BRASIL, 2009c), a prova passou por uma ampliação. Com isso, o *Novo ENEM* passou a contar com 180 questões (45 questões por área) de múltipla escolha e uma redação, e passou a ser realizado em dois dias. No primeiro dia, são aplicadas as provas de ciências humanas e suas tecnologias¹⁹ e de ciências da natureza e suas

¹⁹ Componentes curriculares: História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

tecnologias²⁰; e no segundo dia, as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias²¹, matemática e suas tecnologias²² e redação. O Art. 2 da Portaria n. 109, de 2009, apresenta os objetivos do ENEM:

I - oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;

II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;

III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior;

IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;

V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º - e 2º - da Lei no - 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

VI - promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;

VII - promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior (BRASIL, 2009c).

A referida Portaria, como se pode notar, traz algumas alterações em relação à utilização dos resultados obtidos pelos sujeitos participantes do ENEM, que passou a funcionar com uma nova versão e organização. Assim, o Exame ampliou sua utilização como ferramenta de acesso à educação superior, nas universidades públicas, pelo programa SiSU. Na tentativa de proporcionar uma igualdade de condições dos concorrentes, o *Novo ENEM* passou a utilizar, na preparação dos exames, a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Por meio de um conjunto estatístico, a prova do ENEM passou a ser elaborada com foco no item e não no teste como um todo, o que possibilitou que os exames de períodos distintos tenham o mesmo grau de dificuldade, permitindo, assim, a comparabilidade dos resultados entre os anos e a aplicação do Exame várias vezes ao ano. Essa proposta para os testes de múltipla escolha de larga escala já acontece em diversos países e no Brasil. Desde 1995 a TRI é usada nas provas do SAEB, que

²⁰ Componentes curriculares: Química, Física e Biologia.

²¹ Componentes curriculares: Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação.

²² Componente curricular: Matemática.

avalia o desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio (SARTES; FORMIGONI, 2013).

A partir dessas transformações, além de ser um exame de avaliação da qualidade do ensino médio, o ENEM passou também a ser utilizado para o ingresso em várias instituições de educação superior. Portanto, nos anos seguintes, outras transformações e novidades marcaram a prova do ENEM. Em 2010 os resultados passaram a ser adotados pelo FIES, que é um programa destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores, em instituições privadas. O Exame também passou a ser utilizado pelas universidades públicas²³, para o ingresso por meio do SiSU, temática que será tratada mais à frente, nesta seção.

Em 2012, a partir da Portaria do Ministério da Educação (MEC) n. 10, de 23 de maio (BRASIL, 2012a), os resultados obtidos no ENEM passaram a ser utilizados também como meio de certificação de conclusão do ensino médio ou declaração de proficiência, destinado às pessoas maiores de 18 anos que não concluíram esse nível de ensino em escola regular. Porém, em 2017, essa certificação voltou a ser competência do ENCCEJA, o qual tem por objetivo avaliar os saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada, oferecendo a certificação de conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio.

Em 2014, a partir de um acordo interinstitucional entre o INEP e algumas instituições de Portugal, essas instituições passaram a aceitar os resultados obtidos no ENEM em seus processos seletivos. Tal proposta buscou simplificar o acesso de tais instituições ao desempenho dos candidatos interessados em estudar algum curso superior português. Atualmente conta com a participação de mais de 50 universidades²⁴, institutos politécnicos e escolas superiores, ficando por responsabilidade de cada instituição estrangeira definir as regras e os pesos para o uso das notas. Ainda em 2014, outra alteração também ocorreu, passando a ser permitido o uso do nome social do participante no Exame.

Ao longo desses anos, o ENEM chegou à marca de mais de oito milhões de inscritos, porém, de 2017 a 2021, sofreu uma queda de inscritos, chegando a registrar uma redução de 22%. Uma das explicações foi o número reduzido de matrículas no ensino médio,

²³ A partir das transformações na prova do ENEM, o MEC possibilitou que as universidades federais utilizassem o exame como processo seletivo, de quatro formas: 1) como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line; 2) como primeira fase; 3) combinado com o vestibular da instituição; 4) como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

²⁴ Conferir a instituições de educação superior portuguesas que aceitam notas do Enem:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/enem-portugal>.

“atribuído a componentes demográficos e à melhoria nas taxas de aprovação”. além disso, o INEP adotou controles mais rigorosos para a concessão da isenção da taxa de inscrição, criando “a obrigatoriedade de justificativa de ausência para aqueles que buscavam novamente a gratuidade” (BRASIL, 2019d). Ao longo dos anos 1998-2021, novas políticas para a educação superior foram desenvolvidas, principalmente para as universidades públicas, o que tende a influenciar esse aumento no número de inscritos no ENEM ao longo das suas edições, como foi observado no Gráfico 3.

A mudança mais recente do ENEM refere-se à proposta de aplicação do Exame Digital a partir de 2020²⁵. Inicialmente, as primeiras aplicações digitais foram opcionais. Os inscritos optavam por realizar o modelo digital ou a tradicional prova em papel, não podendo realizar inscrição em ambas as categorias. O Enem Digital corresponde à aplicação por meio de computadores, porém, mesmo seguindo as características do exame impresso, o primeiro Enem Digital apresentou algumas restrições, como, por exemplo, o limite de inscrições. Foram disponibilizadas apenas 101.100 vagas, e somente para candidatos que haviam concluído ou estavam no último ano do ensino médio até o final do ano de aplicação, sendo excluídos os treineiros do Enem²⁶. Além disso, essas provas não ofereciam recursos de acessibilidade (BRASIL, 2020a).

A primeira edição do Enem Digital contou 93.079 inscritos, porém menos da metade compareceram aos locais para realizarem a prova. Vale ressaltar que o INEP aplicou o Exame em apenas 104 municípios brasileiros, enquanto o Exame impresso foi aplicado em 1.689 municípios. A perspectiva é que essa implantação do Enem Digital ocorra de forma gradual, com mais de uma aplicação de prova ao ano, para que, então, em 2026, aconteça apenas no formato digital.

Existe uma proposta de alteração na organização da prova do ENEM a partir de 2024, que contaria com duas etapas. No primeiro dia, os candidatos realizariam uma prova de conhecimentos gerais (Ciências da Natureza e Humanas, Linguagens e Matemática), conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já no segundo dia, os inscritos fariam provas de acordo com a área vinculada ao curso superior que eles pretendem seguir. Há outros aspectos em discussão, como a realização de questões discursivas. Assim, fazem-se necessários o acompanhamento e a análise dessas novas perspectivas para o Exame, para o desenvolvimento de estudos futuros (BRASIL, 2021b).

²⁵ Devido à crise sanitária causada pela COVID-19, o ENEM foi adiado para o início do ano de 2021.

²⁶ São aqueles candidatos que realizam o Enem apenas para fins de autoavaliação e treino.

Dessa forma, em resposta à LDB de 1996, o ENEM surgiu como uma proposta de avaliação do ensino médio, cujos resultados norteariam as políticas públicas com o objetivo de melhoria da qualidade educacional. Porém, a partir do cenário apresentado, estudos desenvolvidos por Lima, Prado e Vieira (2011), Machado e Lima (2014) e Pinto (2018) apontam que o Exame tem, na maioria das vezes, se reduzido a um mecanismo de seleção para o ingresso na educação superior.

A reformulação da prova do ENEM, com o intuito de substituir o Vestibular Tradicional, tem assumido um caráter mais seletivo e classificatório, reforçando a meritocracia. Mesmo com a centralização do processo seletivo, possibilitando ao candidato concorrer a diversas universidades, com apenas uma prova, o que tem acontecido é o direcionamento do currículo do ensino médio e a ampliação do interesse do setor privado educacional para a comercialização de “pacotes educacionais”, principalmente para que as escolas privadas consigam garantir os melhores resultados, conseqüentemente, seu instrumento de propaganda (PINTO, 2018).

2.3 Do Vestibular ao Sistema de Seleção Unificado (SiSU)

A seleção para o ingresso na educação superior, no Brasil passou por alterações ao longo do percurso histórico. As primeiras instituições surgiram no país, no início do século XIX e, para ingressar, o candidato precisava ser aprovado nos “exames preparatórios”. Em 1837, o acesso às universidades passou a ser permitido aos estudantes que frequentavam os chamados colégios tradicionais, por exemplo, o Colégio Pedro II²⁷. Anos após, o Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911, que apontava orientações desde a educação básica até a superior, trouxe, no Art. 65, que, para o ingresso em uma universidade, o candidato passaria por um exame escrito e oral, para avaliar a ‘cultura mental’ (VIANNA, 1986).

Outras mudanças ocorreram a partir da Reforma Rocha Vaz, Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, que trouxe algumas mudanças quanto ao preenchimento das vagas nos cursos superiores, estabelecendo que, além de o candidato tirar a nota mínima exigida, também precisava estar classificado dentro do número de vagas ofertadas. Na década de 1960, a primeira LDB, Lei n. 4.024, determinou que todos os estudantes concluintes dos cursos de grau médio poderiam participar das provas de seleção e tentar garantir uma vaga na educação

²⁷ Criado em 1837, o Colégio Pedro II é uma instituição pública, que atualmente atende desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação, em 14 *campi* diferentes, situados no Estado do Rio de Janeiro.

superior. Nessa mesma época, as provas com questões de múltiplas escolhas começaram a ser utilizadas e a unificação de vestibulares por área de conhecimento possibilitou ao candidato, com um único exame, disputar vagas em várias instituições (VIANNA, 1986).

Ao final da década de 1990, as políticas públicas ligadas à educação superior voltaram a ser destaque nos discursos do Estado, principalmente sobre a expansão desse nível de ensino, com o intuito de aumentar a mão de obra qualificada para atender o mercado. Em 1996, com a LDB, o processo seletivo para acesso à educação superior passou a ser estabelecido de acordo com os critérios de cada instituição. Assim, o vestibular podia se organizar de diferentes maneiras, mas sempre baseado no conteúdo abordado ao longo do ensino médio, com questões discursivas e/ou objetivas. Essa avaliação podia acontecer em uma única prova ou dividida em duas fases, com eliminatórias, ou seriado, no qual, ao final de cada etapa dos três anos de ensino médio, o candidato realizava uma prova mais a redação (BRASIL, 1996b).

Dentre as várias políticas de expansão do acesso à educação superior, mudanças também ocorreram no processo de ingresso nas instituições públicas. Em 2010, pela Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro, foi criado o SiSU, “[...] por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes” (BRASIL, 2010b, Art. 1º). Foi uma proposta pensada a partir da reformulação do ENEM, para ser utilizada como seleção unificada, pelas universidades públicas, substituindo o Vestibular Tradicional (BRASIL, 2011). No primeiro ano, o Sistema contou com vagas ofertadas por 23 universidades federais. Atualmente (até o ano de 2021), são mais de 120 instituições de educação superior participantes, entre federais e estaduais.

O Sistema informatizado, de responsabilidade do Ministério da Educação, surgiu, de acordo com o discurso oficial, com o objetivo de democratizar as oportunidades de acesso à educação superior. A centralização do processo seletivo limita a participação de candidatos, pois os sujeitos oriundos de centros menores podem ter maiores dificuldades de acesso aos locais de realização das provas, como também mais custos quando se propõem a realizar mais de um vestibular. A partir do SiSU, essa descentralização amplia as possibilidades de recrutamento das instituições de educação superior, para o preenchimento das vagas dos cursos de graduação, na medida em que a plataforma on-line pode alcançar um número maior de candidatos.

Com apenas uma única etapa de inscrição, via internet, o sujeito precisa selecionar, por ordem de preferência, até duas opções entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes. Após escolher o curso e a instituição, o estudante seleciona a modalidade de concorrência de acordo com seu perfil: vagas de ampla concorrência; vagas reservadas para

alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas, de acordo com a Lei n. 12.711/2012 (Lei de Cotas)²⁸; e vagas de ações afirmativas, disponibilizadas por critérios próprios da instituição.

Ao final da etapa de inscrição, o Sistema seleciona automaticamente os candidatos mais bem classificados em cada curso, de acordo com as notas obtidas no ENEM. Uma vez classificado na 1ª ou 2ª opção, o candidato precisa cumprir o prazo para efetuar sua matrícula na instituição. Seguindo o cronograma específico do SiSU, o candidato não aprovado na chamada regular e que tenha interesse em participar da lista de espera tem a possibilidade de escolher uma das opções de vagas definidas na fase de inscrição. Ao se pensar no processo de escolha do curso, o Sistema, portanto, pode refletir em mudanças na configuração das instituições de educação superior, pois ele proporciona

[...] que estudantes de diferentes regiões do país possam concorrer às vagas em universidades sem que se façam necessários deslocamentos, já que toda a operacionalização do trâmite se dá através do sistema que é totalmente informatizado. Este se apresenta como uma possibilidade ampla e facilitada de acesso ao ensino superior permitindo com que o estudante migre de uma universidade para outra antes mesmo do seu ingresso, se esta atender suas expectativas e demandas com mais facilidade. (CZERNIASKI, 2014, p. 52).

Esse novo processo de ingresso na educação superior talvez possibilite uma nova dinâmica no comportamento dos estudantes diante da escolha do curso e da instituição. O Sistema permite ao estudante consultar as vagas em diversas universidades do país e a nota de corte²⁹ de cada curso antes de se candidatar. A partir dessa facilidade, a consulta à nota de corte dos cursos ofertados pode acarretar aumento da migração dos estudantes e/ou facilitar o ingresso em um curso que não necessariamente era a primeira opção do candidato. Esse fenômeno pode, em um segundo momento, explicar, de alguma forma, a evasão e a mudança de curso em alguns cursos de graduação.

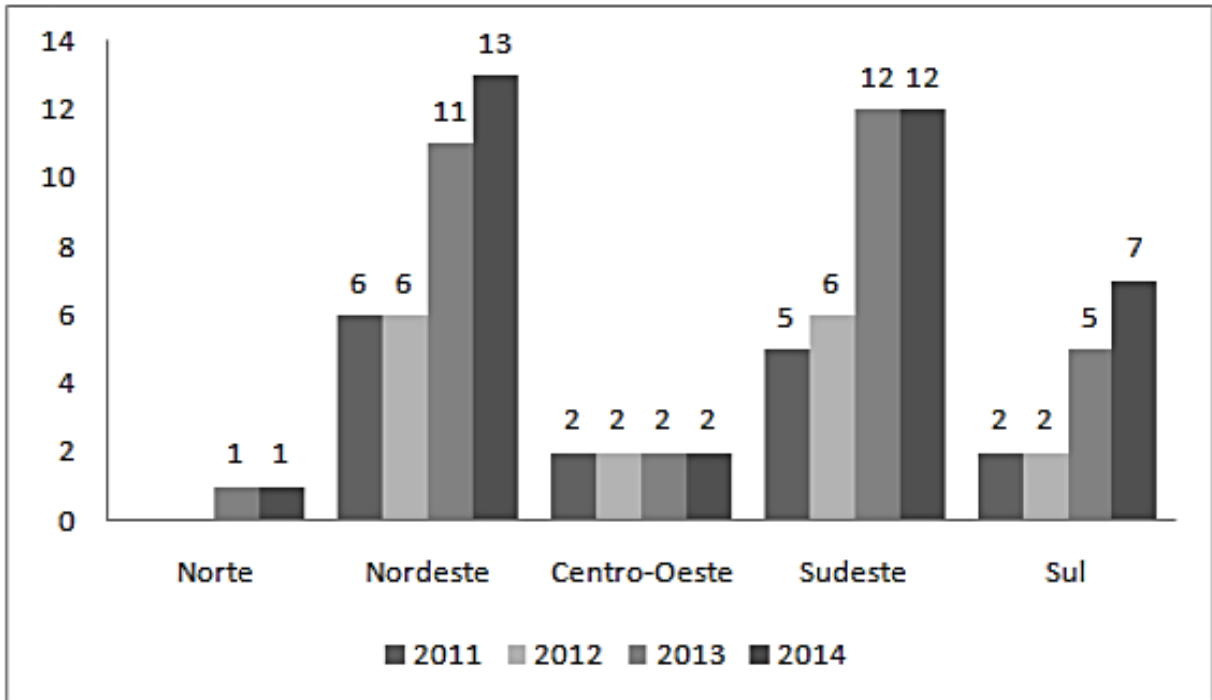
A partir das mudanças estabelecidas para o ENEM, pensado como um processo seletivo centralizado, incorporado ao SiSU, esse Exame contou, inicialmente, com a adesão de 26 universidades públicas, do total de 55 instituições. Assim, o governo federal esperava que, em apenas três anos, o SiSU já tivesse substituído 100% dos vestibulares tradicionais nas

²⁸ Política que reservou, no mínimo, 50% das vagas das universidades públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, de acordo com os dados preenchidos no ato da inscrição do ENEM, por meio de um questionário socioeconômico e com os resultados da avaliação (BRASIL, 2012c).

²⁹ A nota de corte do SiSU, que é calculada uma vez ao dia, no período de inscrição, “[...] é apenas uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento de sua inscrição, não sendo garantia de seleção para a vaga ofertada. O sistema não faz o cálculo em tempo real, e a nota de corte se modifica de acordo com a nota dos inscritos. A nota de corte só será informada pelo sistema a partir do segundo dia de inscrição”. (BRASIL, 2021a).

universidades federais (BRITO, 2009). No entanto, até o ano de 2014, o número de Intuições que haviam aderido integralmente ao Sistema não passava de 65%, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Número de universidades federais com adesão integral ao SiSU, por regiões brasileiras, no período de 2011-2014



Fonte: Silva e Luz (2014)

Talvez um dos motivos para a não adesão de imediato da totalidade das instituições públicas de educação superior para o uso do SiSU como mecanismo de acesso aos cursos de graduação tenha sido decorrente de alguns problemas acontecidos ao longo dos primeiros anos de implantação do *Novo ENEM*. Segundo os autores Lima, Prado e Vieira (2011, p. 3), devido a fraude “denunciada na mídia, e a mudança de data de realização das provas para dezembro, muitas instituições de ensino retiraram sua adesão ao exame”. Nesse sentido, a adesão da UFV ao SiSU, para o ingresso em seus cursos, caminhou de maneira gradual e mais tardia³⁰.

O acesso aos cursos de graduação da UFV, até o ano de 2009, poderia ocorrer das seguintes maneiras: vestibular único anual, vestibular seriado, mudança de curso dentro da própria Instituição, transferência de outras instituições e portador de diploma de curso de

³⁰ Até 2020 o SiSU conta com a participação de mais de 87% das universidades federais (BRASIL, 2020b).

graduação. Os candidatos que estavam encerrando o ensino médio e queriam tentar ingressar na Instituição precisavam realizar o vestibular anual ou o vestibular seriado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2011).

O vestibular único anual acontecia ao final de cada ano, em dois dias consecutivos. O primeiro dia contava com uma prova com 80 questões objetivas, composta por conhecimentos gerais das disciplinas de biologia, física, geografia, história, literatura brasileira, língua estrangeira, língua portuguesa, matemática e química. No segundo dia, eram aplicadas as provas discursivas de conhecimentos específicos de cada curso, além de questões de língua portuguesa e uma redação. Havia também o Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior (PASES), que correspondia a um programa trienal, com o objetivo de avaliar os alunos participantes ao final de cada ano do ensino médio. Ao final da última avaliação, o sujeito fazia a escolha do curso em que desejava ingressar e era classificado de acordo com as notas dos três anos, para o primeiro semestre letivo seguinte (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2011).

Em 2011, 20% das vagas dos cursos de graduação da UFV foram reservadas para o ingresso por meio do SiSU, com base nos resultados do ENEM de 2010. Entretanto, no ano seguinte, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, juntamente com o Conselho Universitário da Instituição, determinaram, pela Resolução Conjunta n. 1, de 07 de junho de 2011:

Art. 1º - Extinguir a forma de ingresso na UFV na modalidade de processo seletivo do Concurso Vestibular.

Art. 2º - As vagas dos cursos de graduação, estabelecidas anualmente pelo CEPE, passarão a ser preenchidas, a partir do ano de 2012, por duas modalidades de seleção: Sistema de Seleção Unificada - SISU/MEC e Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior - PASES.

Art. 3º - Aprovar a participação da UFV no SISU com 80% (oitenta por cento) de suas vagas.

Art. 4º - Ficam reservadas 20% (vinte por cento) das vagas para o processo seletivo no PASES. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2011).

Dessa forma, a partir de 2012, a UFV passou a ofertar 80% das vagas dos cursos da educação superior para o SiSU e os 20% das vagas restantes para o vestibular seriado PASES, extinguindo o Vestibular Tradicional. Apesar do aumento significativo, do ano de 2011 para 2012, da representatividade do Sistema, nos anos seguintes, de 2013 a 2015, a porcentagem de vagas ofertadas pelo Sistema não passou por alterações. Assim, cumprindo medidas da

política nacional (Lei n. 12.711/2012) sobre o sistema de cotas, a UFV reservou 20% das vagas nos três *campi* para os candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

A partir do primeiro semestre de 2016, a UFV passou a oferecer 100% das vagas dos cursos de graduação para o ingresso via SiSU, 50% delas reservadas para cotas, com base nos resultados e dados do questionário socioeconômico do ENEM de 2015. Portanto, os sujeitos interessados em ingressar na Instituição, em 2016, deveriam, no ato da inscrição no Sistema, optar por concorrer nas vagas reservadas, que se dividiam em diferentes modalidades, ou na ampla concorrência, conforme explicitado no Quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1 - Modalidades de acesso aos cursos de educação superior da UFV, segundo a Lei 12.711, de 2012, em 2016

MODALIDADE DE ACESSO	GRUPO DE ABRANGÊNCIA
Modalidade 1	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, AUTODECLARADOS pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita.
Modalidade 2	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que NÃO se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita.
Modalidade 3	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, AUTODECLARADOS pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar.
Modalidade 4	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que NÃO se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar.

Modalidade 5	Candidatos de AMPLA CONCORRÊNCIA que serão classificados somente de acordo com as notas obtidas no ENEM 2015.
---------------------	---

Fonte: Edital do Processo Seletivo para Ingresso nos Cursos Presenciais de Graduação do Primeiro Semestre de 2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2016c). Adaptado pela pesquisadora.

Em edital³¹ mais recente, a Universidade continuou selecionando os candidatos a partir dos resultados obtidos no ENEM realizado em ano anterior e com 50% das vagas reservadas conforme a Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012) e a Lei n. 13.409, de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais. Alteram-se, assim, as modalidades disponíveis a partir do SiSU, para atender a tal demanda, incluindo 4 novas modalidades, conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 - Modalidades de acesso aos cursos de educação superior da UFV, segundo a Lei 12.711, de 2012, e a Lei n. 13.409, de 2016, em 2020

MODALIDADE DE ACESSO	GRUPO DE ABRANGÊNCIA
Modalidade 1	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita.
<u>Modalidade 2</u>	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e pessoa com deficiência.
Modalidade 3	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que NÃO se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita.

³¹ Edital UFV/SISU Nº 30/2019/PRE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019b).

<u>Modalidade 4</u>	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que NÃO se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e pessoa com deficiência.
Modalidade 5	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar.
<u>Modalidade 6</u>	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar e pessoa com deficiência.
Modalidade 7	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que NÃO se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar.
<u>Modalidade 8</u>	Candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que NÃO se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar e pessoa com deficiência.
Modalidade 9	Candidatos de AMPLA CONCORRÊNCIA que serão classificados somente de acordo com as notas obtidas no ENEM 2019.

* Em destaque, sublinhado, são as novas modalidades.

Fonte: Edital UFV/SISU nº 30/2019/PRE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019b). Adaptado pela pesquisadora.

Ao analisar e comparar as modalidades de reserva do ano de 2016 e do ano de 2020, oferecidas pela UFV, podemos identificar que houve o acréscimo de modalidades específicas para atender à população com deficiência, passando de cinco diferentes modalidades para nove. A articulação da Lei de Cotas (Lei 12.711) e da Lei 13.409 com o SiSU institui uma

nova forma de seleção dos estudantes para ingresso nos cursos de graduação, nas universidades, consequentemente, na UFV, possibilitando o acesso de grupos sociais antes excluídos desse nível de ensino, por exemplo, pessoas com deficiência.

Dados do Censo do Ensino Superior de 2019 (BRASIL, 2019c) apontam que, do total dos ingressantes em cursos de graduação por reserva de vagas, os deficientes representavam 0,5%. Em relação à UFV (2020b), apesar do relatório anual de atividades destacar as ações desenvolvidas pela Instituição para o estudante com deficiência, o mesmo não apresenta o número de matriculados. Os autores Martins, Leite e Ciantelli (2018, p. 21), em seu estudo sobre o mapeamento dos índices de estudantes com deficiência na educação superior, ao longo de 2014 a 2015, destacam, além do baixo número de estudantes com deficiência nesse nível de ensino, a falta de informação das instituições em relação a tais indivíduos, o que tende a ampliar a “dificuldade em prover os atendimentos e ajustes necessários às suas demandas específicas”.

Nesse sentido, consideramos, juntamente com Czerniaski (2014), que, apesar de seus limites, o SiSU proporcionou uma articulação entre o ENEM e a Lei de Cotas, possibilitando, em um único sistema, fazer a reserva de vagas destinadas a grupos específicos assegurados pela Lei, promovendo a inclusão de grupos sociais desfavorecidos, no acesso à educação superior. No Vestibular Tradicional, muitas instituições públicas faziam o uso da política de bônus, a qual oferecia ao candidato um aumento na nota final obtida na prova, para disputar a vaga com os demais candidatos, no curso pretendido (CZERNIASKI, 2014).

A reserva de vagas para determinados grupos envolve políticas públicas com o objetivo de prevenir discriminação ou servir como uma forma de reparar os efeitos dela. Apesar de, no Brasil, o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas para a educação superior ter começado a ganhar destaque nas discussões públicas, no final da década de 1990, as primeiras iniciativas de cotas aconteceram apenas em 2003, no Rio de Janeiro (RJ), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), que reservaram mais de 40% das vagas para a população preta e parda (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Em anos seguintes, vimos a adoção das ações afirmativas para os grupos socioeconomicamente desfavorecidos. Entretanto, as políticas que buscam por democratização do acesso à educação superior não tratam somente das questões relacionadas ao capital econômico, mas também daquelas relacionadas às causas de gênero, físicas etc. Assim, nos Quadro 1 e 2, conseguimos observar um avanço na UFV, em relação ao combate à exclusão social. Vale lembrar que as ações afirmativas devem ir além da reserva de vagas, possibilitando

que ações dentro de cada instituição também possam ser promovidas para a permanência desses estudantes na universidade.

2.4 Programas de Assistência Estudantil

O crescimento da demanda social por formação superior impulsionou as diversas reformas que foram realizadas ao longo desses anos, para a educação superior. Um conjunto de medidas foram desenvolvidas tanto no setor privado, quanto no setor público. Tais medidas denominadas pelo PNE de 2010 e de 2014 como políticas de incentivo para a ampliação do acesso à educação superior, no Brasil. Algumas dessas ações foram os já mencionados programa de expansão REUNI, que possibilitou o aumento do número de vagas nos cursos de graduação e a criação de novos cursos nas universidades federais; e a substituição do Vestibular Tradicional pelo *Novo ENEM*, que, juntamente com a criação do SiSU, expandiu as possibilidades de ingresso em universidades do país todo.

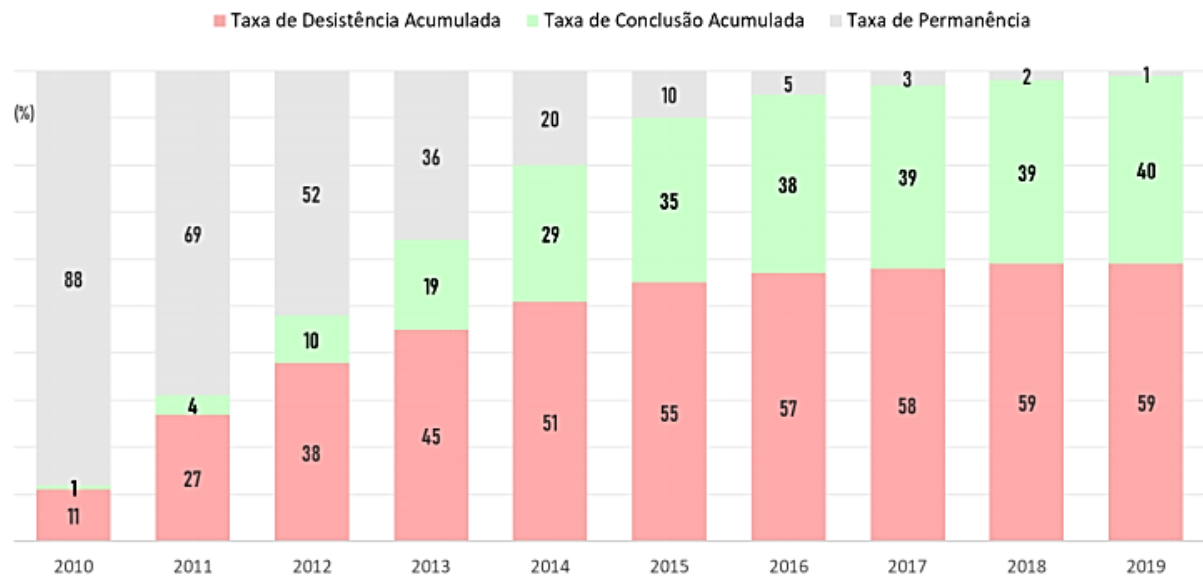
No entanto, ofertar o acesso não garante a permanência na universidade, pois isso não é uma tarefa fácil. O sujeito, ao ingressar, tem que ser capaz de enfrentar vários desafios para não ser excluído pela evasão e conseguir concluir o curso de graduação com sucesso. É um nível de ensino historicamente composto, em sua grande maioria, pela elite. Entretanto, com a ampliação do acesso e das ações de reserva de vagas, mais sujeitos das camadas populares têm ingressado na universidade (MARQUES; REAL; OLIVEIRA, 2017).

Ao ingressar na universidade, os estudantes, principalmente os oriundos das camadas populares, podem ter diversas dificuldades, como: falta de moradia, falta de monitorias, reprovações nas disciplinas, necessidade de desempenhar atividades de trabalho, entre muitas outras. Dessa forma, ao se pensar na universidade como um instrumento que pode contribuir para a transformação social, é preciso assegurar o acesso, todavia, não se pode perder de vista que não basta oferecer vagas suficientes para todos: é necessário, também, garantir as condições de permanência dos estudantes nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes.

O estudo realizado por Silva e Veloso (2013) evidencia uma análise bibliográfica e documental sobre as políticas públicas desenvolvidas para a educação superior, com foco na discussão sobre o termo “acesso”. As autoras destacaram a necessidade de se repensar o conceito de democratização do acesso, reduzido apenas ao ingresso dos estudantes na universidade, propondo que nessa concepção sejam incluídas também a permanência, a formação de qualidade e a conclusão do curso. O Gráfico a seguir é do Censo da Educação

Superior de 2019, sobre o número de desistência, de conclusão e de permanência na educação superior.

Gráfico 5 – Evolução da Média dos Indicadores de Trajetória dos Ingressantes em Cursos de Graduação de 2010 – Brasil - 2010-2019



Fonte: BRASIL (2019e).

O Gráfico 5 apresenta o acompanhamento que o INEP fez da trajetória dos estudantes que ingressaram em 2010, em algum curso de graduação, presencial ou a distância, até o encerramento de seu vínculo no mesmo curso. A categoria permanência considera aqueles sujeitos que ainda têm vínculo ativo no seu curso de ingresso. A categoria desistência apresenta aqueles que se desvincularam do curso ou fizeram transferência. A categoria conclusão evidencia aqueles que se formaram até o ano de 2019. Destacamos que, ao longo de 10 anos, apenas 40% haviam concluído o curso em que ingressaram em 2010 e a desistência atingiu 59% dos estudantes. A partir desses dados, entendemos que viabilizar apenas o ingresso na universidade não garante a conclusão do curso. Para reverter esse cenário de expansão entendida apenas como acesso e de alto índice de evasão, ações de permanência devem ser desenvolvidas.

Nesse sentido, juntamente com a criação da política pública de expansão da educação superior, foi instituído, pela Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Ministério da Educação. O Programa tinha como principal objetivo garantir a permanência dos estudantes de cursos de graduação presenciais das instituições federais, por meio de ações articuladas com ensino,

pesquisa e extensão. Além disso, o Art. 2º da Portaria também definia as áreas da assistência estudantil:

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I — moradia estudantil;
- II — alimentação;
- III — transporte;
- IV — assistência à saúde;
- V — inclusão digital;
- VI — cultura;
- VII — esporte;
- VIII — creche; e
- IX — apoio pedagógico. (BRASIL, 2007b).

Ao observarmos a proposta do Programa de estratégias de permanência dos estudantes, conseguimos identificar uma proposta que visa à atuação em diversas áreas para além da sala de aula. Na UFV a Assistência Estudantil, de responsabilidade da Pró-Reitora de Assuntos Comunitários (PCD), possui diversos programas e atividades com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes na Instituição. Tais ações contam com bolsas para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, serviços de alimentação, moradia, saúde e atividades de esporte e lazer, de acordo com o PNAES. A seguir, apresentamos alguns dos benefícios e dos auxílios do programa de permanência, ofertados ao longo do ano de 2017 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019c).

- **Auxílio Creche/Pré-escola**

Auxílio financeiro, no valor de R\$ 250,00, para o custeio de creche ou pagamento de cuidador para o filho, com menos de seis anos, de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

- **Auxílio Emergencial**

Auxílio financeiro, no valor de R\$ 250,00, concedido mediante laudo técnico, a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, em casos de emergência de acordo com as áreas citadas no Art. 3 do Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010.

- **Atendimento psicossocial**

A Divisão Psicossocial (DVP) é constituída por profissionais da área de psicologia, psiquiatria e serviço social para atenderem a comunidade universitária de forma individual ou em grupo. Dentre as atividades coletivas, a Universidade oferece a Oficina Desenvolver-se, com o objetivo de aperfeiçoar habilidades pessoais e interpessoais; e a Terapia Comunitária, com o objetivo de favorecer a saúde emocional dos participantes. A DVP também realiza ações de prevenção de drogas, intituladas “Março de Boa”, o projeto de recepção aos calouros “Desafios da Liberdade” e a Campanha de Prevenção ao Suicídio, “Setembro Amarelo”.

- **Bolsa Alimentação: restaurantes universitários**

É um serviço de alimentação gratuita, oferecida nos Restaurantes Universitários da UFV, aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica comprovada e regularmente matriculados na Instituição. Os restaurantes oferecem café da manhã, almoço e jantar, de segunda-feira a domingo.

- **Bolsa de Iniciação Profissional**

Bolsa de R\$ 150,00, por meio de seleção em edital, aos sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica que desejam complementar a disponibilidade orçamentária mensal. Tais estudantes devem cumprir até 8 horas semanais de trabalho em setores administrativos da UFV.

- **Divisão de Saúde**

É um ambulatório que oferece serviços de atenção básica à saúde da mulher e da criança (pediatria, ginecologia e nutrição materno-infantil); atendimento médico de clínica geral; diagnóstico por imagem; enfermagem; fonoaudiologia; laboratório de análises clínicas; nutrição; e odontologia, além de promover várias campanhas de prevenção de doenças para a Universidade e a comunidade em geral.

- **Esporte e lazer**

A Divisão de Esporte e Lazer (DLZ) é o setor responsável pela organização das atividades físicas, esportivas e de lazer, para a comunidade acadêmica. A DLZ coordena as quadras externas e o espaço de convivência, além das Associações Atléticas Acadêmicas (AAA), que representam os cursos e o Projeto “Capoeira Alternativa”. No ano de 2017, a DLZ promoveu 36 ações e eventos e diversos projetos esportivos e de lazer na Instituição, como campeonatos, treinos e festivais de dança.

- **Moradia estudantil**

A UFV conta com unidades de alojamento, oferecendo moradia gratuita para estudantes de graduação regularmente matriculados e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A Universidade também oferece o Auxílio Moradia, no valor de R\$ 230,00, que consiste em uma ajuda financeira para o custeio do aluguel no município em que o campus se localiza.

- **Primeiro ano**

A UFV criou um espaço no site³² da Instituição dedicado aos ingressantes. Nele estão informações importantes para o primeiro ano de estudo. Assim, conta com orientações acadêmicas (horário das aulas, avaliações e uso das plataformas online da instituição: SAPIENS³³ e PVANT³⁴), programas de tutoria e outros projetos de acolhimento aos estudantes ingressantes.

- **Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI)**

Com a proposta de inclusão, essa Unidade faz o atendimento educacional especializado a estudantes que apresentem necessidades educacionais em razão de alguma deficiência física ou transtorno do neurodesenvolvimento. A UPI conta com equipamentos que viabilizam a acessibilidade, a impressão e adaptação de materiais e serviço de Intérpretes e

³² <http://www.primeiroano.ufv.br/>

³³ Sistema de Apoio ao Ensino da UFV. É uma ferramenta on-line, em que o estudante da UFV consegue acessar seu histórico, as disciplinas matriculadas e as notas.

³⁴ Ambiente Virtual de Aprendizagem. É uma ferramenta on-line, utilizada para apoio às aulas presenciais, como materiais extras, referentes às disciplinas matriculadas.

Tradutores de Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Língua Portuguesa. Eles também oferecem processo formativo aos docentes da UFV, com o objetivo de orientá-los para o desenvolvimento de um processo de ensino que amplie a acessibilidade.

Durante o período da pandemia da COVID-19³⁵, a UFV concedeu outros auxílios emergenciais aos estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2020a):

- **Auxílio de Inclusão Digital**

Recurso destinado aos estudantes regularmente matriculados no Período Especial Remoto (PER) e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, moram em áreas rurais ou não possuem cobertura de dados móveis.

- **Auxílio Emergencial de Alimentação e Moradia**

Recurso destinado aos estudantes regularmente matriculados no Período Especial Remoto (PER), que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que, com o início da pandemia, não conseguiram retornar para suas casas ou precisaram voltar as suas atividades presenciais aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

- **Auxílio Provisório de Apoio ao Estudante**

Recurso destinado aos estudantes regularmente matriculados no Período Especial Remoto (PER), que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que não estejam recebendo os auxílios emergenciais alimentação/moradia.

A missão da PCD é garantir a saúde e a qualidade de vida de toda a comunidade universitária, bem como desenvolver e consolidar políticas e ações de atendimento ao estudante que favoreçam a permanência dos alunos na Universidade, para completarem seus estudos. Como foi apresentado, o atendimento à comunidade é formado por um conjunto de programas e ações voltados para a promoção da saúde e da qualidade de vida, que inclui o incentivo a hábitos de vida saudáveis, a prática de atividades físicas e de lazer e a atenção à saúde física e mental. A assistência ao aluno, por sua vez, busca oferecer as condições necessárias para que o

³⁵ Pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que chegou ao Brasil, em 2020.

estudante permaneça na UFV, favorecendo o bom desempenho acadêmico, buscando reduzir o risco de evasão e retenção.

Diante da Portaria Normativa n. 39, de 2007, do PNAES, e da instituição da Lei de Cotas, as universidades tiveram o perfil estudantil reconfigurado, com o acesso de sujeitos oriundos de frações de classes historicamente excluídas desse nível de ensino. Assim, além dos programas de auxílio financeiro e moradia, medidas de apoio pedagógico e cultural tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento acadêmico e a permanência desses estudantes (MATTOS; FERNANDES, 2019).

Finalizando esta seção, consideramos relevante assinalar a importância da compreensão de algumas características das políticas públicas desenvolvidas para a educação superior, nos anos de 2001 a 2020, e a necessidade de se compreender os possíveis efeitos do SiSU nas ações e organização das instituições e cursos. Conhecer o cenário da educação superior do Brasil é importante para a análise dos dados desta pesquisa, na busca pela compreensão do processo de escolha do curso e de estratégias utilizadas pelos estudantes, ao longo de suas trajetórias. A seção seguinte traz a discussão do aporte teórico da área da Sociologia da Educação, que serviu de base para a análise dos dados coletados.

3 TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

Os estudos sobre trajetórias escolares estão em destaque na área da Sociologia da Educação. Em nossa pesquisa, utilizamos a proposta desse campo de estudo em relação à escolha do curso superior e as trajetórias acadêmicas, diante da nova dinâmica de acesso por meio do SiSU. Portanto, ao reconhecer que as trajetórias escolares dos sujeitos recebem influências de diferentes variáveis, alguns aspectos devem ser considerados na compreensão da efetivação da escolha pelo curso superior, como a origem social, o acúmulo de capitais (econômico, social e cultural), o *habitus*, as vivências e os gostos pessoais. Como aportes teóricos foram utilizados conceitos desenvolvidos por Bourdieu (1994; 2013a; 2013b), Bourdieu e Passeron (2014a; 2014b), Coulon (2008), Lahire (1997; 2017), Nogueira (2003; 2012) dentre outros (LACERDA, 2010; PIOTTO, 2008; PIOTTO; NOGUEIRA, 2021; VIANA, 1998).

3.1 Apontamentos de estudos sobre as trajetórias escolares

Os estudos em relação à área da Sociologia da Educação trazem diferentes temáticas, conceitos e termos. Dentre eles encontramos a questão das trajetórias escolares que não constitui uma ideia recente, pois na década de 1960 já haviam surgido os primeiros interesses dos sociólogos em investigar o percurso escolar dos sujeitos. Na França, a partir da década de 1950, os movimentos sociais exerceram fortes influências na educação, pois defendiam em suas lutas que uma escola pública e gratuita para todos seria capaz de resolver os problemas das desigualdades sociais. Contudo, apesar da expansão da escolarização da população, isso não ocasionou uma redução da diferença entre as classes sociais (NOGUEIRA, 2004).

Dessa forma, a escola passa a ser entendida como uma das principais instituições que, ao invés de proporcionar uma educação de qualidade e democrática, legitima a desigualdade social, pois, apesar de ser vista como um ambiente neutro, tende a contribuir para a reprodução da estrutura social. Como o processo de ensino é fundamentado na cultura dominante, a escola impõe que todos os sujeitos se enquadrem em seus valores, porém, cada aluno, ao ingressar, carrega uma bagagem cultural que não necessariamente será a mesma da instituição de ensino. Porém, aqueles oriundos da classe dominante serão privilegiados diante da prática pedagógica, pois vão ser capazes de atender com facilidade as exigências escolares (NOGUEIRA, NOGUEIRA; 2002).

Pensando sobre tais questões, Bourdieu traz algumas reflexões sobre a escola, tomando como ponto de partida a ideia de arbitrário cultural, na qual, de forma implícita, sutil ocorre e a legitimação social da cultura pertencente às elites, aos grupos dominantes na sociedade³⁶. Nesse caso, a escola seria uma instituição que exerceria um papel fundamental para perpetuar tal cultura, uma vez que os conteúdos são resultados de arbitrários culturais, pois seriam os saberes correspondentes a um determinado grupo, desprestigiando outros. De modo geral, a escola tenderia a reproduzir e a valorizar a cultura das classes dominantes, considerando-se que “[...] toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 2014a, p. 26). Dessa forma, o conhecimento transmitido pela escola teria seus valores arbitrários atrelados à cultura dominante, sendo as disciplinas, os conteúdos e as avaliações relacionadas com a afinidade dos interesses da elite cultural.

Para que todo esse processo de inculcação de um arbítrio cultural de uma determinada classe (dominante) seja eficaz, deve-se realizar um *Trabalho Pedagógico* capaz de desenvolver uma formação durável e que perpetue. E esse Trabalho pode ser definido como: Primário, que corresponde a reprodução do *habitus* da classe em que o agente³⁷ se encontra, ou seja, está mais relacionado com o *habitus* da família; e o Secundário, que tem a pedagogia explícita desse processo de inculcação, ou seja, está relacionado com o processo desenvolvido na escola. O sistema de ensino, por reproduzir um arbítrio cultural de um determinado grupo social, caso o agente não seja dessa classe, ignora o Trabalho Pedagógico Primário e ressalta o Secundário que, na forma institucionalizada, será conhecido como *Trabalho Escolar* (BOURDIEU; PASSERON, 2014a).

Na escola, a prática pedagógica vai reproduzir ideais culturais dominantes, e para que isso aconteça, de forma natural e dissimulada, o trabalho dos professores tem um papel fundamental, já que são os responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. Bourdieu e Passeron (2014a) discutem que o Trabalho Pedagógico Secundário aliado à cultura dominante, difunde uma educação que, além de ignorar as diferenças entre os alunos, contribui para a reprodução social e, por conseguinte, para a manutenção do modelo social acentuando as diferenças e a desigualdade entre os sujeitos.

³⁶ Bourdieu entende a classe social como um grupo de agentes sociais situados em uma posição social. As elites ou grupos dominantes, são o conjunto de agentes detentores dos mais elevados capitais cultural, econômico, social e simbólico (SALLUM JR; BERTONCELO, 2017).

³⁷ Bourdieu adota esse termo para se referir à ideia dos indivíduos que agem nas situações sociais.

Consequentemente, mesmo com o processo de expansão e democratização da educação, diante dos mesmos direitos, avaliações e atividades, a escola privilegiaria a bagagem e ações da cultura da classe dominante e uma vez que as demais classes não estão habituadas aos costumes, elas fracassariam (NOUGUEIRA; NOGUEIRA, 2004). Nessa linha de pensamento, em meados dos anos de 1960, Bourdieu e Passeron (2014b) passaram a elucidar que o sistema educacional não apenas valoriza a cultura dominante, mas também reproduz o pensamento e o discurso, reforçando a desigualdade e distanciando as classes sociais.

À vista disso, Bourdieu e Passeron (2014b) já empregavam o termo trajetórias escolares como uma forma de análise para compreender as desigualdades sociais, porque para eles a escola cooperaria para a manutenção da cultura social das classes dominantes, ideia conhecida como Teoria da Reprodução. Essa teoria buscava “[...] estabelecer correlações amplas entre as categorias socioeconômicas e o desempenho escolar dos sujeitos a elas pertencentes” (NOGUEIRA; FORTES, 2004, p. 57). Assim, mesmo com a expansão do acesso à educação formal na França, tal processo não acarretou diminuição da diferença entre as classes sociais, pois as crianças das camadas populares, não conseguiam atender a cultura e as exigências do meio escolar.

Em relação à educação superior, Bourdieu e Passeron (2014b) em suas pesquisas apontaram a universidade francesa como um espaço constituído de herdeiros, ou seja, um espaço composto por sujeitos que correspondem às demandas da seleção de ingresso à educação superior, a fim de selecionar os melhores. A universidade não se diferenciaria do modelo instituído na escola, na qual reproduz e valoriza os aspectos referentes da cultura dominante, evidenciando a importância da influência da origem social para o ingresso na educação superior e na escolha do curso.

A partir desses estudos, Bourdieu e Passeron (2014a; 2014b) concluíram que a instituição de ensino colaborava para a manutenção da cultura social das classes dominantes por meio de seus mecanismos internos, reproduzindo e legitimando a desigualdade social. Portanto, com o objetivo de compreender as desigualdades sociais, esses autores passaram a ter como foco de estudo as trajetórias escolares, entendidas como os percursos realizados pelos indivíduos nos seus anos escolares e, mesmo que seja específica ao campo escolar, são condicionadas por fatores extraescolares, sobretudo, a origem social dos estudantes. Vale destacar, que outros conceitos dos estudos de Bourdieu, como, capital cultural, *habitus* e as disposições sociais e familiares, também fazem parte desta pesquisa e serão tratados em tópicos seguintes.

Embora a classe social seja um fator de grande importância para a compreensão das dinâmicas e relações dos agentes, estudos de Lahire (1997; 2005), defendem que aspectos subjetivos também devem ser reconhecidos para a interpretação dos significados das práticas dos indivíduos, ou seja, nos estudos sobre trajetórias escolares as estruturas sociais e os aspectos individuais, relacionados à sua singularidade, devem ser considerados para a interpretação das práticas dos indivíduos ao longo desse percurso de estudo. Portanto, esses estudos destacam a importância de se conhecer a influência de aspectos das histórias individuais dos sujeitos.

Lahire (1997), ainda que considere as influências da classe social no processo de socialização e educação dos sujeitos, apresentou em seus estudos que existem questões relacionadas à complexidade do indivíduo, que podem exercer influência na trajetória escolar, uma vez que cada pessoa é composta por uma multiplicidade de hábitos e pensamentos que foram incorporados diante dos diversos universos sociais em que convive. Para o autor as ações dos sujeitos apresentam uma grande complexidade devido às experiências e vivências singulares que eles passam ao longo do processo de socialização. Assim, as trajetórias dos sujeitos não poderiam ser compreendidas e definidas apenas por meio da representação do seu grupo social, pois apresentariam uma simplificação dessa realidade, com aspectos gerais de cada grupo social, tornando-se insuficiente para entender as ações dos indivíduos. Lahire reconhece

[...] o indivíduo como produto complexo de diversos processos de socialização, faça ver a pluralidade interna: o singular é necessariamente plural. Pela coerência e na homogeneidade das disposições individuais pensadas nas sociologias em escalas grupais ou institucionais, se substitui uma visão mais complexa do indivíduo, menos unificada, e portador de hábitos (esquemas ou disposições) heterogêneas e, em certos casos, opostas e contraditórias. As ciências sociais (particularmente a Sociologia, a Antropologia e a História) viveram por muito tempo uma visão homogeneizada do indivíduo. (LAHIRE, 2017, p. 52).

Apesar de Lahire destacar a importância de se considerar os elementos singulares da história de cada sujeito, ele utiliza a perspectiva disposicionalista de Bourdieu, na qual o indivíduo, ao longo da sua socialização, incorpora várias disposições. Porém, Lahire entende que essa incorporação não acontece da mesma maneira em sujeitos que são pertencentes a uma mesma origem social ou mesmo grupo familiar, pois existe uma diversidade de ações que os sujeitos apresentam frente a diferentes contextos. Deste modo, ele reconhece a necessidade de levar em consideração a heterogeneidade de vivências e experiências que podem resultar na

incorporação de disposições variadas pelo indivíduo ao longo de toda a sua trajetória (NOGUEIRA, 2012).

Em uma busca rápida no Dicionário Michaelis Online³⁸, os significados para a palavra trajetória foram: “trajeto, acepção; linha ou caminho percorrido por um corpo ou partícula em movimento; direção que alguém ou algo toma; via; ação de percorrer esse caminho ou esse trajeto”. Ao pensar em trajetórias escolares, Nogueira e Fortes (2004) trazem que o corpo em movimento se refere ao aluno, em um espaço que é a escola. Portanto, ao se propor estudos nessa área, caracteriza-se o percurso dos sujeitos dentro do sistema de ensino, analisando as trajetórias realizadas por diferentes grupos sociais ou em escala individual. No primeiro caso avaliado como trajetórias bem-sucedidas estão aqueles que alcançam os níveis mais altos e de prestígio de ensino, por exemplo a educação superior; e no segundo caso as trajetórias bem-sucedidas são daqueles que conseguem alcançar um desempenho igual ou superior dos indivíduos da mesma origem social.

Em estudo sobre a escolarização dos jovens originários de famílias privilegiadas economicamente, Nogueira (2004) aponta que a

[...] trajetória escolar não é completamente determinada pelo pertencimento a uma classe social e, portanto, de que ela se encontra associada também a outros fatores, como as dinâmicas internas das famílias e as características “pessoais” dos sujeitos, ambas apresentando um certo grau de autonomia em relação ao meio social (NOGUEIRA, 2004, p. 135).

Partindo da ideia da autora, as trajetórias escolares são compreendidas como percursos biográficos da vida escolar dos sujeitos que trata do fruto determinado pelas condições ligadas a sua origem social. No entanto, existem outros elementos a serem considerados como, por exemplo, as características individuais que também tendem a influenciar nesse percurso escolar. Assim, superando a visão de que a classe social pertencente é determinante nos caminhos percorridos, encontramos as trajetórias atípicas e, exemplo disso, seriam os casos atípicos de sucesso escolar em famílias de camadas populares, como aqueles em pesquisas de Viana (1998), Lacerda (2010) e Piotto (2008) sobre a longevidade escolar em famílias de camadas populares na educação superior.

Viana (1998) realizou um estudo sobre as trajetórias de estudantes da graduação e da pós-graduação, Lacerda (2010) sobre irmãos que ingressaram em uma instituição de alto

³⁸Cf: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trajet%C3%B3ria/>. Último acesso em 01/07/2022.

prestígio social e Piotto (2008) sobre um estudante do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Dentre tais pesquisas, além de analisarem todo o percurso dos estudantes até o ingresso na universidade, destacaram a influência das famílias na trajetória escolar dos seus filhos. Partindo da perspectiva da influência das disposições sociais, os sujeitos participantes dos estudos citados, desviam dos padrões de sua classe, na qual tenderiam, segundo Bourdieu (2013b), por causa do baixo volume de capitais, a carreiras escolares mais curtas. Assim, seguindo o princípio de que as disposições individuais não decorrem somente da posição social, pode-se considerar que as trajetórias escolares dos estudos de Viana (1998), Lacerda (2010) e Piotto (2008) não foram determinadas completamente pela classe social (LAHIRE, 1997).

Em relação às pesquisas sobre trajetórias, Nogueira (2004, p. 135) observa

[...] uma “sociologia das trajetórias escolares”, embora tal afirmativa deva ser acompanhada da observação de que esta, a exemplo de toda a sociologia da educação contemporânea, abriga uma certa pluralidade interna: os horizontes teóricos, as formas de abordagem, os dispositivos metodológicos não são os mesmos de um autor a outro. Um ponto, no entanto, parece constituir consenso: o de que a trajetória escolar não é completamente determinada pelo pertencimento a uma classe social e, portanto, de que ela se encontra associada também a outros fatores, como as dinâmicas internas das famílias e as características “pessoais” dos sujeitos, ambas apresentando um certo grau de autonomia em relação ao meio social.

Ao considerar a educação superior como campo de estudo, se utilizarmos apenas a origem social como único fator determinante da trajetória, julgaríamos que todos os agentes oriundos de uma mesma classe social, apresentariam ações homogêneas, influenciados apenas pelo seu grupo social de origem. Contudo, acreditamos que para uma investigação mais aprofundada, aspectos subjetivos na influência das disposições incorporadas pelo indivíduo devem ser considerados. Assim, a soma dessas duas perspectivas seriam complementares e poderiam contribuir para o entendimento mais aprofundado sobre a rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação da UFV. Porém, vale destacar que Lahire (1997; 2017) traz como proposta uma análise mais detalhada e minuciosa das múltiplas socializações ao longo das trajetórias dos sujeitos, investigando por exemplo a respeito das práticas de leitura, escrita e atividades de lazer, produzindo uma biografia do entrevistado. No entanto, para este estudo, as ideias do autor foram utilizadas para a análise da influência das variações e das experiências individuais no percurso acadêmico.

Consideramos, assim, que diversos estudos e pesquisas que se dedicam a compreender as trajetórias escolares, apresentando as condições ligadas à origem social, desempenham um importante papel no decorrer da vida escolar dos sujeitos. Entretanto, outros

fatores relacionados às características individuais e pessoais, também podem exercer influências significativas na trajetória escolar de alguns estudantes, resultando em um caso atípico em relação à classe social de origem. Nesta pesquisa nosso foco foi a utilização do conceito trajetórias escolares para compreender o caminho percorrido pelos estudantes na educação superior.

3.2 A perspectiva bourdieusiana sobre a influência dos capitais nas trajetórias escolares

Ao tratarmos de estudos contemporâneos da área da Sociologia da Educação, destacamos as teorias desenvolvidas pelo autor francês Bourdieu (1994; 2012; 2013a; 2013b; 2014) que, na tentativa de superar as abordagens de pesquisa objetivista e subjetivista de conhecimento, apresenta uma nova proposta de conhecimento denominada praxiológica, na qual rompe com a ideia objetivista, por acreditar que essa perspectiva não conseguiria explicar as ações dos indivíduos, já que nem sempre eles agem de maneira uniforme e previsível, mas devido a influência das vivências ao longo das trajetórias. Já em relação ao subjetivismo, pondera que os sujeitos são incapazes de agir de forma meramente livre e consciente, em razão da estrutura social ser uma das responsáveis, agente estruturante, da subjetividade do indivíduo.

Nessa nova abordagem de análise estruturalista construtivista, ou praxiológica, o autor acredita que o mundo social, com suas estruturas objetivas, pode influenciar as ações dos sujeitos ao longo das suas trajetórias, porém, todas essas estruturas são constantemente construídas socialmente. Bourdieu com sua teoria buscou superar a ideia de que o indivíduo está separado da sociedade, assinalando que existe uma relação dialética entre o agente e a estrutura social. Então, temos que procurar entender melhor como esses aspectos atuam na estruturação da prática do indivíduo. Portanto, todos os sujeitos vão passar pela socialização em que suas ações são construídas por meio do *habitus*, que segundo o sociólogo seria um conjunto de

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador de práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1994, p. 61).

Em outras palavras, o *habitus* funcionaria como “[...] um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’”. (BOURDIEU, 2013b, p. 83). Nesse sentido, entende-se que o *habitus* é um conjunto de disposições que pode ser determinante na ação dos agentes, aspecto de grande importância para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelos estudantes na sua vida escolar e no seu percurso acadêmico. A gênese desse conceito retoma a ideia de Aristóteles em relação a *hexis* e, procurando romper com uma tradição estruturalista, traz o conceito de *habitus* como disposições duráveis e transponíveis, incorporadas devido a aspectos sociais.

Bourdieu, em seus estudos (1994 e 2013), procurou compreender e descrever a lógica de funcionamento das estruturas sociais, espaço composto por um conjunto de relações invisíveis, conflito e lutas simbólicas, no qual os sujeitos pertencentes aos grupos dominantes procuram manter sua posição. Então, ao pensar na estrutura social de uma sociedade organizada a partir da hierarquização da qualificação dos sujeitos, outros conceitos desenvolvidos pelo autor de grande importância para compreender a sociedade e que vão exercer fortes influências no *habitus* dos agentes sociais, são: o capital econômico, o capital social e o capital cultural.

Os capitais são transmitidos de forma hereditária, como, bens materiais, gostos, hábitos e maneiras de agir. Os agentes, diante da escola, realizam diferentes ações pautadas a partir do uso dos capitais, e de suas diferentes posições nas classes sociais, e no sistema escolar. À medida em que se “gastam” esses capitais, o que não se convertem em perda, mas sim, em acúmulo de mais capital, a herança, aumenta. O entendimento dos tipos de capital, conceituados por Bourdieu, são fundamentais para compreender a ação dos agentes, já que eles influenciam a reprodução ou a mobilidade social. Porém, tais ações são desenvolvidas a partir do campo do possível, em constante avaliação de risco (BOURDIEU, 2013b).

Segundo a teoria de Bourdieu (2013), o capital econômico pode ser definido como os bens materiais e a riqueza econômica que o indivíduo ou sua família possui e o que também está ligado ao capital cultural e capital social. A acumulação desse capital aconteceria por investimento econômico ou até mesmo por estratégias culturais e/ou relações sociais que mantivessem ou ampliassem esse capital. Ao pensar no cenário da educação superior, o capital econômico do estudante poderia ser materializado por meio dos livros e dos cursos que ele pode comprar e o dinheiro utilizado em transporte, alimentação, cursos extras, seminários, moradia e vestuário.

Já o capital social pode ser compreendido como o conjunto de relações sociais que poderiam oferecer alguma facilidade para se ter acesso a uma oportunidade. Tal recurso

necessitaria desenvolver estratégias para se manter na posição ou conquistar uma mais elevada, sendo assim uma constante disputa na sociedade. Os sujeitos detentores de mais capitais tendem a serem mais capazes de efetuar ações que facilitam a conquista de espaço na estrutura social. Em tese, o capital social

[...] refere-se ao conjunto de relações sociais (amizades, laços de parentesco, contatos profissionais, etc.) mantidas por um indivíduo. O volume de capital social de um indivíduo seria definido em função da amplitude de seus contatos sociais e, principalmente, da qualidade desses contatos, ou seja, da posição social (volume de capital econômico, cultural, social e simbólico) das pessoas com quem ele se relaciona. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 51).

As relações sociais passam a ser de grande importância para os agentes, uma vez que tendem a ampliar os outros capitais. Portanto, o capital social corresponde a um recurso social que gera benefícios, por exemplo, a inserção do estudante em um estágio em uma grande empresa, o que conseqüentemente poderia gerar uma indicação a uma vaga de emprego depois de concluído o curso de graduação.

O capital cultural constituiria, segundo Bourdieu (2013b), no conjunto de qualificações intelectuais interiorizadas pelo indivíduo por meio dos processos de socialização no sistema escolar e no ambiente familiar. Diferente da escola, o capital cultural produzido e transmitido pela família seria a forma mais velada, mas determinante, para o desenvolvimento de aspectos como o gosto pela leitura, valorizados pelas instituições escolares. Portanto, ao tratarmos da análise das trajetórias e das desigualdades escolares entre classes sociais, um conceito que deve ser destacado é o capital cultural.

Principalmente pelo desempenho escolar é que o capital cultural é definido, uma vez que os agentes bem sucedidos são os detentores de maior volume de capital cultural escolarmente valorizado, ou seja, as crianças das classes sociais mais favorecidas, desmistificando a ideia de que o bom desempenho escolar está relacionado ao “dom”. Já aqueles que não possuem o capital cultural tendem a fracassar, pois possuem mais dificuldades de dominarem os códigos que a escola valoriza. Assim, a educação passa a contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, colaborando para a manutenção da ordem social (PIOTTO; NOGUEIRA, 2021).

Dessa forma, o capital cultural assume papel central como elemento importante na explicação das desigualdades escolares entre classes sociais. Esse conceito torna-se fundamental para desmistificar a ideia de que o sucesso e o fracasso escolar são unicamente resultado das aptidões e dons pessoais de cada indivíduo. Outros aspectos, como aqueles

relacionados às desigualdades entre classes sociais, tendem a exercer influências sobre as trajetórias escolares (BOURDIEU, 2013b), tornando possível compreender as diferentes estratégias de investimentos escolares adotadas pelas classes sociais, especialmente em relação à educação superior.

De acordo com Bourdieu (2013b) o capital cultural pode ser encontrado em três estados: o capital cultural incorporado, o objetivado e o institucionalizado. Em sua forma incorporada,

pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor (tal como o bronzeamento, essa incorporação não pode efetuar-se por procuração). Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do sujeito sobre si mesmo (“fala-se em cultivar-se”). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa, um *habitus* (BOURDIEU, 2013b, p. 74-75).

Assim, o capital cultural demanda, para a sua acumulação, uma incorporação que corresponde às vivências cotidianas, em especial no meio familiar, portanto, é a junção de disposições apreendidas desde muito cedo pelo sujeito, o que impossibilita que sejam adquiridos e/ou acumulados em um curto período. Já no estado objetivado, o capital cultural consiste em bens culturais como livros e obras de arte, mas apenas a sua posse não garante a incorporação do capital cultural objetivado, pois isso depende das disposições do *habitus* do agente. É necessário lembrar que sujeitos utilizam da conversão de alguns capitais para adquirir outros, necessários, por exemplo, na conversão de capital econômico em capital cultural institucionalizado, o qual refere-se aos certificados e diplomas que, em longo prazo, podem ser convertidos em outros capitais, como o econômico.

Ao analisar as escolhas ao longo das trajetórias escolares de sujeitos, Bourdieu (2013b), considera que os mesmos tendem a se organizarem por meio de padrões de estratégias desenvolvidas pelas diferentes classes sociais. Os indivíduos pertencentes à classe popular são detentores de baixo volume de capitais, portanto, suas ações vão ser direcionadas pela lógica do possível, sendo menos exigentes com relação ao desempenho escolar e, devido ao seu baixo capital econômico, há a necessidade da entrada precoce no mercado de trabalho. Já os indivíduos pertencentes à classe média, possuem um acúmulo de capitais mais diversificado e por usufruírem de maior capital econômico, tendem a investir mais na escolarização, sendo mais exigentes com relação ao desempenho escolar com objetivo de sucesso e ascensão social. E, por último, os indivíduos pertencentes à elite, detentora de maior volume de capitais,

apresentam exigências com relação ao desempenho escolar mínimas, uma vez que seu desempenho é visto como algo “natural”.

As instituições de ensino são, em geral, organizadas a partir da perspectiva meritocrática, a qual defende a competência individual dos sujeitos como única responsável pelo sucesso ou pelo fracasso. Bourdieu (2013a) se contrapõe a essa ideia, defendendo que o desempenho escolar dos agentes bem sucedidos é daqueles detentores de maiores capitais, principalmente o capital cultural. Já aqueles que não possuem tais capitais, tendem a fracassar, porque possuem mais dificuldades de dominarem os códigos culturais valorizados pelas escolas.

Assim,

O ator da Sociologia da Educação de Bourdieu não é nem o indivíduo isolado, consciente, reflexivo, nem o sujeito determinado, mecanicamente submetido às condições objetivas em que ele age. Em primeiro lugar, contrapondo-se ao subjetivismo, Bourdieu nega, da forma mais radical possível, o caráter autônomo do sujeito individual (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2002, p. 20).

A herança social transmitida ao agente por meio do capital econômico, social e cultural, seriam determinantes na trajetória escolar. A cultura escolar contribuiria para a reprodução das desigualdades sociais, colaborando para a manutenção da ordem, pois as instituições de ensino não são neutras, sua organização curricular legitima os interesses dos grupos e classes dominantes. Deste modo, a escola permanecerá como local pertencente aos alunos com mais capitais, ou seja, oriundos das famílias favorecidas, assim, passa a excluir de forma contínua internamente aqueles não detentores dos capitais (BOURDIEU, 2013b).

A discussão sobre os capitais como herança, trata de aspectos sobre a organização familiar para compreender como a interação desse grupo pode influenciar no processo escolar. Porém, as famílias não são sistemas simples, sua complexidade é manifestada no processo de transmissão da herança que corresponde a um projeto de vida construído pelo pai em relação ao seu filho. Deste modo, Lahire (2004) destaca que os arranjos familiares são heterogêneos, mesmo aqueles pertencentes a uma mesma classe social. A diversidade de configurações familiares e as disposições dos indivíduos que influenciam, por exemplo, no pensar e sentir, são importantes de serem analisadas para compreender os diferentes percursos escolares.

Na busca por entender as estratégias de acesso e permanência dos estudantes da UFV, consideramos que analisar as heranças familiares por meio do capital econômico, social e cultural são importantes para traçar as trajetórias acadêmicas, bem como conhecer as

disposições dos sujeitos diante das vivências universitárias para compreender suas estratégias ao longo dessa trajetória.

3.3 O processo de escolha do curso superior e as vivências acadêmicas

Considerando que existem diferentes conceitos e estudos sobre as trajetórias escolares, reconhecemos que eles são complementares na busca pela compreensão das estratégias dos estudantes para o acesso à universidade. Dados apresentados pelo Censo da Educação Superior de 2017 trouxeram que a taxa da população de 18 a 24 anos que frequentava a educação superior era de 19,7%, já no Censo da Educação Superior de 2018 essa taxa passou para 21,7%, vale destacar que são considerados os estudantes matriculados tanto nos cursos de graduação como nas pós-graduações (BRASIL, 2019a; 2019c). Como apontam os censos, aconteceu um crescimento contínuo de matrículas dos jovens entre essa faixa etária, porém, esse ritmo de crescimento pode ser insuficiente para o cumprimento da meta 12 do PNE de 2014, sobre a elevação da taxa de matrícula na educação superior para 33% da população de 18 a 24 anos até o ano de 2024.

No período de 2008 a 2018 a taxa de crescimento das matrículas na educação superior cresceu 56,4%. Apesar do aumento de estudantes, outro aspecto importante, apresentado pelo Censo da Educação Superior de 2017 foi que 21% dos estudantes que ingressaram nas instituições federais de educação superior em 2017, realizaram o ENEM novamente no mesmo ano. Isso talvez possa sinalizar que alguns desses sujeitos buscavam mudar de curso e/ou de instituição, questão que aumenta o índice de desistência do curso e a criação de vagas remanescentes, que apresentam taxas de ocupação bem inferiores. Em 2018 apenas 30% dessas vagas remanescentes da rede federal foram ocupadas (BRASIL, 2019a; 2019b).

Assumindo uma nova forma e buscando se tornar um instrumento de acesso à educação superior mais democrático, com intuito de oferecer igualdade de oportunidades para o acesso a esse nível de ensino, o ENEM tomou o lugar do Vestibular Tradicional. Isso significa que a educação superior, até então, local pertencente à elite (BOURDIEU; PASSERON, 2014b), com a ampliação do número de vagas e com as políticas de reserva de vagas, por meio da Lei de Cotas, possibilitou que os sujeitos, anteriormente excluídos deste nível de ensino, passassem a frequentar a universidade.

Conforme já assinalado, no modelo antigo de vestibular, os candidatos realizavam a inscrição de acordo com o interesse por um curso já determinado antes de realizar

a prova, ou seja, faziam o exame para o curso que almejavam. Com a implantação do SiSU, os candidatos fazem as provas e somente depois da obtenção das notas, escolhem o curso e a instituição em que pretendem ingressar. Deste modo, é importante analisar o processo de escolhas do curso e da instituição, diante das condições desiguais das classes sociais. Tais desigualdades aparecem desde cedo nas trajetórias escolares, precedendo os diferentes investimentos escolares adotados pelas classes. Portanto, ao considerar que o *habitus* está vinculado com a posição social, é necessário considerar a relevância que os aspectos da origem social podem operar no sentido de que o indivíduo faça suas escolhas de acordo com o que seja provável para sua classe social ou grupos de referência. (NOGUEIRA, 2012).

O processo de escolha do curso é um momento crucial na trajetória escolar dos sujeitos que estão concluindo o ensino médio. Inicialmente, essa tomada de decisão pode ser associada aos interesses e as preferências particulares, ou até mesmo como uma “vocação” de cada indivíduo. No entanto, estudos da área da Sociologia da Educação, apontaram que existe uma forte correlação entre o perfil social do estudante e a escolha do curso. As características sociais, perfil acadêmico, etnia, sexo e idade, também são variáveis que devem ser consideradas para compreender esse processo que, ao contrário do que alguns pensam, que os indivíduos se distribuem aleatoriamente entre os cursos e as instituições, é importante estudar sociologicamente a origem dessas preferências individuais. De acordo com Nogueira, Almeida e Queiroz (2011, p. 3-4):

[...] é complexo o processo de escolha de um curso superior e [...] são insuficientes as explicações mais gerais formuladas no campo da Sociologia. Não basta identificar o perfil socioeconômico e escolar médio dos alunos ou candidatos de um determinado curso e mostrar que há uma correspondência com o nível de seletividade, prestígio e retorno financeiro médio do curso em questão. É preciso analisar diferenças secundárias entre os candidatos ou alunos aprovados em um determinado curso superior e avaliar o impacto dessas diferenças sobre o modo como é vivido o processo de escolha do curso em questão.

Ao pensar que existe uma correlação entre a origem social e a escolha do curso, os sujeitos podem fazer suas escolhas levando em consideração suas chances de ingressar na educação superior, principalmente para aqueles oriundos de camadas populares. Assim, as propriedades culturais e sociais seriam aspectos que exerceriam influências para os resultados escolares e que o capital cultural e o capital social, para Bourdieu (2013b), seriam fatores determinantes para o sucesso ou o fracasso da trajetória dos estudantes, inclusive em níveis mais altos de escolarização, como no caso da educação superior. Entretanto, além de

características sociais e escolares, no processo de escolha do curso de graduação os sujeitos podem sofrer influência também das suas preferências relacionadas aos aspectos individuais, elementos importantes a serem considerados nos estudos que se dedicam às trajetórias acadêmicas.

[...] os sujeitos tenderiam, em primeiro lugar, a selecionar objetivos considerados razoáveis, adequados às possibilidades objetivas de realização. É a chamada “causalidade do provável”: desconsidera-se o impossível e deseja-se o mais provável. Da mesma forma, os indivíduos tenderiam a utilizar os meios disponíveis para a ação, recursos materiais e simbólicos, da forma objetivamente mais adequada dada a sua posição social. A decisão entre um maior ou menor investimento econômico ou cultural no processo de escolarização seria sempre tomada em função do volume e da estrutura do capital e da trajetória do grupo social de origem. Finalmente, os indivíduos e as famílias tenderiam, sem ter plena consciência disso, a utilizar o investimento escolar da forma mais adequada, tendo em vista os interesses de reprodução do status social do grupo. A escola seria inconscientemente utilizada como instrumento de distinção, de reclassificação ou de reconversão dos diferentes tipos de capital. (NOGUEIRA, 2012, p. 16).

Assim, os estudantes que não são detentores do capital cultural e do capital social, podem não atingir bons resultados, e talvez não conseguir entrar na graduação que almejam e futuramente tentar reingressar no curso desejado (BOURDIEU; PASSERON, 2014). No processo de ingresso nas instituições de educação superior os sujeitos são submetidos a um processo seletivo que leva em conta o acúmulo de capital cultural durante suas trajetórias, nos mais diversos meios de socialização, como família, escola e outros. Por meio das experiências vivenciadas nos meios de socialização os sujeitos são capazes de incorporar saberes e conhecimentos que lhes garantem (ou não) o sucesso no processo de competição do ensino superior.

Concordamos que os jovens mais bem preparados ao longo de sua escolarização se diferenciam nas situações em que seus conhecimentos são testados, mas é necessária uma análise mais profunda para perceber que não são apenas os fatores individuais – e meritocráticos - que pesam sobre os resultados de um processo seletivo. Fatores como o capital econômico da família possibilitam a esse agrupamento social reverter sua renda em outros capitais, como o cultural, o social e o simbólico. Esta estratégia de reconversão de capitais permite aos candidatos de diferentes concursos, principalmente das universidades públicas, melhorar suas chances para enfrentar a competição pelas vagas universitárias (SATO, 2012).

Nessa direção, os estudos de Bourdieu e Passeron (2014) apresentam a universidade francesa como um espaço constituído de herdeiros, sujeitos capazes de

corresponderem às demandas exigidas no processo de seleção de ingresso da instituição de educação superior, processo utilizado com o objetivo de escolher os melhores. Apesar de muitos acreditarem na meritocracia, há vários fatores que influenciam na aprovação para o ingresso na universidade.

Segundo Bourdieu (2013b), a partir da análise da origem social, podemos identificar padrões de estratégias diante das trajetórias escolares, ou seja, indivíduos de uma mesma classe social tendem a manifestar formas semelhantes do processo de escolarização. Dessa forma, as classes populares dispõem de menos capitais acumulados, o que estará diretamente ligado ao fracasso ou a dificuldade de acesso aos níveis mais elevados de escolaridade, como a educação superior.

Para algumas famílias das classes populares, devido ao baixo capital econômico tendem a promover a entrada mais cedo dos seus filhos no mercado de trabalho, com o intuito de aumentar a renda familiar, ficando a educação em segundo plano. Entretanto, é importante destacar que Bourdieu está falando de tendências e não de determinismos, o que pode ser verificado, por exemplo, com o estudo de Lacerda (2010) que analisa a trajetória escolar de seis alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), provenientes de famílias detentoras de baixo capital cultural e escolar, cujos destinos escolares podem ser considerados pouco prováveis.

As elites, por outro lado, apresentam um acúmulo muito maior de capitais e de disponibilidade financeira para investimentos na educação dos seus filhos. Devido ao elevado volume de capital cultural adquirido durante suas trajetórias, em diversos meios de socialização, os filhos dessa classe são capazes de incorporar saberes e conhecimentos escolares com naturalidade, o que lhes garante o sucesso em suas escolhas ao longo de sua trajetória. Porém, Nogueira (2004), em um dos seus estudos mostrou que o fracasso escolar não se restringe às famílias com baixo poder econômico. Nas famílias pertencentes à elite o fracasso escolar também ocorre, mas ele é minimizado por meio de estratégias possibilitadas pelo capital econômico, como transferências para escolas em que seja viável contornar os déficits apresentados pelos alunos. Além disso, essas famílias, contam com a vantagem de dispor de maior conhecimento sobre as práticas escolares, ampliando as chances para o sucesso escolar de seus filhos.

Nesse sentido, a compreensão sobre como o SiSU está influenciando os sujeitos no processo de escolha do curso torna-se significativa, pois diante das possibilidades de ingresso na educação superior, os estudantes tenderiam a adequar as suas escolhas perante a sua posição social, desejando o que é possível, o que poderia justificar que mesmo com a expansão

do acesso à educação superior, os números de mudança de curso e de evasão ainda continuam grandes (LI, 2016; RIGO, 2016).

No contexto das desigualdades de acesso à educação superior é possível entender, por meio do *habitus* e a posição social de origem, as estratégias adotadas pelos agentes no processo de escolha do curso. Alguns estudos (BOURDIEU; PASSERON, 2014b; NOGUEIRA, 2012) apontam que sujeitos oriundos da elite tendem a ter um maior conhecimento sobre os cursos e processos seletivos, possibilitando escolherem cursos e instituições de maior prestígio, diferente dos indivíduos das classes populares que pelo baixo volume de capitais, agem a partir da lógica do possível, optando por escolhas que julgam ser mais possíveis, porém, isso não aconteceria de forma racional, mas de acordo com o *habitus* em que o agente foi socializado.

Portanto, a adequação da escolha do curso superior, segundo Bourdieu, estaria condicionada pelo *habitus* da posição social de cada agente, o que levaria o candidato a “prever o futuro” e direcionaria sua escolha para o campo do possível. Entretanto, os sujeitos oriundos das classes mais favorecidas de capitais e que apresentassem um conhecimento mais amplo sobre a educação superior, realizariam escolhas com um “grau de audácia”, optando por cursos mais concorridos e com maior prestígio social (NOGUEIRA, 2012). Desse modo, a utilização do SiSU para a seleção dos estudantes, talvez tenha facilitado o processo de adequação da escolha do curso, uma vez que, ao longo dos dias de inscrição no Sistema, apresenta-se a classificação do candidato no curso/instituição escolhido.

Lahire, diante do modelo apresentado nos estudos de Bourdieu sobre a relação do *habitus* com a posição social de origem, observa que seria praticamente previsível a escolha dos sujeitos a partir da identificação da classe social. No entanto, o autor destaca que é necessário compreender a “configuração e da dinâmica interna de cada família” (NOGUEIRA, 2012, p. 17) pois, mesmo para sujeitos oriundos de uma mesma classe, a transmissão do capital cultural não aconteceria igualmente, gerando ações singulares. É nesse sentido que Lahire propõe a análise da história individual de cada estudante para compreender suas escolhas.

A partir do momento que o estudante ingressa na universidade, ele precisa ser capaz de enfrentar os vários desafios ao longo desse percurso para poder conseguir concluir o curso de graduação com sucesso. E caso o fracasso venha a acontecer, talvez seja porque a adequação entre as exigências acadêmicas, em termos de conteúdos intelectuais, métodos de exposição do saber e dos conhecimentos e o *habitus* não tenha sido alcançada. Assim, ao longo dessa trajetória na universidade, cada sujeito vivencia experiências diversas que podem refletir

sobre sua escolha profissional ou influenciar na opção pela mudança ou evasão do curso e instituição.

Entrar na universidade envolve o contato com um novo ambiente, muito diferente da escola, composto de novos horários e novos conteúdos. Assim, diferentes estilos pedagógicos e de avaliação devem ser apreendidos, sendo necessária a incorporação de um novo *habitus* escolar para tornar-se estudante universitário (COULON, 2008). O processo de adaptação ao novo campo universitário é, portanto, complexo, exigindo do estudante a aquisição de um *habitus* acadêmico para aprender a se tornar parte desse ambiente. Os sujeitos detentores de maior capital cultural tendem a ver o ingresso na educação superior como uma continuação do ensino médio, mas para outros, principalmente aqueles oriundos das classes populares, detentores de menor volume de captais, costumam ter mais dificuldade de adaptação a esse nível de ensino.

Aparentemente, diante da educação superior, os sujeitos se submetem às mesmas questões desse mundo universitário, como: provas, trabalhos, salas, biblioteca, imposições e regras do mesmo programa de curso e etc. Porém, isso não é suficiente para definir esses agentes em apenas num grupo, pois, além de ser um grupo em constante renovação, diferem-se em relação ao seu passado social. Os estudantes nesse período não vivem como uma profissão a preparação para a profissão, eles vivem no tempo e no espaço original (BOURDIEU; PASSERON, 2014b).

A vida universitária permite uma autonomia temporária do tempo, pois os estudantes conseguem ficar livres da vida familiar e profissional. Essa liberdade é ainda maior devido à condição de estudante, o que permite estar livre para organizar seu próprio tempo, hora de estudar, hora de lazer, isso que assegura ter-se tornado *estudante*. Logo, o processo de adaptação pode levar um tempo, porque nem todos têm a mesma facilidade no processo de organização de seus estudos, o uso do tempo livre não é o mesmo para todos. Dessa forma, o que caracteriza a vida universitária são os ritmos individuais que reúnem os estudantes em um ponto comum somente pelo fato “de diferirem diferentemente dos grandes ritmos sociais” (BOURDIEU; PASSERON, 2014b, p. 51).

Alguns estudos (COULON, 2008; ZAGO, 2006) mostraram que esse momento de transição, saída do ensino médio e entrada na educação superior, é difícil e em alguns países, o abandono e o fracasso ao longo do primeiro ano têm se mostrado numerosos. Zago (2006) revelou que os universitários oriundos das camadas populares, apresentam mais dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico, em decorrência do “baixo” capital cultural, tornando-os mais propensos à evasão. Deste modo, os sujeitos que ingressaram na universidade e

conseguiram permanecer significa que souberam se apropriar dos conhecimentos de um novo mundo intelectual, sendo capazes de compreender as regras e os saberes desse espaço, que vão além da aprendizagem dos conteúdos e da realização de atividades avaliativas.

Para conseguir atender as demandas desse nível de ensino e conseguir “sobreviver” nele, segundo Coulon (2008, p. 32), os estudantes têm que, ao entrar, aprender o *ofício de estudante*, o que significa que é necessário tornar-se um deles; deve “adaptar-se aos códigos do ensino superior, aprender a utilizar suas instituições e a assimilar suas rotinas”. Para isso o indivíduo precisa desenvolver um novo *habitus* escolar para adquirir um novo status social, passagem de aluno de ensino médio para aluno universitário, tornando-se *estudante profissional*.

No entanto, a capacidade de afiliação à instituição para tornar-se estudante exige que os indivíduos ao ingressarem na educação superior sejam capazes, além de entender as regras da universidade, saibam se relacionar com os colegas de turma e professores, é necessário também que tenham um bom hábito de leitura e uma escrita eficiente para atender as exigências das disciplinas e atividades extracurriculares sem grandes obstáculos. Porém, não são todos que estão preparados para essa transição, pois afiliar-se e aprender um novo ofício não é uma tarefa fácil, requer dominar as novas regras da universidade e muitos não estão preparados para serem “profissionais”.

Segundo Coulon (2008), o *ofício de estudante* é passageiro, já que a vida universitária dura apenas alguns anos, mas é de grande importância para o aluno não fracassar. Para o autor, o ingresso dos estudantes na universidade pode ser marcado por três diferentes tempos: o *tempo de estranhamento*, no qual o aluno se depara com um universo bem diferente da escola a que ele pertencia; em seguida vem o *tempo da aprendizagem*, processo de familiarização com a universidade; e o *tempo da afiliação*, período em que o estudante já é capaz de compreender as exigências da universidade e adquire o *ofício de estudante universitário*.

O tempo do estranhamento acontece logo no momento do ingresso na universidade, onde o estudante precisa superar os primeiros obstáculos e romper com diversos fatores. A primeira ruptura está relacionada ao emocional, por exemplo, o sentimento de pertencimento a uma turma, pois raramente isso acontece na educação superior, remetendo, muitas vezes, ao sentimento de solidão. A outra ruptura corresponde ao fator intelectual e cognitivo, em que o estudante começa a enfrentar as primeiras dificuldades com o ensino, algo que tende a ser mais recorrente nos estudantes provenientes de camadas populares, reflexo do insuficiente capital cultural.

Em seguida, tem o tempo da aprendizagem que, segundo Coulon (2008), se trata do momento em que o estudante começa a se adaptar à nova realidade. Ao ingressar na educação superior, como citado anteriormente, os estudantes são colocados diante de um novo mundo em que para permanecer precisam aprender a lidar com desafios que lhes são colocados. No momento em que o sujeito incorpora as novas rotinas institucionais, o que ocorre ainda no primeiro ano do curso, ele passa a ser aprendiz, caso isso não venha a acontecer pode levar à desistência do curso.

Após passar por todo esse processo de adaptação e incorporação desse novo *habitus* o sujeito cumpre com êxito sua tarefa de tornar-se estudante profissional. Coulon (2008, p. 259) destaca que:

Afiliação ao mundo universitário seria, então, do ponto de vista intelectual, saber identificar o trabalho não solicitado explicitamente, saber reconhecê-lo e saber quando finalizá-lo. Para ter sucesso é necessário compreender os códigos do trabalho intelectual, cristalizados num conjunto de regras quase sempre informais e implícitas, ser capaz de ver a ‘praticidade’ do trabalho solicitado e saber transformá-lo em um problema prático. Os estudantes exprimem isso claramente: é preciso compreender a questão colocada para poder respondê-la. Aí reside a articulação entre sucesso acadêmico, transformação das normas em problemas práticos e afiliação (ou tornar-se membro).

Portanto, o tempo de afiliação requer um tempo particular para ser alcançado e pode se dar em dois âmbitos: o intelectual e o institucional. No âmbito intelectual, o estudante compreende o que é solicitado e corresponde às exigências acadêmicas em termos de conteúdos e conhecimentos; já no âmbito institucional ele compreende as regras do currículo da educação superior, sua utilização e práticas. Para Coulon (2008), esses aspectos exercem forte influência no “sucesso” ou no “fracasso” dos estudantes na educação superior, mas vale lembrar que ele considera a história passada, a vida dos alunos antes de ingressarem na universidade, o perfil socioeconômico e escolar, como elementos que também têm grande representação nas ações e estratégias desenvolvidas pelos estudantes durante o período acadêmico.

Dessa forma, mesmo com o ingresso na universidade, os sujeitos que transpõem as probabilidades estatísticas de serem eliminados não terão as mesmas possibilidades/oportunidades daqueles que herdaram aquele espaço. Então, de acordo com Coulon (2008), esse complexo jogo de identidades proclamadas e identidades ocultas, muitas vezes encobrem o fato de a universidade ser um espaço predominantemente burguês marcado pela conformidade às demandas escolares, uma ação escolar continuada. Assim, a possibilidade

de adesão ou não ao jogo intelectual instaurado vai estar relacionada com a origem de classe de cada indivíduo.

Dessa forma, Coulon (2017) apresenta como uma proposta para que possa contribuir com o processo de afiliação dos estudantes da educação superior, a Pedagogia da Afiliação. Tal modelo destaca que inicialmente seria necessário o desenvolvimento do hábito do registro diário da trajetória acadêmica que, segundo o autor, possibilitaria ao próprio estudante a compreensão e a reflexão de todo o seu processo de interação e, conseqüentemente, seria capaz de construir seu projeto de formação para a vida estudantil. Assim, o autor Coulon destaca que:

[...] o diário é uma boa ferramenta de trabalho que contribui para fazer os estudantes entrarem na vida universitária, o que, por consequência, lhes ajuda a adquirir uma maior lucidez sobre seu percurso. A escrita cotidiana permite aos estudantes refletir sobre o estado de incerteza e indeterminação no qual a maioria se encontra ao longo do primeiro semestre. O diário contribui para lutar contra essa gigantesca máquina de desafiliação que é toda universidade moderna massificada, e colabora para lhes ensinar como transformar as instruções que eles devem seguir em ações práticas (COULON, 2017, p. 1248).

Este diário pode contribuir para o processo de aquisição do ofício de estudante, porém, além disso, Coulon (2017) traz que desde o primeiro ano as universidades deveriam desenvolver o ensino de iniciação à pesquisa documental. O objetivo seria de proporcionar aos estudantes a revelação das regras e códigos deste trabalho intelectual, como aquelas relacionadas à escrita e comunicação, essenciais, segundo o autor para a permanência do estudante.

No contexto acadêmico, à medida que o estudante vivencia satisfatoriamente sua escolha, com maior comprometimento e envolvimento com o curso e a carreira, sente-se seguro com sua opção e apresenta maiores condições para enfrentar os momentos de angústia, crises e dificuldades, bem como estão mais propensos a persistir no curso. Portanto, a universidade deve estar atenta para os múltiplos aspectos que envolvem a formação do estudante em todos os momentos de sua trajetória. Para isso, é de grande importância que toda a comunidade universitária esteja envolvida para compreender e ser capaz de enfrentar os problemas que existem e que, às vezes, resultam na evasão desses sujeitos (MARQUES; REAL; OLIVEIRA, 2017).

Para que o estudante seja capaz abandonar as características de aluno de ensino médio, a qual ele vivenciou durante anos, e substituí-la por uma nova cultura, mais complexa,

mais sofisticada, é importante que a universidade desenvolva ações que possam auxiliar no processo de afiliação dos estudantes. No contexto atual das universidades brasileiras encontramos algumas políticas públicas de permanência, como auxílios, monitorias e bolsas de moradia e alimentação, mas será que essas ações são suficientes para reduzir a evasão dos estudantes?

Sabemos que esses subsídios são essenciais pelo lado econômico, principalmente para os sujeitos das camadas populares, mas eles devem ir além, com estratégias para a construção de uma maior interação social para promover o processo de afiliação à vida universitária, principalmente ao longo do primeiro ano, período marcado pelo alto índice de desistência/evasão. Apesar de nosso estudo não ter como objetivo central avaliar o funcionamento das políticas públicas de assistência estudantil, acreditamos que conhecer tais propostas seja importante para analisarmos as estratégias de permanência e a rotatividade dos estudantes.

As pessoas e as instituições educacionais, como a universidade, estão constantemente em mudança, por isso ao estudar as estratégias de acesso e permanência de estudantes na UFV, visando compreender a correlação entre a rotatividade nos cursos e o SiSU, é necessário buscar por diferentes elementos e teorias que auxiliem a melhorar a compreensão da realidade. Portanto, neste estudo, destacamos a necessidade de analisar o *habitus*, os *capitais* e a *afiliação* para buscar entender as trajetórias acadêmicas dos estudantes que mudaram de curso na Universidade.

Consideramos que o *habitus* familiar influencia na vida do estudante, como, por exemplo, a profissão dos pais influencia na maneira de entendimento sobre a futura profissão. Apesar da universidade ter a capacidade de proporcionar aos agentes a interação ao conjunto de normas e transformá-las em personalidades, o sistema não reconhece as desigualdades sociais e as trata como naturais, denominadas como dons e méritos individuais. Contudo, entendemos que existem outros aspectos que podem influenciar na trajetória, como o capital econômico, social e cultural, bem como também emoções, sentimentos, e as características individuais.

Após a discussão teórica, fica evidenciado que a nossa proposta de investigação considera a multidimensionalidade dos elementos que compõem as trajetórias acadêmicas, fazendo uso de abordagens tanto objetivas, como subjetivas, seja pela investigação de situações presentes na vida acadêmica ou pregressa, vivenciadas pelo estudante, considerando as estratégias tomadas ao longo desse percurso de ensino. Deste modo, a próxima seção corresponde aos procedimentos metodológicos da pesquisa, apresentando o lócus e

participantes do estudo, bem como os procedimentos para a coleta e análise dos dados mais amplos, sobre todos os ingressantes em 2016 pelo SiSU na UFV e dados mais específicos, sobre os estudantes dos cursos que apresentaram os maiores índices de mudança de curso na Instituição.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção apresentamos a abordagem e as estratégias empíricas para o desenvolvimento da pesquisa. Iniciamos expondo nossa opção pela abordagem qualitativa de investigação, associada à utilização de dados quantitativos. A seguir descrevemos os procedimentos de coleta adotados, detalhando o processo de seleção dos cursos de graduação da UFV e dos sujeitos a serem entrevistados (estudantes e coordenadores). Por fim apresentamos a descrição do campo de estudo, a UFV, os cursos selecionados e o procedimento para a análise dos dados da pesquisa.

4.1 Abordagem de pesquisa

A investigação tem seu início a partir do momento em que o pesquisador coloca sua atenção na problematização de um estudo. Muitas são as questões a serem respondidas e, assim, ações são desenvolvidas e procedimentos são determinados para se encontrar tais respostas. Desse modo, os caminhos metodológicos adotados ao longo da pesquisa tomam como base conceitos e ideias da comunidade acadêmica, mas tais escolhas partem do conhecimento teórico que o pesquisador julga eficaz para a construção dos resultados.

Para o desenvolvimento desta investigação, foi utilizada, como suporte teórico-metodológico, a pesquisa qualitativa em educação.

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16).

A pesquisa qualitativa tem seus estudos baseados em dados coletados das dinâmicas das relações sociais. Assim, busca compreender e explicar certos fenômenos por meio de significados presentes na expressão subjetiva dos sujeitos da pesquisa. Portanto, constrói seus estudos utilizando experiências e vivências do cotidiano, não se preocupando com representatividade numérica. O uso dessa metodologia nas pesquisas relacionadas com a educação permite maior abrangência dos fenômenos da área, assim possibilitando compreendê-los por meio das próprias ações e vivências dos indivíduos.

No entanto, alguns pesquisadores tratam a pesquisa qualitativa como sendo aquela que procura evitar trabalhar com números, ficando esses aspectos a encargo da pesquisa quantitativa, mas, segundo a autora Minayo (2002, p. 22), os dados quantitativos e qualitativos são totalmente diferentes, “porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Seguindo essa linha de pensamento, também optamos por utilizar dados de natureza quantitativa como uma forma de auxiliar a análise deste estudo. Desse modo, acreditamos que a integração dos métodos quantitativo e qualitativo pode proporcionar a produção de dados complementares, permitindo um aprofundamento da compreensão sobre o objeto em estudo, que, neste caso, são as estratégias de acesso e permanência dos estudantes na educação superior, na UFV.

Dessa forma, neste estudo, os dados quantitativos foram coletados e analisados como parte de uma primeira etapa da pesquisa. Assim, os resultados iniciais serviram de orientação para o desenvolvimento da etapa seguinte. No segundo passo, os dados qualitativos desenvolvidos correspondem à compreensão das vivências acadêmicas dos estudantes dos cursos de graduação, em relação à mudança de curso.

4.2 Procedimentos de coleta de dados

Pesquisar é um trabalho que envolve planejamento, por isso, a metodologia exerce a função de mostrar os caminhos percorridos ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, apresentamos os critérios e técnicas de pesquisa utilizados para a realização deste estudo, que busca identificar e analisar as influências do SiSU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes na educação superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SiSU, na Universidade Federal de Viçosa.

Como ponto de partida para iniciar a pesquisa, foi realizado um levantamento documental, em que foram lidas e analisadas legislações de âmbito nacional, como decretos, leis normativas e sites oficiais do governo federal. Tais documentos possibilitaram uma maior compreensão do cenário das políticas públicas voltadas à educação superior, desenvolvidas nos últimos anos (2001-2020), principalmente as que se referem ao acesso dos estudantes às universidades públicas brasileiras.

Posteriormente, também foram realizadas consultas ao site da UFV³⁹, na busca por dados referentes à Instituição, tanto em relação aos aspectos históricos, como fontes documentais disponibilizadas, relativas às ações políticas desenvolvidas pela Universidade, no que tange ao acesso à educação superior. Além de aspectos sobre a criação da UFV, foram analisadas as mudanças referentes ao processo de acesso aos cursos de graduação, principalmente a partir do ano de 2010, com a implementação do SiSU, e as ações referentes à assistência estudantil.

Após a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (ANEXO A), a coleta de dados aconteceu em três etapas. A primeira etapa consistiu no levantamento documental dos dados referentes aos cursos de graduação e seus respectivos estudantes (o número de estudantes que entraram em 2016 e quantos mudaram de curso dentro da Universidade, até o final de 2018) dos cinco cursos mais procurados, de cada centro de ciências (Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte), totalizando 20 cursos.

A partir da definição dos cinco cursos mais procurados, sucedeu-se a identificação das graduações que apresentaram, no ano de 2016, os maiores índices de candidato por vaga. Tais dados foram encontrados nos Relatórios Institucionais disponibilizados no *site* da UFV, no qual a Universidade divulga diferentes relatórios e documentos, dentre eles, o Relatório de Atividades, que consiste em uma publicação anual, que contém diversas informações sobre a Instituição, como os indicadores do processo seletivo de ingresso nos cursos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017a). A Tabela 1 apresenta os cursos mais procurados do Centro de Ciências Agrárias (CCA).

Tabela 1 - Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFV

CURSO	VAGAS	CANDIDATOS	CAN./VAGA
Cooperativismo	40	687	17,2
Zootecnia	80	1.296	16,2
Agronomia	210	3.300	15,7
Agronegócio	40	532	13,3

³⁹ www.ufv.br

Engenharia Agrícola e Ambiental	40	395	9,9
--	----	-----	-----

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018a). Tabela laborada pela pesquisadora.

De acordo com a Tabela 1, que evidencia as graduações do CCA que tiveram os maiores índices de candidato por vagas em 2016, os dados apontam que o Cooperativismo foi o curso mais procurado nesse centro de ciências, com 17,2 candidatos por vaga.

A seguir apresentamos os dados do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), na Tabela 2.

Tabela 2 - Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) da UFV

CURSO	VAGAS	CANDIDATOS	CAN./VAGA
Medicina Veterinária	60	2.605	43,4
Medicina	50	1.849	37,0
Educação Física	70	2.403	34,3
Nutrição	50	1.298	26,0
Enfermagem	50	1.222	24,4

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018a). Tabela laborada pela pesquisadora.

Os dados da Tabela 2 permitem visualizar que a Medicina Veterinária foi o curso mais procurado nesse centro de ciências, com 43,4 candidatos por vaga.

A seguir apresentamos a Tabela 3, com os dados do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE).

Tabela 3 - Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE) da UFV

CURSO	VAGAS	CANDIDATOS	CAN./VAGA
Arquitetura e Urbanismo	40	1.398	35,0

Engenharia Civil	60	1.112	18,5
Engenharia Ambiental	40	543	13,6
Licenciatura em Matemática	40	535	13,4
Engenharia Mecânica	40	471	11,8

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018a). Tabela laborada pela pesquisadora.

Conforme evidencia a Tabela 3, os dados apontam que Arquitetura e Urbanismo foi o curso mais procurado do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE), com 35 candidatos por vaga.

E, por último, apresentamos os dados do Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte (CCH), na Tabela 4.

Tabela 4 - Os cursos de graduação com maiores índices de procura do Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte (CCH) da UFV

CURSO	VAGAS	CANDIDATOS	CAN./VAGA
Direito	60	1.920	32,0
Educação Infantil	40	1.177	29,4
Pedagogia	60	1.537	25,6
Administração	60	1.402	23,4
Dança	20	452	22,6

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela laborada pela pesquisadora.

Sobre o Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte (CCH), a Tabela 4 apresenta as graduações que tiveram os maiores índices de candidato por vagas, em 2016, apontando que Direito foi o curso mais procurado desse centro de ciências, com 32 candidatos por vaga.

A partir da identificação dos cursos com maior demanda em cada centro de ciências, entramos em contato com a Diretoria do Registro Escolar da UFV, órgão que tem como finalidade o registro de dados pessoais e acadêmicos dos estudantes, para maiores esclarecimentos da pesquisa e, conseqüentemente, a coleta dos dados necessários para deste

estudo. A Diretoria do Registro Escolar nos disponibilizou os dados referentes a todos os estudantes que ingressaram no ano de 2016, nos cursos com maior demanda da UFV: Cooperativismo, Zootecnia, Agronomia, Agronegócio, Engenharia Agrícola e Ambiental, Medicina Veterinária, Medicina, Educação Física, Nutrição, Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Licenciatura em Matemática, Engenharia Mecânica, Direito, Educação Infantil, Pedagogia, Administração e Dança.

Os dados solicitados se referiam à forma de ingresso desses estudantes na UFV e à situação em que cada um se encontrava até o fim do segundo semestre letivo de 2018, ou seja, se ainda estavam cursando, se haviam mudado de curso, ou se tinham trancado ou saído da Instituição. A partir da análise e tabulação dos dados, buscamos identificar um indicador relevante para o prosseguimento deste estudo: os quatro cursos de graduação com maiores índices de mudança de curso dentro de UFV, um de cada centro de ciências, como podemos observar na Tabela 5.

Tabela 5 - Os cursos de graduação com maiores índices de mudança de cada centro de ciências da UFV.

CURSO	CENTRO	INGRESSANTES	MUDANÇA	%
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	40	14	35
Educação Infantil	CCH	40	12	30
Licenciatura em Matemática	CCE	40	11	27,5
Enfermagem	CCB	50	5	10

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela laborada pela pesquisadora.

Para a seleção dos cursos com maior índice de mudança de curso, um de cada centro de ciências, tomamos como base o número de estudantes que ingressaram em cada curso, no primeiro semestre de 2016, e o número daqueles que mudaram de curso até o segundo semestre de 2018. Vale lembrar que os estudantes que mudaram de curso são aqueles que estão cursando outra graduação na UFV, ou até mesmo que ingressaram novamente no mesmo curso.

Nesse caso todos são computados como mudança de curso, segundo o assessor da Pró-Reitoria de Ensino, em uma conversa informal.

Na segunda etapa da coleta de dados, entramos em contato novamente com a Diretoria do Registro Escolar da UFV, para buscar dados referentes ao perfil social e ao perfil escolar de todos os estudantes que ingressaram nos quatro cursos, por meio do SiSU e dos sujeitos que mudaram de curso. Para a requisição dos dados para a composição dos perfis, solicitamos dados referentes a idade, sexo, etnia/raça, naturalidade, renda familiar, escolarização dos pais e tipo de estabelecimento em que cursaram o ensino médio, pois julgamos ser imprescindível para este estudo conhecer o perfil desses estudantes como parte do processo de análise de sua trajetória acadêmica.

Embora o ensino superior aparentemente sujeite todos os estudantes às mesmas questões institucionais (aula, teste, sala de aula etc.), a adaptação à vida universitária é singular para cada indivíduo. Um fator que tende a influenciar nesse processo é a classe de origem do estudante, no qual a probabilidade de menor sucesso é daqueles oriundos das classes mais pobres (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Portanto, no momento em que nos propomos a conhecer e traçar o perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos de graduação Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), buscamos aprofundar o entendimento das ações dos agentes. Nesse sentido, a partir desses dados, consideramos ser possível compreender como a classe social e o capital cultural herdado podem influenciar nas estratégias acadêmicas dos sujeitos durante seu percurso na UFV.

A partir do levantamento dos documentos, dos dados coletados e da literatura do campo da Sociologia da Educação, elaboramos os roteiros de entrevistas a serem utilizados na pesquisa de campo, com os estudantes que ingressaram, em 2016, pelo SiSU e que mudaram de curso até o segundo semestre letivo de 2018. (APÊNDICE B). O roteiro contou com 30 perguntas relacionadas a aspectos de identificação dos sujeitos e suas famílias, sobre sua trajetória escolar até o Ensino Médio e também sobre o processo de ingresso na educação superior e sua vivência ao longo desse percurso na universidade.

A opção por esse tipo de instrumento se justifica por entendermos que ele proporciona a obtenção de informações contidas na fala dos atores sociais, com vistas a compreender e produzir informações sobre o tema estudado. Nesse cenário, foi utilizada a entrevista semiestruturada, que corresponde à elaboração de um roteiro de entrevista, com questões predefinidas, que servem de base, mas que, no decorrer da conversação, permitem ao

entrevistador gerar outras perguntas à medida que achar necessário para se aprofundar sobre o assunto. De acordo com Triviños (1987, p. 146):

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Dessa forma, consideramos que esse tipo de entrevista suscita um maior panorama sobre o tema investigado e, nos casos em que o pesquisador percebe que a resposta do sujeito não contemplou a pergunta, permite a reformulação de outros questionamentos para retomar algum aspecto que tenha ficado obscuro durante a entrevista. A entrevista semiestruturada, neste estudo, contou com a participação de cinco estudantes da UFV e abrangeu quatro eixos temáticos principais: o primeiro eixo trata da identificação do sujeito entrevistado: idade, cidade de origem, ocupação etc.; o segundo eixo envolveu questões relacionadas com a origem familiar, ocupação dos pais e irmãos e a renda; o terceiro eixo abordou a trajetória escolar no ensino fundamental e no ensino médio, principais influências familiares em relação aos estudos e preparação para o ENEM; e o quarto eixo tratou sobre o processo de escolha do curso superior, perspectivas sobre o curso, vivências acadêmicas e o motivo da mudança de curso.

Também foi elaborado um questionário on-line por meio da ferramenta *Google Forms*⁴⁰, para os coordenadores dos quatro cursos de graduação (APÊNDICE A), com 21 perguntas abertas e fechadas, a fim de conhecer e compreender a visão dos coordenadores sobre a relação do SiSU com a rotatividade dos estudantes. Optamos por esse instrumento devido a sua maior flexibilidade e facilidade na coleta e tabulação dos dados com participantes que apresentam maior dificuldade de conciliação de horários para entrevistas. O questionário foi o mesmo para os quatro coordenadores. No segundo semestre de 2019, enviamos um *link* por *e-mail*, solicitando a participação desses sujeitos, cujas respostas foram obtidas ainda no final de 2019.

A terceira etapa da coleta correspondeu à solicitação da participação dos sujeitos em entrevista. A decisão sobre quais seriam os sujeitos selecionados para a entrevista

⁴⁰ Consiste em um aplicativo da empresa Google, que permite criar formulários online.

considerou dois perfis diferentes: 1) estudantes que mudaram para outro curso, mas dentro da Instituição; 2) estudantes que foram computados como mudança de curso, mas ingressaram novamente no mesmo curso. A opção por esses dois perfis justifica-se pelo fato de que o estudo de distintos percursos escolares pode possibilitar uma visão mais ampla sobre os sujeitos que compõem o curso e também permitir uma análise mais ampla das diferentes estratégias utilizadas pelos estudantes, durante o percurso acadêmico, na Instituição.

Essa terceira etapa de coleta teve seu início no mês de julho de 2019 e correspondeu à solicitação da participação dos sujeitos na entrevista. Para localizar esses estudantes, utilizamos, como mecanismo de busca, uma rede social on-line, o *Facebook*⁴¹. Ao longo dessa procura, encontramos grupos⁴² dos quatro cursos, que eram compostos por vários estudantes. Nesses grupos, enviamos uma mensagem explicando a pesquisa e solicitando a participação deles. Assim, os estudantes começaram a manifestar interesse e o agendamento da entrevista aconteceu via *WhatsApp*⁴³, no período de julho de 2019 a março de 2020.

Cinco sujeitos participaram deste estudo: uma estudante ingressante no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) que mudou para o curso de Agronomia (CCA), um estudante ingressante no curso de Enfermagem (CCB) que mudou para o curso de Medicina (CCB), uma estudante que ingressou no curso Licenciatura em Matemática (CCE) e mudou para Pedagogia (CCH) e duas estudantes, irmãs, que ingressaram no curso de Educação Infantil (CCH) e ambas também mudaram para o curso de Pedagogia (CCH).

Esses cinco estudantes que se propuseram a participar da pesquisa foram entrevistados por meio do aplicativo *WhatsApp*. Depois de um primeiro contato solicitando a participação dos discentes, em julho de 2019, iniciamos as entrevistas por meio de mensagens e, principalmente, por áudios. Para uma melhor análise e interpretação das entrevistas, os sujeitos serão apresentados por meio de uma descrição e caracterização dos seus perfis, na sexta seção desta tese.

⁴¹ Lançado em 2004, nos Estados Unidos, por Mark Zuckerberg, trata-se de uma rede social virtual de relacionamentos, que funciona por meio de perfis e de grupos. Em cada perfil, existe a possibilidade de agregar módulos de aplicativos como jogos e ferramentas diversas (CARMO, 2011). Cf.: <www.facebook.com.br>. Último acesso em 23/05/2020 [para acesso necessário possuir cadastro prévio].

⁴² O grupo no Facebook reúne perfis/pessoas com objetivos e interesses em comum. Dentro deles, são permitidas conversas simultâneas entre seus membros, inserção de documentos, publicação de conteúdos e links, podendo ser visualizados por todos os que pertencem ao grupo (CARMO, 2011).

⁴³ “Trata-se de um programa de troca de mensagens instantâneas de texto ou de voz, viabilizadas por meio da internet, que possibilita o compartilhamento de documentos, fotos e vídeos. Outro recurso disponibilizado é a formação de grupos de conversa, que permite tanto uma discussão em tempo real entre seus membros quanto uma participação mais tardia.” (VIVOT; L’ABBATE; FORTUNA; SACARDO; KASPER, 2019, p. 244).

4.3 Locus da pesquisa: cursos de graduação da UFV

Os dados documentais e o site da Instituição permitiram o detalhamento do locus da pesquisa, a UFV, que serviu de contexto para a este estudo. Apresentamos aspectos históricos, dados gerais da Universidade e dados referentes aos quatro cursos de graduação investigados: Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH).

A UFV foi criada a partir do Decreto 6.053, de 30 de março de 1922, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) e teve suas atividades iniciadas em 1926. Em anos seguintes, foram criados os cursos de Fundamental, Médio Superior de Agricultura e o Curso Superior de Veterinária. Em 1948, foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), sendo federalizada apenas em 1969. Apesar de a história da UFV ter sido iniciada com cursos da área das Ciências Agrárias, atualmente, possui cursos nas áreas das Ciências Biológicas, Exatas e Humanas, nos seus três *campi* (Viçosa - CAV, Florestal - CAF e Rio Paranaíba - CRP). A Tabela 6 apresenta a distribuição de vagas por cursos oferecidos pela UFV.

Tabela 6 - Vagas oferecidas nos cursos de graduação, por modalidade de concorrência e *campus*

CURSO	CAMPUS	VAGAS		
		Ampla Concorrência	Lei de Cotas	Total
Administração	CAV	30	30	60
Administração	CAF	30	30	60
Administração	CRP	50	50	100
Agronegócio	CAV	20	20	40
Agronomia	CAV	105	105	210
Agronomia	CAF	22	23	45
Agronomia	CRP	25	25	50
Arquitetura e Urbanismo	CAV	20	20	40
Bioquímica	CAV	20	20	40
Ciência da Computação	CAV	20	20	40
Ciência da Computação	CAF	25	25	50
Ciência e Tecnologia de Alimentos	CRP	12	13	25
Ciência e Tecnologia de Laticínios	CAV	15	15	30

Ciências Biológicas - Bacharelado/Licenciatura	CAV	25	25	50
Ciências Biológicas - Licenciatura	CAV	20	20	40
Ciências Biológicas - Licenciatura	CAF	12	13	25
Ciências Biológicas - Bacharelado	CRP	25	25	50
Ciências Contábeis	CAV	20	20	40
Ciências Contábeis	CRP	25	25	50
Ciências Econômicas	CAV	25	25	50
Ciências Sociais	CAV	30	30	60
Comunicação Social - Jornalismo	CAV	20	20	40
Cooperativismo	CAV	20	20	40
Dança	CAV	20	20	40
Direito	CAV	30	30	60
Educação Física - Bacharelado	CAV	20	20	40
Educação Física - Licenciatura	CAV	15	15	30
Educação Física - Licenciatura	CAF	25	25	50
Educação Infantil	CAV	20	20	40
Enfermagem	CAV	25	25	50
Engenharia Agrícola e Ambiental	CAV	20	20	40
Engenharia Ambiental	CAV	20	20	40
Engenharia Civil	CAV	30	30	60
Engenharia Civil	CRP	25	25	50
Engenharia de Agrimensura e Cartográfica	CAV	20	20	40
Engenharia Alimentos	CAV	30	30	60
Engenharia Alimentos	CAF	22	23	45
Engenharia Produção	CAV	20	20	40

Engenharia Produção	CRP	25	25	50
Engenharia Elétrica	CAV	20	20	40
Engenharia Florestal	CAV	30	30	60
Engenharia Mecânica	CAV	20	20	40
Engenharia Química	CAV	20	20	40
Física Bacharelado/Licenciatura	CAV	25	25	50
Física - Licenciatura	CAV	20	20	40
Física - Licenciatura	CAF	12	13	25
Geografia	CAV	25	25	50
História	CAV	25	25	50
Letras	CAV	30	30	60
Matemática Bacharelado/Licenciatura	CAV	22	23	45
Matemática - Licenciatura	CAV	20	20	40
Matemática - Licenciatura	CAF	12	13	25
Medicina	CAV	25	25	50
Medicina Veterinária	CAV	30	30	60
Nutrição	CAV	25	25	50
Nutrição	CRP	12	13	25
Pedagogia	CAV	30	30	60
Química - Bacharelado/Licenciatura	CAV	30	30	60
Química - Licenciatura	CAV	20	20	40
Química - Licenciatura	CAF	12	13	25
Química - Bacharelado	CRP	12	13	25
Secretariado Executivo Trilíngue	CAV	12	13	25
Serviço Social	CAV	20	20	40
Sistemas de Informação	CRP	50	50	100
Tecnologia em Gestão Ambiental	CAF	25	25	50
Zootecnia	CAV	40	40	80
TOTAL		1597	1608	3205

Fonte: Relatório Anual da UFV (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018d). Tabela elaborada pela pesquisadora.

A UFV, até o ano de 2017, contava com 3.205 vagas nos seus 68 cursos de graduação, nos três *campi*, sendo 1.579 vagas para ampla concorrência e 1.608 vagas reservadas para Lei de Cotas. No ato da inscrição no SiSU, o candidato deve fazer opção por uma das modalidades, conforme já apresentado anteriormente. Vale destacar que nessa tabela não estão sendo computadas as vagas ociosas oferecidas pela instituição, número que muda de acordo com os anos.

4.3.1 Os cursos de graduação da UFV selecionados para a pesquisa

Apresentamos, a seguir, alguns aspectos específicos dos cursos de graduação da UFV que serviram de campo de estudo para o desenvolvimento desta pesquisa. Mostramos o surgimento de cada curso dentro da Universidade e objetivo de formação profissional dos estudantes. Conforme já indicado, os cursos selecionados foram: Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH).

- **Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA)**

No ano de 1974, surgiu o curso de Engenharia Agrícola na UFV, tornando-se a segunda instituição a oferecer o curso no Brasil. A partir dos avanços tecnológicos na agricultura, um aspecto que tomou a discussão dos cursos do CCA se referiu aos impactos ambientais das atividades do agronegócio. Levantou-se a necessidade de se repensar a formação dos profissionais dessa área para que garantissem o desenvolvimento do campo, mas, ao mesmo tempo, fossem capazes de assegurar a manutenção dos recursos naturais do País.

Apesar dessa preocupação com a formação dos então chamados “engenheiros do campo” ter se iniciado no ano de 1994, com a criação de uma comissão para propor novas medidas curriculares e a participação em várias conferências e eventos sobre o meio ambiente, apenas em 1999, com base na matriz curricular do curso já existente de Engenharia Agrícola, foi criado o curso de graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte. E, em 2004, o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação.

Atualmente, o curso de Engenharia Agrícola e Ambiental tem por objetivo proporcionar uma formação de sujeitos críticos, com competência para desempenhar sua profissão com responsabilidade e capazes de oferecer

[...] respostas para os problemas que afetam a sociedade contemporânea decorrentes dos sistemas de produção agrícolas e agroindustriais, por meio de conhecimentos tecnicocientíficos aplicados na compreensão do inter-relacionamento sustentável entre o homem e o meio ambiente na questão de produção de alimentos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2013, p. 22).

Dessa forma, desde sua criação, o curso passou por algumas reformulações, principalmente em relação a sua proposta de formação profissional. Espera-se que o Engenheiro Agrícola e Ambiental, ao concluir seu curso na UFV, seja capaz de atuar de uma forma mais dinâmica e consciente diante das mudanças diárias da sociedade, sempre em mudança, atento, assim, às questões também da preservação ambiental.

- **Enfermagem (CCB)**

A partir de estudos sobre formação de profissionais na área da saúde e levantamento de órgãos governamentais, iniciaram-se as discussões na UFV, sobre a ampliação de cursos de graduação nessa área. Em 2006 a Pró-Reitoria de Ensino criou uma comissão para realizar alguns levantamentos em relação ao Brasil e ao mundo, sobre aspectos da área da saúde. Dessa forma, diante dos dados coletados e das políticas públicas de expansão da educação superior, como o REUNI, o CCB listou os possíveis cursos a serem criados: Enfermagem, Farmácia, Biomedicina, Gerontologia e Medicina (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017b)

A partir desse levantamento e com recursos do REUNI, criou-se, em 2008, o curso de Enfermagem na UFV. O primeiro processo seletivo do curso foi realizado em modelo Vestibular Tradicional, ofertando 60 vagas para o ingresso de estudantes, em março de 2009. O curso, inicialmente, contou com o apoio do Departamento de Nutrição e Saúde (DNS), pois havia apenas três docentes específicos da área de Enfermagem, os quais faziam parte do DNS. O Departamento de Medicina e Enfermagem (DEM) foi criado no ano seguinte, em 2010, alocado temporariamente na Divisão de Saúde; só em 2013 foi inaugurado o prédio do DEM.

O curso de Enfermagem foi desenvolvido a partir de metodologias e didáticas que, ao longo do percurso acadêmico, permitem que cada estudante seja capaz de desenvolver seu conhecimento, para que tenha uma formação profissional e que seja capaz de atuar de forma comprometida, solidária e responsável. Desse modo, o curso tem por objetivo:

Formar enfermeiros com competências gerais e específicas para o desempenho da profissão, com formação generalista, humanista, crítica e

reflexiva com base no rigor científico e intelectual, pautado em princípios éticos; capacitados para atuar no mercado de trabalho nas diferentes áreas previstas na legislação, visando à prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde do indivíduo e comunidade, com intervenção responsável na realidade social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017a, p. 24).

Nessa perspectiva, os docentes que atuam na Universidade procuram incentivar a participação dos estudantes em diversas atividades de ensino, projetos de extensão e pesquisa, não só do DEM, mas em outros departamentos da Universidade e de outras instituições, com o intuito de possibilitar uma formação ainda mais integral aos futuros enfermeiros.

- **Licenciatura em Matemática (CCE)**

A partir da política pública de expansão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, particularmente, com o Programa REUNI, criado em 2007, e com o intuito de atender a uma demanda de profissionais para atuarem na Educação Básica, foi criado, em 2009, o curso de Licenciatura em Matemática na UFV, juntamente com outros cursos (Ciências Biológicas, Física e Química) no período noturno, apesar de já existirem no período integral na Instituição. O curso de Licenciatura em Matemática tem como objetivo:

[...] formar professores para o exercício da docência em Matemática no ensino fundamental (6º ao 9º ano), no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), a partir de uma compreensão ampla e contextualizada de educação, e de educação escolar, considerando diferentes possibilidades de atuação profissional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018b, p. 15).

O curso de Licenciatura em Matemática oferece, por meio do ensino e de atividades acadêmicas de pesquisa e extensão, a possibilidade de o estudante dominar os conteúdos referentes à área da Matemática que serão objetos de sua atividade de ensino. Ao concluir o curso, o sujeito poderá atuar nos anos finais dos ensinos fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e/ou privadas da Educação Básica, como também trabalhar em organizações não governamentais, em cursos informais e em cursos de formação de professores de nível superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018b).

- **Educação Infantil (CCH)**

O curso de Educação Infantil na UFV envolveu diversos movimentos para que ele fosse criado. Em 1977, o Departamento de Economia Doméstica (DED) criou duas disciplinas relacionadas à família e ao desenvolvimento da criança. Com isso, o DED passou a ter como objeto de estudo a educação infantil.

Em 1979, foi criado o Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH), que, inicialmente, tinha por objetivo “atender crianças de 3 a 6 anos de idade e suas respectivas famílias com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017c, p. 8). E em 1988 foi inaugurada a Creche UFV para atender, em tempo integral, os filhos das mães servidoras da UFV. Em 1999, a Creche foi substituída pelo Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI), ampliando a proposta, com a realização de aulas práticas para os estudantes de Licenciatura em Educação Infantil e de cursos afins e maior envolvimento dos professores e técnicos da área de Família e Desenvolvimento Humano do DED, para atenderem crianças de três meses a seis anos de idade.

A partir dessas várias ações do DED, ao longo dos anos, caminhou-se para a criação do curso de graduação em Educação Infantil. Depois de vários estudos e comissões com docentes de diferentes departamentos da UFV, no final de 2003, foi provada a criação do curso. A licenciatura em Educação Infantil busca formar docentes para trabalharem com crianças de 0 a 5 anos de idade. Seus objetivos consistem em

formar profissionais capacitados para atuar, prioritariamente, na docência da Educação Infantil, proporcionando o desenvolvimento integral da criança, ou seja, considerando os aspectos físico-motor, social, cognitivo, afetivo e moral integrando as ações de cuidar e educar ao longo de toda a atividade profissional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017c, p. 20).

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Educação Infantil também envolveu várias discussões para o seu desenvolvimento e teve seu reconhecimento pelo MEC, em 2006.

Consideramos que essa breve apresentação do lócus da pesquisa, caracterizando os cursos que foram objeto do estudo, permite uma melhor compreensão dos resultados apresentados na tese. Finalizamos esta seção com a descrição dos procedimentos de análise dos dados coletados.

4.4 Procedimentos de análise

Os percursos dos sujeitos ao longo da educação superior consistem em um novo processo de socialização, mas carregado de vivências passadas, que tendem a influenciar nessa trajetória acadêmica. Sabemos que existem diversos aspectos que também devem ser considerados ao se buscar entender e analisar as escolhas dos indivíduos dentro da universidade. Seguindo essa linha de pensamento, que leva em consideração a história de vida dos estudantes antes mesmo de ingressarem na educação superior e o perfil socioeconômico e escolar, como aporte teórico para a análise deste estudo, utilizamos diversos autores, tanto nacionais como internacionais, referentes à área da Sociologia da Educação (BOUDIEU; PASSERON, 2014; COULON, 2008; LAHIRE, 1997; NOGUEIRA, 2012), conforme já exposto em seção anterior desta tese.

Portanto, neste estudo, a partir do momento em que nos propusemos a identificar e analisar as estratégias de acesso e permanência de estudantes na educação superior, procuramos compreender e descrever a lógica de funcionamento das estruturas sociais vivenciadas por cada sujeito. A universidade é um espaço composto por um conjunto de relações invisíveis, de conflito e de lutas simbólicas, no qual os sujeitos pertencentes aos grupos dominantes procuram manter sua posição.

Ao propor a análise das trajetórias acadêmicas dos estudantes dos cursos de graduação da UFV, levamos em consideração que tais trajetórias são condicionadas por fatores extraescolares, sobretudo, a origem social dos estudantes. Dessa forma, torna-se essencial identificar o perfil socioeconômico desses sujeitos. No entanto, apesar de as condições de classe serem significativas ao longo desse percurso, podem existir outros fatores importantes a serem considerados para análises, como, por exemplo, as peculiaridades individuais (NOGUEIRA, 2002).

Assim, as entrevistas têm um papel fundamental na verificação desses outros aspectos que não ficam explícitos no questionário socioeconômico. Buscamos reconstituir as trajetórias escolares e mostrar a vida do estudante universitário, permitindo, assim, compreender suas estratégias diante da vida acadêmica. Partimos do intuito de investigar o conjunto de expectativas e os motivos da escolha do curso (NOGUEIRA, 2012), o processo de adaptação ao novo mundo da universidade (COULON, 2008), para, assim, analisar as estratégias e experiências construídas ao longo desse percurso (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Dessa forma, a partir dessa linha de pensamento, destacando as estratégias utilizadas pelos estudantes, durante o período de permanência, procuramos considerar os aspectos da origem social dos estudantes, em relação à influência dos capitais e do *habitus* nessa

trajetória. Além disso, analisamos os aspectos da complexidade individual, o processo de adaptação na universidade e as estratégias utilizadas por eles durante esse percurso, para, então, entendermos a rotatividade/os fluxos dos alunos em suas trajetórias na Instituição.

4.4.1 Categorização dos dados

Após a coleta dos dados, por meio de diversos instrumentos, é preciso organizá-los para, enfim, iniciar a análise. Esse processo pode ser chamado de categorização, palavra que carrega em seu significado a ideia de classificar ou diferenciar em grupo objetos de um dado universo. Ao se pensar na produção científica, esse método auxilia o pesquisador a sistematizar todo o material para ir ao encontro das suas respostas, porém é muito importante ir além dessa categorização dos dados, pois se torna essencial contribuir com seu campo de pesquisa, como destacam as autoras Lüdke e André (1986, p. 49):

A categorização, por si mesma, não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.

A categorização dos dados se iniciou pelos dados referentes à forma de ingresso dos estudantes nos cinco cursos mais procurados, ou seja, com maiores números de candidato por vaga, de cada centro de ciências, na UFV, e a situação em que se encontravam esses sujeitos até o segundo semestre letivo de 2018. A partir desse levantamento inicial, foi possível identificar os quatro cursos, um de cada centro de ciências, que apresentavam maiores índices de mudança de curso.

Os levantamentos desses resultados possibilitaram a construção dos dados estatísticos referentes ao perfil socioeconômico de todos os estudantes, que foram organizados em quatro categorias para análise: 1) O perfil geral dos estudantes (idade, sexo, naturalidade, instituição em que cursou o ensino médio e renda familiar); 2) Relação cor/raça por curso; 3) Escolarização dos pais; 4) Assistência Estudantil em relação a cada curso (Serviço de Moradia, Serviço de Alimentação Gratuitade, Bolsa de Iniciação Profissional, Auxílio Creche/Pré-Escola e Auxílio Transporte).

Quanto às entrevistas, as análises foram realizadas por temas, seguindo os eixos delimitados no roteiro. Desse modo, os aspectos em destaque foram relacionados a dados de

identificação; à família, como o nível de escolaridade e a faixa de renda familiar mensal, ambas as variáveis foram comparadas com as porcentagens obtidas a partir dos dados gerais disponibilizados pela UFV; trajetória escolar; e sobre o ingresso e a permanência na Universidade.

As respostas dos coordenadores dos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH) ao questionário proposto foram categorizadas a partir dos temas referentes ao processo de implantação do SiSU na UFV, sobre os índices de rotatividade nos cursos e as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

A seguir, no Quadro 3, apresentamos as principais características dos quatro estudantes entrevistados em relação ao curso de ingresso e à opção de mudança até o segundo semestre do ano de 2018.

Quadro 3 - Principais informações fornecidas pelos alunos entrevistados, para a investigação sobre a mudança de curso.

NOME FICTÍCIO	CURSO DE ORIGEM	CURSO DE MUDANÇA	PERÍODO DA MUDANÇA
Bernardo	Enfermagem (CCB)	Medicina (CCB)	2019/1
Carmem	Educação Infantil (CCH)	Pedagogia (CCH)	2017/1
Penha	Educação Infantil (CCH)	Pedagogia (CCH)	2017/2
Joana	Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA)	Agronomia (CCA)	2017/1
Karollina	Licenciatura em Matemática (CCE)	Pedagogia (CCH)	2017/1

Fonte - Elaborado pela pesquisadora da tese, conforme dados obtidos nas entrevistas realizadas com cada estudante.

Por meio da análise das entrevistas realizadas com os cinco estudantes apresentados no Quadro 3, inicialmente, foram elaborados breves resumos da história de cada um dos sujeitos participantes, a partir dos dados pessoais, da organização familiar e das trajetórias escolares. Em seguida, foram analisados o processo de preparação para o ENEM e a

escolha do curso e da universidade. E, por último, o foco se deteve nos motivos que acarretaram a mudança de curso.

Os resultados dos questionários aplicados aos coordenadores dos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH) são apresentados e discutidos ao longo das seções cinco e seis, articulados com os dados dos estudantes.

Nesse sentido, na seção cinco, são apresentados dados mais específicos, que servem de apoio aos dados gerais dos estudantes dos cursos de graduação da UFV. Na seção seis, apresentamos uma percepção institucional sobre o índice de mudança de curso, as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas disciplinas e no curso, quais ações estão sendo desenvolvidas para que esse cenário na graduação mude e quais são as perspectivas de cada coordenador sobre a seleção de estudantes por meio do SiSU.

5 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM EM QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UFV, ENTRE 2016 E 2018 E MUDARAM DE CURSOS

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados referentes aos estudantes que ingressaram na graduação da UFV, por meio do SiSU, no ano de 2016, nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH) e, posteriormente, mudaram de curso. Inicialmente, apresentamos dados gerais da Instituição e específicos sobre a forma de ingresso. Em seguida, temos o perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes nesses quatro cursos, o índice de permanência até o segundo semestre de 2018, a rotatividade realizada pelos estudantes dos quatro cursos selecionados e o período que permaneceram no curso.

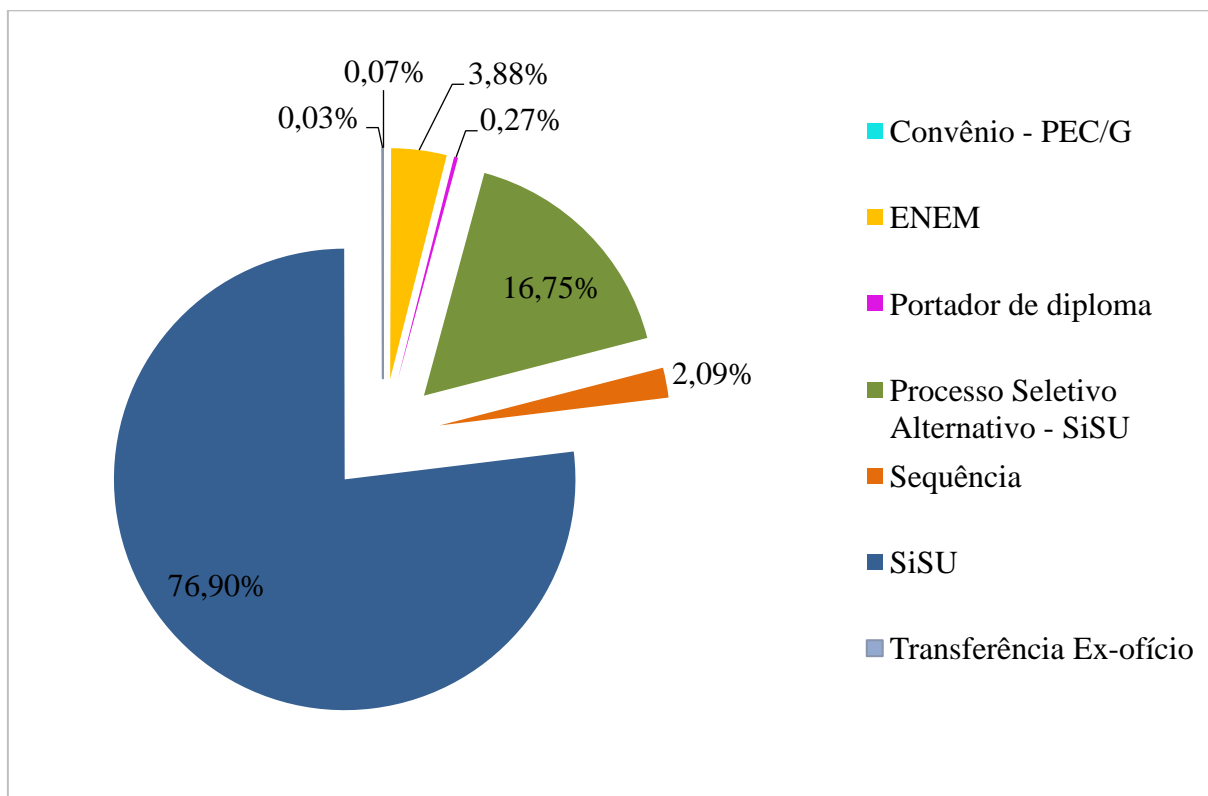
5.1 O Ingresso dos estudantes nos cursos de graduação da UFV, em 2016

Em 2016, as vagas dos 66 cursos de graduação presenciais nos três *campi* da UFV foram 100% oferecidas por meio do SiSU. Totalizaram 3.190 novas vagas, para 49.892 candidatos, o que correspondeu a uma média de 15,6 candidatos por vaga. Além disso, nesse mesmo ano, a Universidade também ofertou mais 1.455 vagas ociosas⁴⁴, sendo que 631 vagas foram preenchidas por meio do SiSU, 735 vagas por processos seletivos específicos, para ingresso no segundo semestre de 2016, e 89 vagas para estudantes em cursos com dupla modalidade (Licenciatura e Bacharelado) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017d).

O campus Viçosa é responsável pelo maior número de preenchimentos das novas vagas ofertadas anualmente pela UFV. No ano de 2016, esse campus ofertou 2.240 novas vagas, distribuídas em 45 cursos de graduação, tanto na modalidade bacharelado, como na modalidade licenciatura e superior de tecnologia. Também aconteceu o preenchimento de 673 vagas ociosas, totalizando 2.913 vagas preenchidas por diferentes modalidades, como podemos observar pelo Gráfico 6.

⁴⁴Art. 11. As vagas ociosas de cada curso serão calculadas até 60 (sessenta) dias após o início de cada semestre letivo e corresponderão ao número de vagas do curso multiplicado pelo seu tempo médio de duração, constante no seu Projeto Pedagógico, subtraindo-se o número de estudantes matriculados.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2020c).

Gráfico 6 – Formas de ingresso dos estudantes nos cursos de graduação da UFV/Viçosa, em 2016



Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

A forma de ingresso dos estudantes nos cursos de graduação da UFV, em 2016, campus Viçosa, aconteceu por sete maneiras diferentes. O SiSU ficou responsável pelo maior índice de ingresso, com 76,90%, seguido do Processo Seletivo Alternativo – SiSU, com 16,75%. Vale lembrar que, apesar de esse ingresso seguir o mesmo procedimento do primeiro índice, esse dado corresponde à ocupação das vagas ociosas utilizando a lista de espera. E, para concorrer a essas vagas, o candidato deveria, obrigatoriamente, ter participado da edição 2015 do ENEM e efetuado sua inscrição no SiSU 2016.

O ingresso por meio da nota do ENEM ficou responsável por 3,88% dos ingressos. Essa modalidade corresponde ao Processo Seletivo para o ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Para concorrer às 120 vagas ofertadas, o candidato, obrigatoriamente, também teria que ter participado da edição 2015 do ENEM e efetuado sua inscrição no *site* da UFV, conforme normas estabelecidas em Edital de 2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2016b).

Em sequência, com 2,09%, temos os ingressantes em outra modalidade/habilitação, por exemplo, o estudante que conclui a Licenciatura em Química e

ingressa novamente para cursar o Bacharelado. O ingresso por Portador de Diploma representou 0,27%. Nessa modalidade, estão os sujeitos que já haviam concluído algum curso de graduação reconhecido pelo MEC e solicitaram ao Pró-Reitor de Ensino o ingresso em algum curso da UFV.

Já o Convênio – PEC/G⁴⁵ contou com 0,07% dos ingressantes. Os estudantes selecionados por essa modalidade são estrangeiros, uma vez que as vagas são reservadas para sujeitos de outros países.

E, por último, vem a Transferência de Ex-ofício, com 0,03%. São servidores ou seus dependentes que solicitaram a vaga em razão de remoção ou de transferência de ofício (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018c).

A Tabela 7, apresentada a seguir, permite visualizar as modalidades de admissão dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados para o desenvolvimento deste estudo.

Tabela 7 - Formas de admissão dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados

CURSO	CENTRO	MODALIDADES DE INGRESSO		TOTAL
		SiSU	Processo Seletivo Alternativo - SiSU	
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	40	13	53
Enfermagem	CCB	50	7	57
Licenciatura em Matemática	CCE	40	8	48
Educação Infantil	CCH	40	11	51

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

⁴⁵ Programa de Estudantes-Convênio de Graduação.

Embora, no primeiro semestre de 2016, a UFV contasse com sete modalidades diferentes de ingresso nos cursos de graduação, nos cursos selecionados para a construção desta pesquisa, ocorreram apenas duas formas de ingresso. Anualmente, os cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH) oferecem 40 novas vagas. No processo seletivo de ingresso de 2016, dentre o total de vagas ofertadas, 20 foram destinadas para a ampla concorrência; 6 para os candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; 6 para os que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar; 4 para os que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; e 4 para os que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar.

Já o curso de Enfermagem (CCB) oferece anualmente 50 novas vagas, sendo que, no processo seletivo de 2016, foram ofertadas 25 vagas para a ampla concorrência; 7 para os que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; 7 para os que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar; 6 para os que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; e 5 para os que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas brasileiras, que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, independente da renda familiar.

Contudo, devido a transferências, mudanças de curso, desistências, desligamentos e abandonos, as quatro graduações apresentaram um número maior de ingresso, totalizando 39 vagas a mais, por meio do Processo Seletivo Alternativo – SiSU, referente às vagas ociosas. Foram 13 vagas a mais na Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), 7 vagas a mais na Enfermagem (CCB), 8 vagas a mais na Licenciatura em Matemática (CCE) e 11 vagas a mais na Educação Infantil (CCH).

5.2 Perfil socioeconômico e escolar dos estudantes que ingressaram em 2016

O perfil dos estudantes que ingressaram em 2016, nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH) foi construído com os dados do Registro Escolar da UFV, conforme já indicado. Essa caracterização foi elaborada com dados sobre sexo, cor-raça, idade e estado da federação de origem, dados escolares (tipo de instituição cursada no ensino médio e escolarização dos pais) e econômicos (renda familiar). Portanto, as informações que são apresentadas a seguir correspondem ao total de 209 estudantes ingressantes em 2016, inicialmente apresentados separadamente por curso, conforme podemos verificar a seguir na Tabela 8.

Tabela 8 - Identificação do sexo dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados

CURSO	CENTRO	SEXO	
		Feminino	Masculino
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	32,08%	67,92%
Enfermagem	CCB	80,70%	19,30%
Licenciatura em Matemática	CCE	29,17%	70,83%
Educação Infantil	CCH	92,16%	7,84%

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Em relação à distribuição dos estudantes ingressantes em 2016, nos cursos de graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), encontramos, no geral, uma maioria do sexo feminino, com 59,33% (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018a). No entanto, quando observamos a representação dos sexos de forma específica por cursos, na Tabela 8, os dados revelaram, na Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) e na Licenciatura em Matemática (CCE), um índice maior de sujeitos do sexo masculino, com 67,92% e 70,83%, respectivamente.

Historicamente, a preocupação com a educação das mulheres era restrita a serem instruídas para tornarem-se donas de casa e conseguirem um “bom casamento”. E isso acontecia, na maioria das vezes, dentro de casa, pelos próprios pais e familiares. O ingresso das mulheres no ensino regular foi um processo demorado e, na universidade, ainda mais tardio. Assim, por muito tempo, elas foram minoria, porém essa realidade vem mudando (SANTOS, 2014). Em uma pesquisa divulgada em 2016, pelo INEP, destacou-se que “[...] as mulheres apresentam chances cada vez mais superiores às dos homens de ingressar na educação superior desde a década de 1980”. (BRASIL, 2016).

Dados do INEP de 2007 (BRASIL, 2009a) trazem que, no ano de 2005, a taxa de concluintes mulheres na educação superior era maior que a dos homens e um estudo mais recente, de 2017, aponta que a proporção de mulheres nas estatísticas de ingressos, matrículas e concluintes nos cursos de graduação foi maior do que a de homens (BRASIL, 2019a). No entanto, quando tratamos de segregação por área de estudo, o número de mulheres nos cursos de áreas de exatas ainda é menor (TEXEIRAS; FREITAS, 2014), como podemos observar nos dados dos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) e na Licenciatura em Matemática (CCE). Outros estudos citam que as mulheres tendem a ingressar em cursos com menor retorno salarial (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

Os dados referentes aos sujeitos desse grupo de cursos quanto a cor-raça, conforme a Tabela 9, apontam para uma maior proporção de brancos, de modo geral, nas quatro graduações.

Tabela 9 – Identificação da cor-raça dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados

CURSO	CENTRO	COR-RAÇA
-------	--------	----------

		Amarela	Branca	Parda	Indígena	Preta	Não declarado
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	1,89%	47,17%	39,62%	-	7,55%	3,77%
Enfermagem	CCB	3,51%	42,11%	35,09%	1,75%	10,53%	7,02%
Licenciatura em Matemática	CCE	-	43,75%	31,25%	-	10,42%	14,58%
Educação Infantil	CCH	1,96%	39,22%	31,37%	-	15,69%	11,76%

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Entre os estudantes que ingressaram nos quatro cursos de graduação, em 2016, a composição racial era maior de sujeitos que se autodeclararam brancos e pardos. Esses dois grupos corresponderam a mais de 70% do total de estudantes, sendo as demais porcentagens divididas entre amarelos, indígenas, pretos e os que não declararam a cor-raça. Apesar da expansão do número de vagas na educação superior, podemos observar que ainda não foi suficiente para a diminuição da desigualdade racial nesse nível de ensino, que, historicamente, foi ocupado majoritariamente por brancos. Com o intuito de minimizar essa desigualdade, a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e para a população de baixa renda, negra e indígena iniciou-se em 2002, com a implementação de cotas raciais (GUIMARÃES, 2003).

No tocante à distribuição desses estudantes quanto à idade de ingresso, na Tabela 10, podemos perceber que as médias de idade se aproximam entre os cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental e Enfermagem e entre as Licenciaturas de Matemática e Educação Infantil.

Tabela 10 – Idade de entrada dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, dos cursos de graduação selecionados

CURSO	CENTRO	IDADE				
		Menos de 20	20 a 25	26 a 30	31 a 35	Mais de 36

Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	50,94%	45,28%	1,89%	1,89%	-
Enfermagem	CCB	43,86%	49,12%	3,51%	1,75%	1,75%
Licenciatura em Matemática	CCE	22,92%	58,33%	12,50%	2,08%	4,17%
Educação Infantil	CCH	27,45%	54,90%	5,88%	1,96%	9,80%

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Segundo os dados da Tabela 10, no ano de 2016, do total de ingressantes nos cursos, o maior percentual era de sujeitos entre 20 e 25 anos, porém, no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), mais da metade dos estudantes tinham menos de 20 anos. O PNE de 2001 tinha como uma das suas metas atingir, até 2010, 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior, possibilitando, assim, o aumento da taxa de escolaridade da população brasileira. Em 2004, a educação superior contava com 4,2 milhões de estudantes, sendo que apenas 12,3% da população entre 18 e 24 anos estava matriculada nesse nível de ensino. Já em 2014 esse número foi para 7,8 milhões de matrículas de estudantes entre 18 e 24 anos, um aumento de mais de 10% (BRASIL, 2014b).

Com a meta de 30% não atingida em 2010, o PNE de 2014, Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2014a), estabeleceu, dentre as 20 metas para orientar a política educacional brasileira até 2024, que 33% da população de 18 a 24 anos esteja matriculada nesse nível de ensino. Os dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), módulo de Educação, de 2018, revelaram que apenas 25,2% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentavam ou haviam concluído a educação superior. No entanto, com os profundos cortes de financiamento sofrido pelas universidades públicas, em 2019 e 2022, é pouco provável que em 2024 o PNE consiga atingir a meta estabelecida (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2019; 2022).

Quanto à origem geográfica dos estudantes, notamos que, entre os respondentes, há maior proporção de estudantes de cidades de Minas Gerais, Estado de localização da UFV, como apresenta a tabela a seguir.

Tabela 11 – Estado de origem dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados

CURSO	CENTRO	ESTADO DE ORIGEM							
		BA	ES	GO	MG	MT	PR	RJ	SP
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	1,89%	1,89%	-	81,13%	-	-	7,55%	7,55%
Enfermagem	CCB	-	5,26%	1,75%	78,95%	-	-	5,26%	8,77%
Licenciatura em Matemática	CCE	4,17%	2,08%	-	72,92%	-	-	10,42%	10,42%
Educação Infantil	CCH	-	-	-	86,27%	1,96%	3,92%	1,96%	5,88%

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

A UFV fica localizada no Estado de Minas Gerais (MG). Como apresentado na Tabela 11, a maior concentração de estudantes que ingressaram no ano de 2016, nos cursos de graduação selecionados para esta pesquisa, era de MG, seguido de Estados vizinhos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Dados do MEC de 2010 trouxeram que, em anos anteriores à implantação do SiSU, o percentual de mobilidade acadêmica ficava em torno de 1%. Já na primeira edição da utilização do Sistema, os estudantes selecionados para as vagas em universidades fora de seu Estado de origem representaram 25%, um aumento significativo na taxa de mobilidade (BRASIL, 2010a).

A partir do SiSU, ocorreu a unificação da seleção, pois, em uma única plataforma on-line, os estudantes podem se candidatar a universidades de todo o Brasil, o que talvez tenha estimulado a mobilidade geográfica. Em um estudo de 2016, a autora apontou alguns fatores relacionados à influência do Sistema na mobilidade geográfica, principalmente a interestadual, entre estudantes da educação superior, dentre eles: a busca pela aprovação em cursos com maior prestígio social, como a Medicina; instituições que tenham um maior número de vagas ofertadas no curso desejado e oferecem auxílio social. Os candidatos tendem a fazer escolhas que aumentem suas chances de aprovação, o que pode não corresponder ao real curso/instituição desejado (LI, 2016).

A Tabela 12 permite visualizar a renda do núcleo familiar desses estudantes, sendo possível notar que a condição financeira se apresenta mais favorável em alguns cursos.

Tabela 12 - Renda familiar dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados

CURSO	CENTRO	RENDA FAMILIAR					
		Até um salário mínimo	Entre 1 e 3 salários mínimos	Entre 3 e 5 salários mínimos	Entre 5 e 7 salários mínimos	Acima de 7 salários mínimos	Não declarado
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	9,43%	39,62%	22,64%	15,09%	9,43%	3,77%
Enfermagem	CCB	14,04%	42,11%	22,81%	10,53%	3,51%	7,02%
Licenciatura em Matemática	CCE	10,42%	43,75%	29,17%	2,08%	-	14,58%
Educação Infantil	CCH	29,41%	43,14%	9,80%	5,88%	-	11,76%

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Os dados referentes à renda familiar demonstram maior concentração de estudantes, mais de 50%, com poder aquisitivo e consumo de até três salários mínimos⁴⁶ nos cursos de Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH). No entanto, esse aspecto se diferencia no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), no qual a concentração maior da renda familiar dos estudantes ficou acima dos três salários mínimos.

Percebemos que os ingressantes eram, em sua maioria, advindos de classe média-baixa e da região, o que não acontecia antes. Apresentavam mais dificuldades de aprendizagem e novas formas de ensinar tiveram que ser implementadas. Muitas estratégias novas foram criadas, por exemplo: disponibilização de textos online (xerox ficava oneroso para eles), aquisição de novos livros e materiais didáticos para auxiliar na aprendizagem, fomento do estudo em grupo, uso de tecnologias mais modernas, dentre outros. (Coordenador da Educação Infantil).

⁴⁶ O salário mínimo em 2016 era de R\$ 880,00 (BRASIL, 2022).

Alguns estudos que se dedicam a compreender as trajetórias escolares pressupõem a ideia de que, embora as condições ligadas à origem social e renda desempenhem um importante papel no decorrer da vida escolar dos sujeitos, elas não são fatores determinantes. Existem outros aspectos, como características individuais e estratégias familiares, que, em alguns casos, podem exercer influências significativas ao longo da trajetória escolar. Nogueira (2004) apresentou que o fracasso escolar não se trata de um fenômeno presente apenas nas famílias com baixo poder econômico, mas também ocorre nas famílias pertencentes à elite. No entanto, a elite consegue minimizar as dificuldades escolares dos filhos por meio de estratégias possibilitadas pelo capital econômico, por exemplo as transferências para escolas em que seja viável contornar os déficits apresentados pelos alunos. No que diz respeito às trajetórias escolares desses sujeitos, a Tabela 13 apresenta o tipo de escola em que cursaram o ensino médio.

Tabela 13 - Tipo de escola cursada no Ensino Médio, pelos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados

CURSO	CENTRO	ENSINO MÉDIO					
		Maior parte em escola particular	Maior parte em escola pública	Todo em escola particular	Todo em escola pública	Todo em curso supletivo	Não declarado
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	7,55%	1,89%	33,96%	52,83%	-	3,77%
Enfermagem	CCB	5,26%	-	29,82%	57,89%	-	7,02%
Licenciatura em Matemática	CCE	2,08%	-	25,00%	56,25%	2,08%	14,58%
Educação Infantil	CCH	7,84%	1,96%	70,59%	5,88%	1,96%	11,76%

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Ao analisar o tipo de escola que esses estudantes frequentaram durante o Ensino Médio, foi possível perceber que, nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB) e Licenciatura em Matemática (CCE), a maioria veio da escola pública. Os índices apresentados nesses três cursos podem ser justificados pela Lei de Cotas, que

determinou a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação das universidades públicas para sujeitos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Apenas no curso de Educação Infantil (CCH) o índice da Tabela 13 se constituiu de forma diferenciada. Nesse curso, há uma evidente parcela de estudantes, mais de 70%, que estudaram todo o Ensino Médio em escola privada. Apesar dessa licenciatura também adotar a reserva de 50% de vagas para estudantes oriundos da escola pública, o edital do processo seletivo para ingresso nos cursos presenciais de graduação do primeiro semestre de 2016, na UFV trouxe que, no caso de não preenchimento das vagas reservadas, elas seriam ofertadas aos demais candidatos, de acordo com a ordem de classificação dentro de cada curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2016c).

Na tabela 14, apresentada a seguir, observamos o nível de escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes.

Tabela 14 - Nível de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes ingressantes pelo SiSU, em 2016, na UFV, nos cursos de graduação selecionados

CURSO	ESCOLARIZAÇÃO DA MÃE									
	Alfabe- -tizada	Fund. incom- -pleto	Fund. com- -pleto	E. M. incom- -pleto	E. M com- -pleto	Superio r incom- -pleto	Super ior com- -pleto	Pós- gradu- -ação	Ou- -tra	Não decla- -rado
Eng. Agrícola e Ambien tal (CCA)	3,77%	15,09%	7,55%	3,77%	20,75 %	1,89%	24,53 %	16,98%	1,89 %	3,77%
Enfer- -magem (CCB)	3,51%	21,05%	5,26%	7,02%	26,32 %	-	14,04 %	15,79%	-	7,02%
Mate- -mática (L) (CCE)	4,17%	31,25%	4,17%	10,42%	25,00 %	2,08%	2,08%	4,17%	2,08 %	14,58%
Educ. Infantil (CCH)	5,88%	41,18%	9,80%	3,92%	9,80%	3,92%	1,96%	7,84%	3,92 %	11,76%
CURSO	ESCOLARIZAÇÃO DO PAI									

	Alfabe- tizado	Fund. incom- pleto	Fund. com- pleto	E. M. incom- pleto	E. M com- pleto	Superi- or incom- pleto	Superi- or com- pleto	Pós- gradu- ação	Ou- tra	Não decla- rado
Eng. Agrícola e Ambien- tal (CCA)	3,77%	22,64%	7,55%	3,77%	24,53 %	11,32%	11,32 %	9,43%	1,89 %	3,77%
Enfer- magem (CCB)	3,51%	28,07%	5,26%	7,02%	24,56 %	3,51%	15,79 %	3,51%	1,75 %	7,02%
Mate- mática (L) (CCE)	10,42%	33,33%	14,58 %	6,25%	12,50 %	2,08%	6,25%	-	-	14,58%
Educ. Infantil (CCH)	9,80%	33,33%	17,65 %	5,88%	7,84%	3,92% ²	1,96%	1,96%	5,88 %	11,76%

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

No que se refere aos níveis escolares dos pais, os resultados demonstram que, nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), tanto a figura materna, como a figura paterna apresentaram concentração em níveis de escolarização distintos. Na Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), a escolarização dos pais é superior à dos demais pais dos estudantes de outros cursos. Em relação à escolarização da mãe, foi possível notar maior concentração de mulheres com o ensino superior completo, atingindo mais de 41,51%⁴⁷, e também destacamos o maior índice entre os quatro cursos de mães com pós-graduação (16,98%), do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA). Já o nível de escolarização do pai, de 56,6%⁴⁸, fica acima do nível do ensino médio completo.

No curso de Enfermagem (CCB), a concentração do nível de escolarização da mãe ficou com destaque para o ensino médio completo, 56,15%, seguido de quase 29,3% com ensino superior completo. O nível de escolarização do pai assemelha-se ao da mãe, em se

⁴⁷ Foram considerados os índices de “Ensino superior completo” e “Pós-graduação”.

⁴⁸ Foram considerados os índices de “Ensino médio completo”, “Ensino superior incompleto”, “Ensino superior completo” e “Pós-graduação”.

tratando de ensino médio completo, com 47,37%. Na Licenciatura em Matemática (CCE), o nível de escolarização dos pais mostrou-se diferente dos outros cursos já citados. Em relação à mãe, a concentração fica em 35,42%, com ensino fundamental incompleto, e 33,33% com ensino médio completo. Também destacamos o menor índice entre os quatro cursos de mães com pós-graduação (4,17%). Já em relação à escolarização do pai, o nível teve sua concentração maior em alfabetizados, ensino fundamental incompleto e completo, com 58,33%. No curso de Educação Infantil (CCH), o nível de escolarização, tanto da mãe como do pai, apresentou maiores concentrações em alfabetizados, ensino fundamental incompleto e completo e o menor índice entre os quatro cursos com ensino superior completo (1,96%).

5.3 Situação acadêmica dos estudantes de graduação da UFV em 2018/2

A partir da análise da forma de ingresso dos estudantes nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), em 2016, buscamos identificar também a situação acadêmica em que se encontravam os estudantes dessas turmas até o final do segundo período de 2018. Dentre as situações encontradas, estão os abandonos, que, segundo o Regime Didático 2018 da Graduação da UFV, equivaleriam à “[...] falta de renovação de matrícula num período letivo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017e, p. 11). Encontramos também a situação de afastamento especial, que, de acordo com o Art. 77 do Regime Didático 2018, seria:

O estudante que não efetuar sua renovação de matrícula dentro do prazo regimental poderá requerer, no Registro Escolar, seu afastamento especial.

§ 1º O afastamento especial deverá ser requerido nos 30 (trinta) dias subsequentes ao primeiro dia do período letivo.

§ 2º O afastamento especial será válido para o período letivo em que foi concedido.

§ 3º O afastamento especial será concedido somente uma vez, ressalvada a situação em que o estudante tenha sido reprovado em exame complementar e a disciplina não seja oferecida naquele período letivo.

§ 4º O período de afastamento especial não será computado para efeito de integralização do tempo máximo de conclusão do curso. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017, p. 15).

Outras situações acadêmicas observadas são o afastamento/intercâmbio, que corresponde à mobilidade acadêmica tanto nacional, como internacional e à conclusão, situação

em que os estudantes terminaram o curso até o período regular de integralização mínima do currículo acadêmico. Já o desligamento apresenta uma variedade de motivos, os quais são caracterizados, segundo o Capítulo VI do Regime Didático 2018, Art. 93, da seguinte forma:

I. Não concluir o curso no prazo máximo fixado para integralização de sua Matriz Curricular, estabelecida no Projeto Pedagógico do curso.

II. For incurso em caso de exclusão previsto no Regimento Geral da UFV.

III. For reprovado por infrequência e/ou por notas iguais a zero ou conceito “N” em todas as disciplinas em qualquer período em que estiver matriculado na UFV, excetuando-se o semestre em que o estudante estiver cursando apenas uma disciplina.

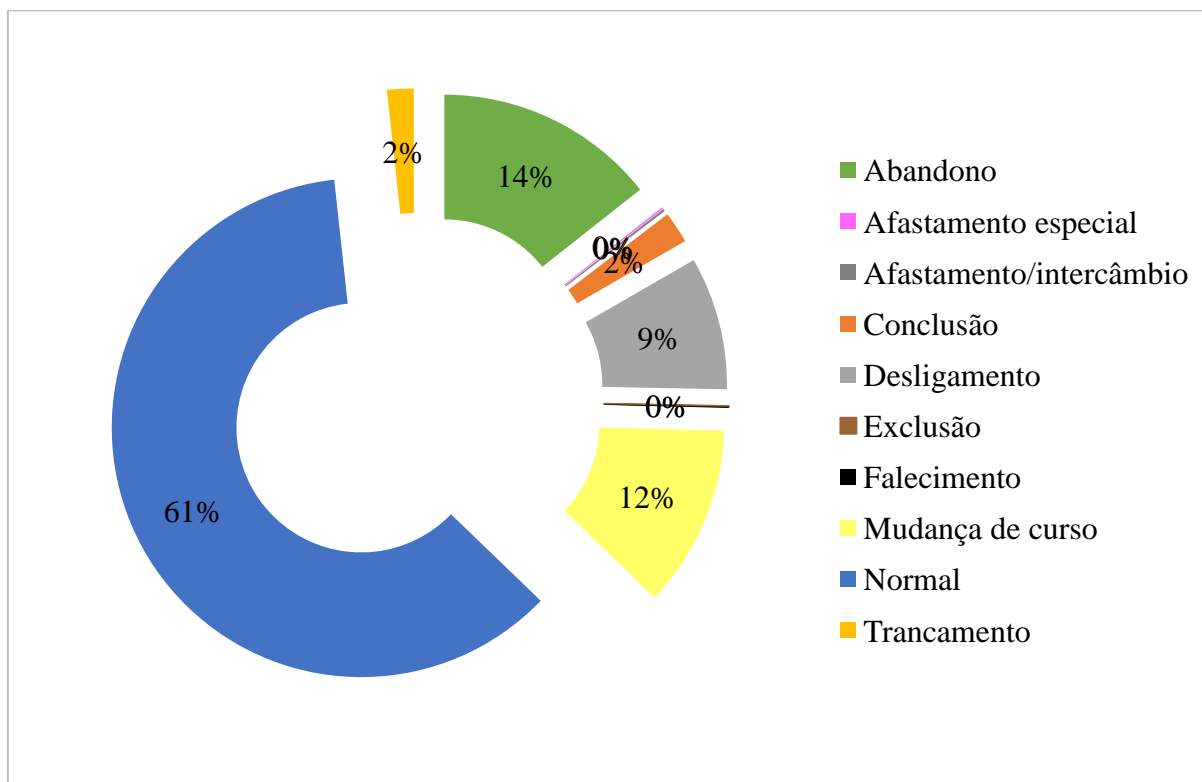
IV. Apresentar rendimento acadêmico insuficiente em 2 (dois) períodos letivos, para os cursos superiores de tecnologia, e em 4 (quatro) períodos letivos, para os demais cursos superiores, exceto o estudante para o qual faltar apenas 1 (uma) disciplina para a colação de grau.

V. Obtiver 5 (cinco) reprovações e/ou abandonos na mesma disciplina a partir de 2011, exceto o estudante que concluiu todas as outras exigências para a colação de grau (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017e, p. 20).

Segundo o Regime Geral de 2000 da UFV, na exclusão se enquadram aqueles que tenham tido alguma atitude ofensiva e/ou atentado contra algum professor, servidor técnico-administrativo ou estudante, que cause algum dano a bem pertencente ao patrimônio público e que tenha posse ou tráfico de alguma substância considerada entorpecente ou psicotrópica (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2000). Outras situações acadêmicas encontradas foram estudantes que faleceram e sujeitos que ainda permaneciam no curso inscrito em 2016, aqueles que mudaram de curso e demais que solicitaram ao Registro Escolar o trancamento de sua matrícula, situação que tem o prazo de um período letivo e é concedido apenas uma vez para os cursos superiores de tecnologia e duas vezes para os demais cursos superiores.

A apuração do resultado a partir dos números de ingressantes em 2016 e a situação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação da UFV em 2018/2 pode ser observada no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016, nos cursos de graduação da UFV, pelo SiSU



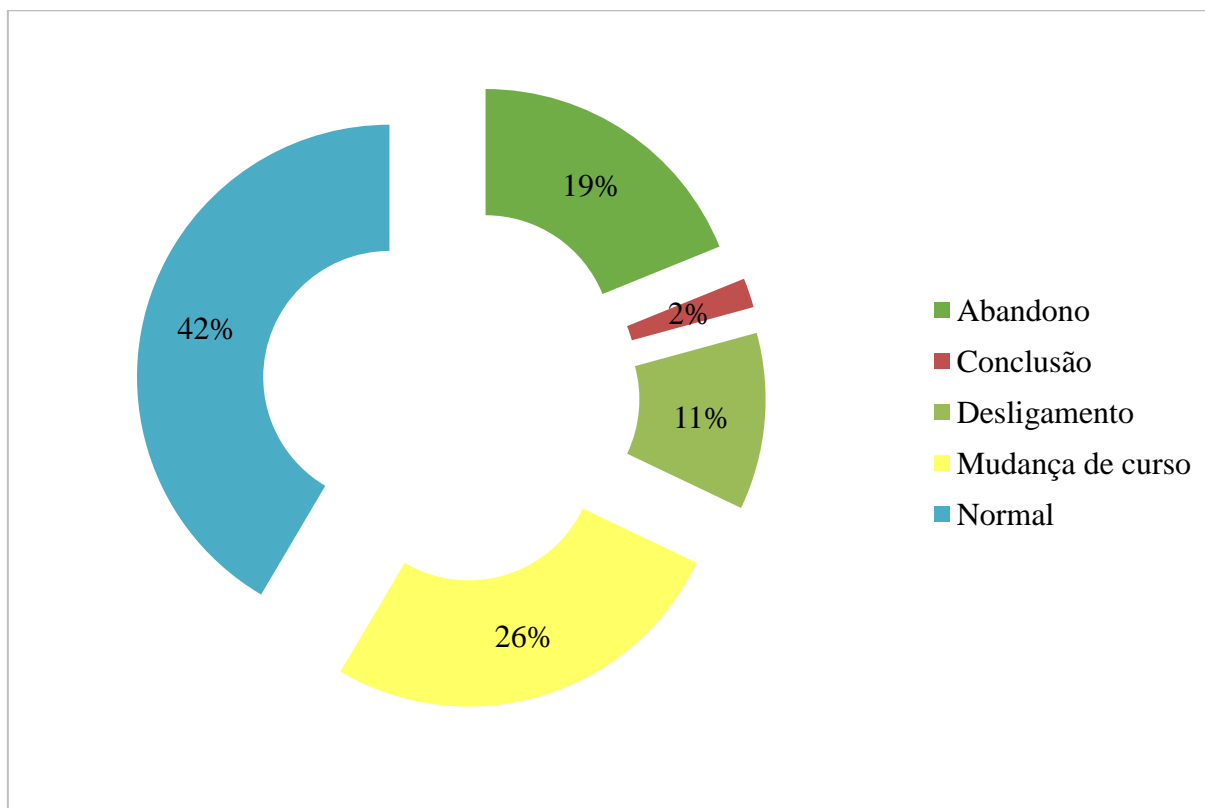
Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Nos dados do Censo da Educação Superior de 2019, referente ao ano de 2018, aproximadamente 30% dos estudantes de instituições públicas e privadas tiveram suas matrículas trancadas, desvinculadas ou mudaram de curso (BRASIL, 2019). A UFV, no final de 2018, apresentou um índice ainda maior que os dados nacionais, visto que 36,88%⁴⁹ dos estudantes da Instituição já não estavam matriculados regularmente nos cursos de graduação. É um problema complexo, pois envolve diversos fatores, dentre eles, aspectos relacionados a questões financeiras e falta de orientação profissional, além de fatores pessoais, que podem influenciar nessa estatística.

A identificação da situação acadêmica em 2018/2, dos estudantes que ingressaram em 2016, no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) pode ser observada no Gráfico 8.

⁴⁹ Abandono, Afastamento especial, Afastamento/intercâmbio, Desligamento, Exclusão, Mudança de curso e Trancamento.

Gráfico 8 - Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016, no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), na UFV, pelo SiSU



Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

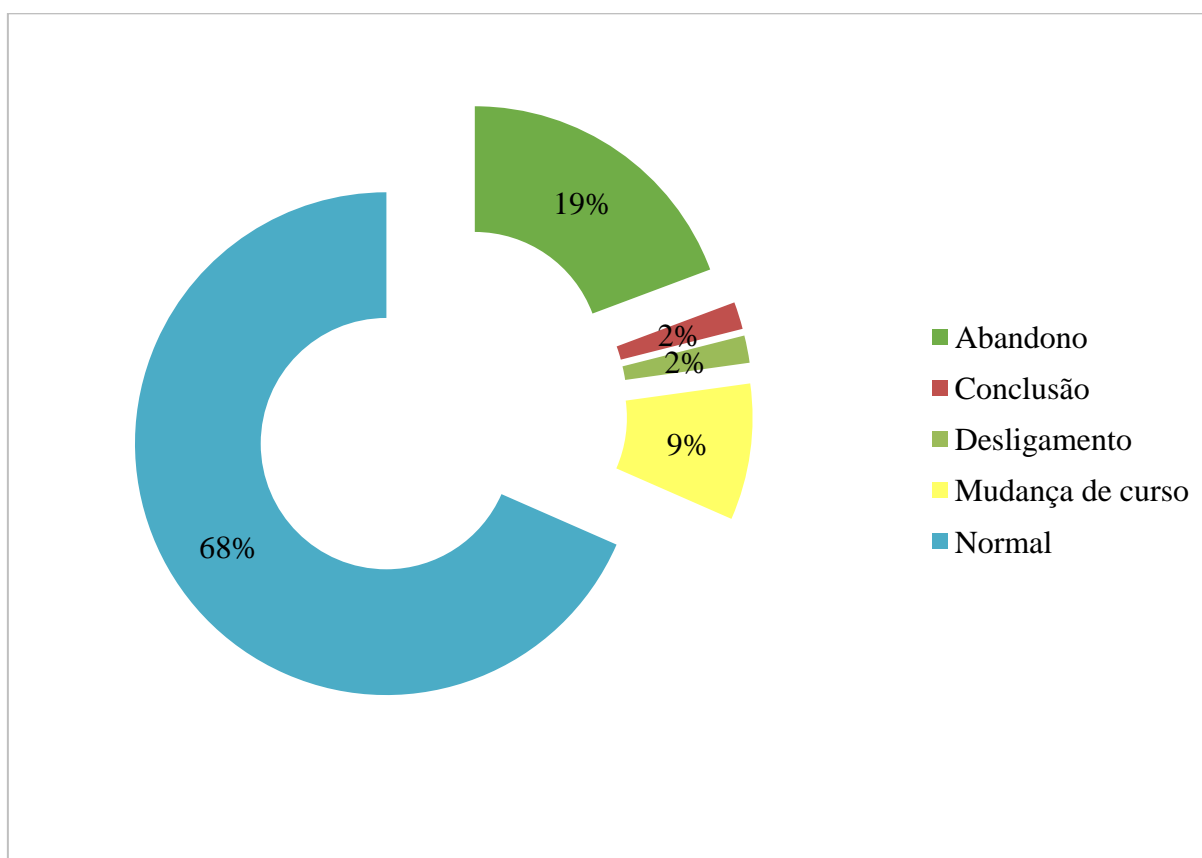
O curso de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) contou com o total de 53 sujeitos ingressantes em 2016, sendo 40 por meio do SiSU e 13 via Processo Seletivo Alternativo - SiSU. No final do segundo período de 2018, menos da metade ainda estava no curso (42%) e a mudança de curso foi o indicador responsável pelo maior número de saídas, com 26%. Sendo assim, entre os quatro cursos de graduação da UFV pesquisados, a Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) foi o que apresentou maior índice de mudança de curso.

Do total de 53 ingressantes em 2016, a modalidade mudança de curso representou 14 estudantes. A Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) é um curso com 10 períodos (cinco anos) para a conclusão, então, entre esses 14 alunos: 2 fizeram apenas um período⁵⁰ do curso, 3 fizeram dois períodos do curso, 2 ficaram três períodos no curso, 4 fizeram quatro períodos do curso e 3 fizeram cinco períodos do curso.

A situação acadêmica em 2018/2, dos estudantes que ingressaram em 2016, no curso de Enfermagem (CCB) pode ser observada no Gráfico 9.

⁵⁰ Na UFV os cursos de graduação são divididos por período. Em cada ano, os estudantes podem fazer até dois períodos.

Gráfico 9 - Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016, no curso de Enfermagem (CCB), na UFV, pelo SiSU



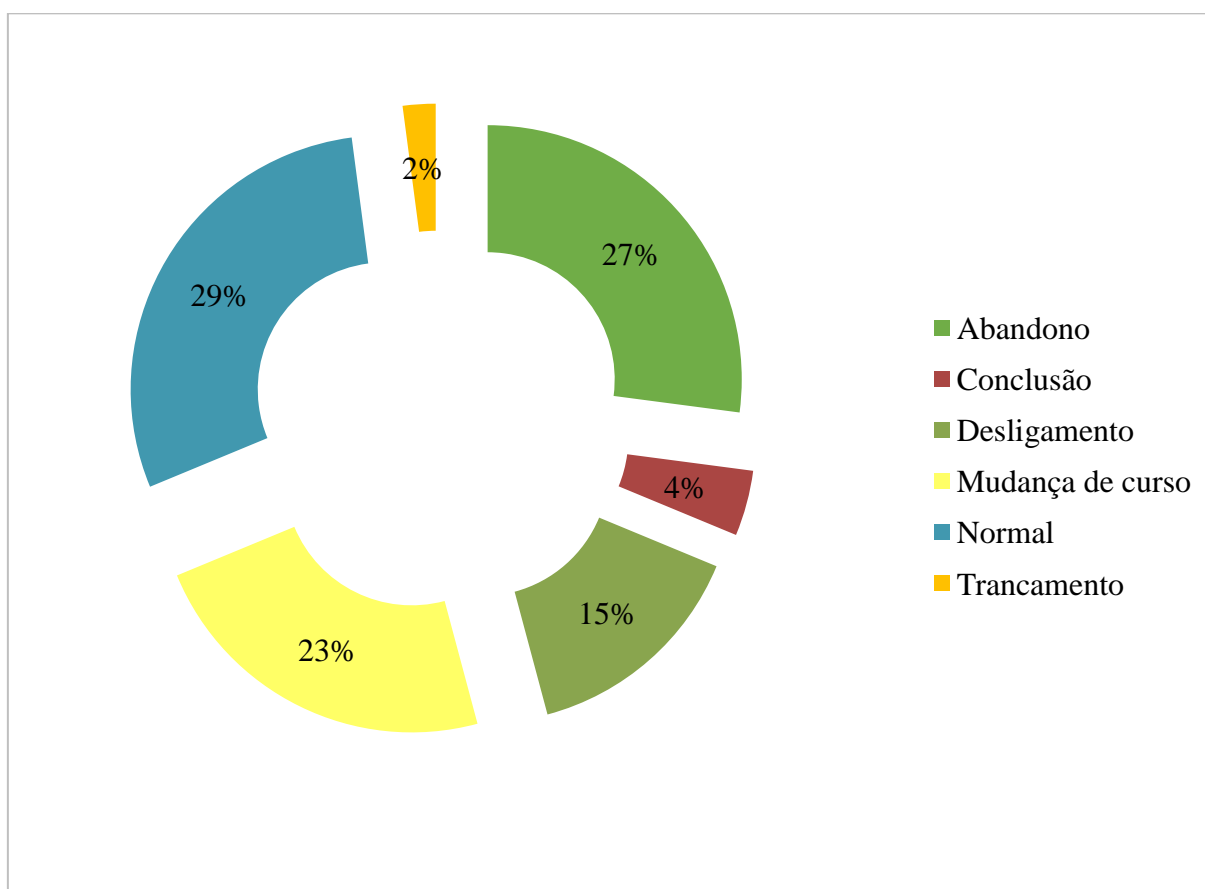
Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

No curso de Enfermagem (CCB), dos 57 estudantes que ingressaram em 2016, 50 alunos entraram via SiSU e 7 pelo Processo Seletivo Alternativo - SiSU. Até o segundo período de 2018, 68% ainda estavam cursando e 9% haviam mudado de curso. Vale ressaltar que esse curso, entre os quatro pesquisados, foi o que evidenciou o menor número de evadidos e de mudança de curso.

Do total de 57 ingressantes em 2016, a modalidade mudança de curso representou 5 estudantes. A Enfermagem (CCB) conta com 10 períodos (cinco anos) para a conclusão do curso. Assim, entre 5 estudantes, 4 fizeram apenas dois períodos do curso e 1 fez quatro períodos do curso.

A seguir, pode ser observada, no Gráfico 10, a situação acadêmica em 2018/2, dos estudantes que ingressaram em 2016, no curso de Licenciatura em Matemática (CCE).

Gráfico 10 – Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016, no curso de Licenciatura em Matemática (CCE), na UFV, pelo SiSU



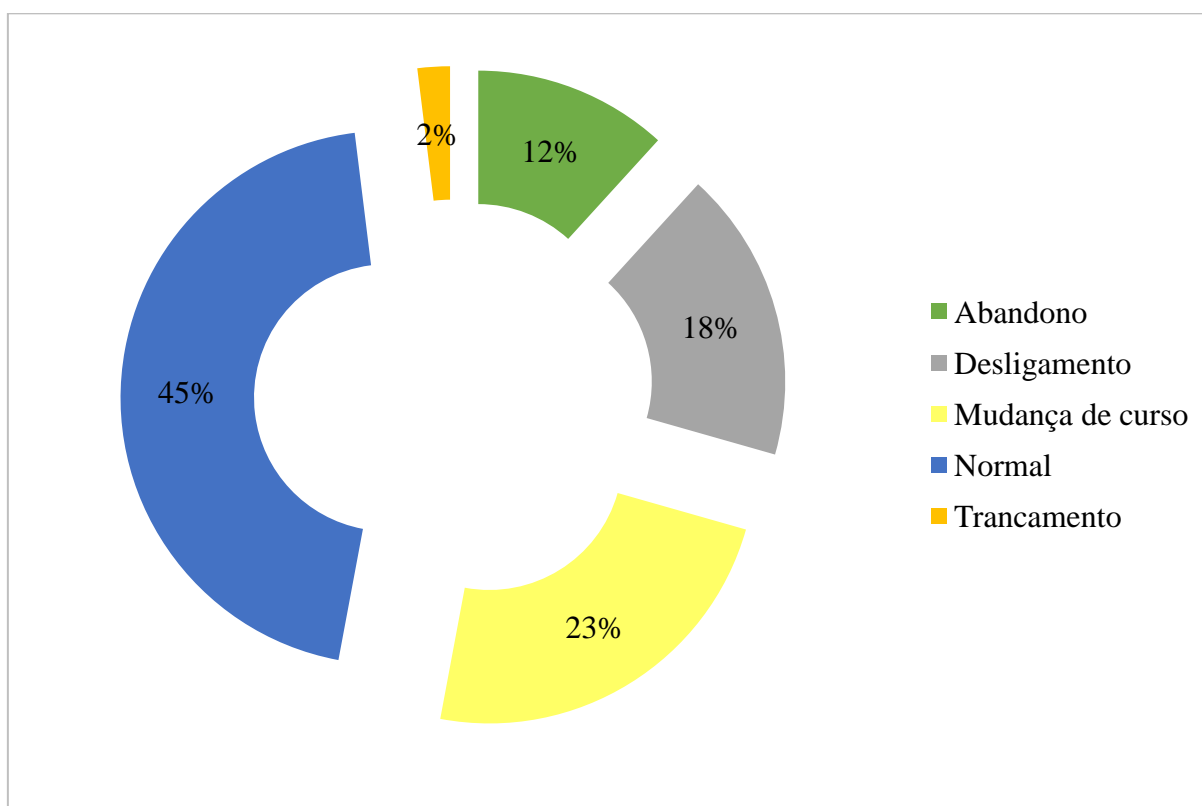
Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Na Licenciatura em Matemática (CCE), o total de estudantes que ingressaram em 2016 foi de 48, sendo 40 alunos ingressantes pelo SiSU e 8 pelo Processo Seletivo Alternativo - SiSU. No entanto, até o segundo período de 2018, o índice de evasão no curso era de 65%, sendo o abandono e a mudança as principais categorias responsáveis por esse índice, com 27% e 23%, respectivamente.

Do total de 48 ingressantes em 2016, a modalidade mudança de curso representou 11 estudantes. A Licenciatura em Matemática (CCE) conta com oito períodos (quatro anos) para a conclusão do curso. Entre os 11 estudantes, 7 fizeram dois períodos do curso, 1 fez três períodos do curso e 3 fizeram quatro períodos do curso.

No Gráfico 11, encontramos a situação acadêmica em 2018/2, dos estudantes que ingressaram em 2016, no curso de Educação Infantil (CCH).

Gráfico 11 – Situação acadêmica dos estudantes em 2018/2 que ingressaram em 2016, no curso de Educação Infantil (CCH), na UFV, pelo SiSU



Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

O curso de licenciatura em Educação Infantil (CCH) contou com o total de 51 ingressantes em 2016: 40 foram via SiSU e 11 por meio do Processo Seletivo Alternativo – SiSU. No final de 2018, menos da metade estava em situação “normal” no curso, ou seja, apenas 45% estavam cursando a licenciatura. Já o índice de mudança de curso representou 23%.

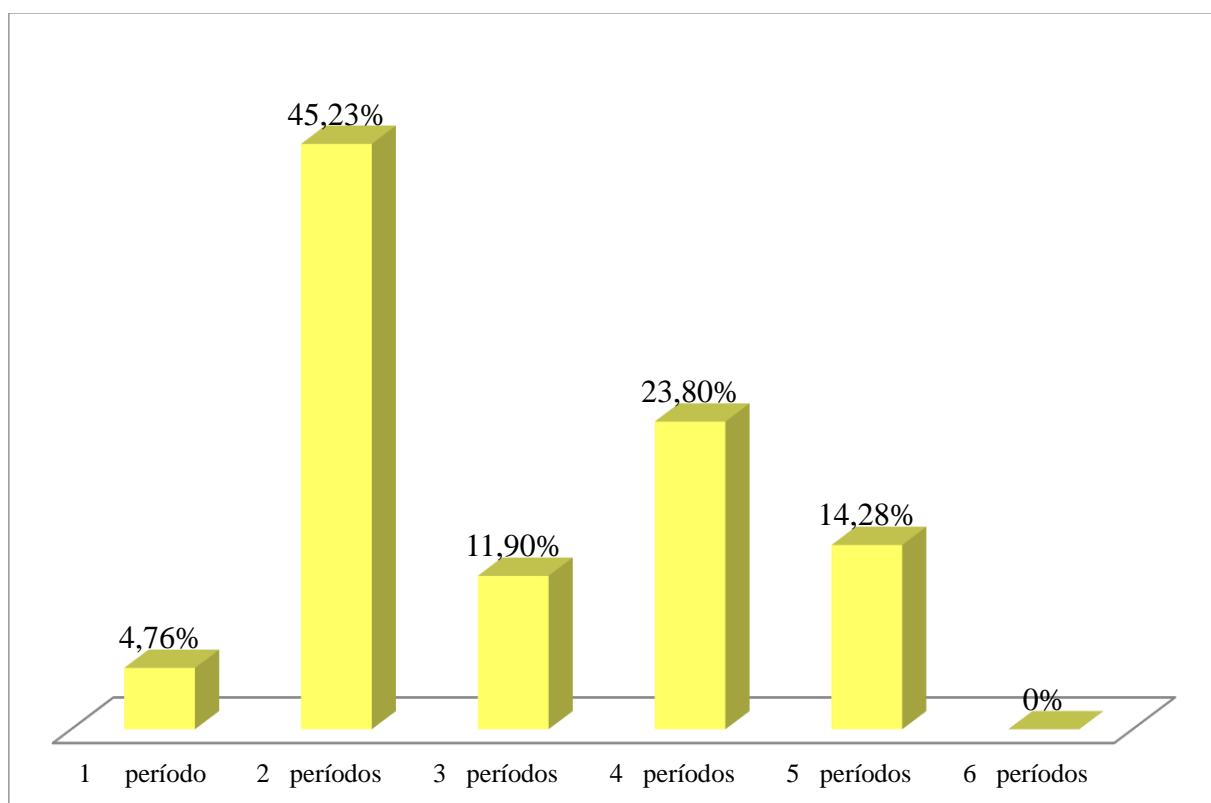
Do total de 51 ingressantes em 2016, a modalidade mudança de curso representou 23 estudantes. A Educação Infantil (CCH) tem 10 períodos (cinco anos) para a conclusão do curso. Entre os 23 estudantes, 12 fizeram apenas dois períodos do curso, 3 ficaram três períodos do curso, 5 fizeram quatro períodos do curso e 3 fizeram cinco períodos do curso.

Dentre os cursos de graduação da UFV analisados, a Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), a Licenciatura em Matemática (CCE) e a Educação Infantil (CCH) tiveram o índice de evasão superior a 50%, ficando apenas o curso de Enfermagem (CCB) abaixo dessa porcentagem, com 30%. Em relação apenas à categoria mudança de curso, nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), de Licenciatura em Matemática (CCE) e de Educação Infantil (CCH), os índices se aproximaram, ficando entre 23% e 26%. Contudo, a Enfermagem

(CCB) se destaca com o menor índice de mudança de curso, com 9%, entre os quatro cursos analisados.

Uma ressalva importante é que os cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Licenciatura em Matemática (CCE) e Enfermagem (CCB) apresentaram estudantes concluintes. Até 2018/2 os sujeitos concluintes estavam há apenas três anos na universidade, lembrando que a duração desses cursos varia entre quatro e cinco anos. No entanto, em uma conversa informal com um dos funcionários do Registro Escolar da UFV, constatamos que a conclusão em prazo menor só foi possível porque, possivelmente, esses estudantes já haviam reingressado no mesmo curso, iniciado ou concluído algum curso de graduação, que talvez tivessem aproveitado disciplinas cursadas anteriormente ou reingressado no mesmo curso. No Gráfico 12, analisamos o período de permanência desses estudantes.

Gráfico 12 – Período de permanência dos estudantes que ingressaram em 2016, pelo SiSU e mudaram de curso até 2018/2



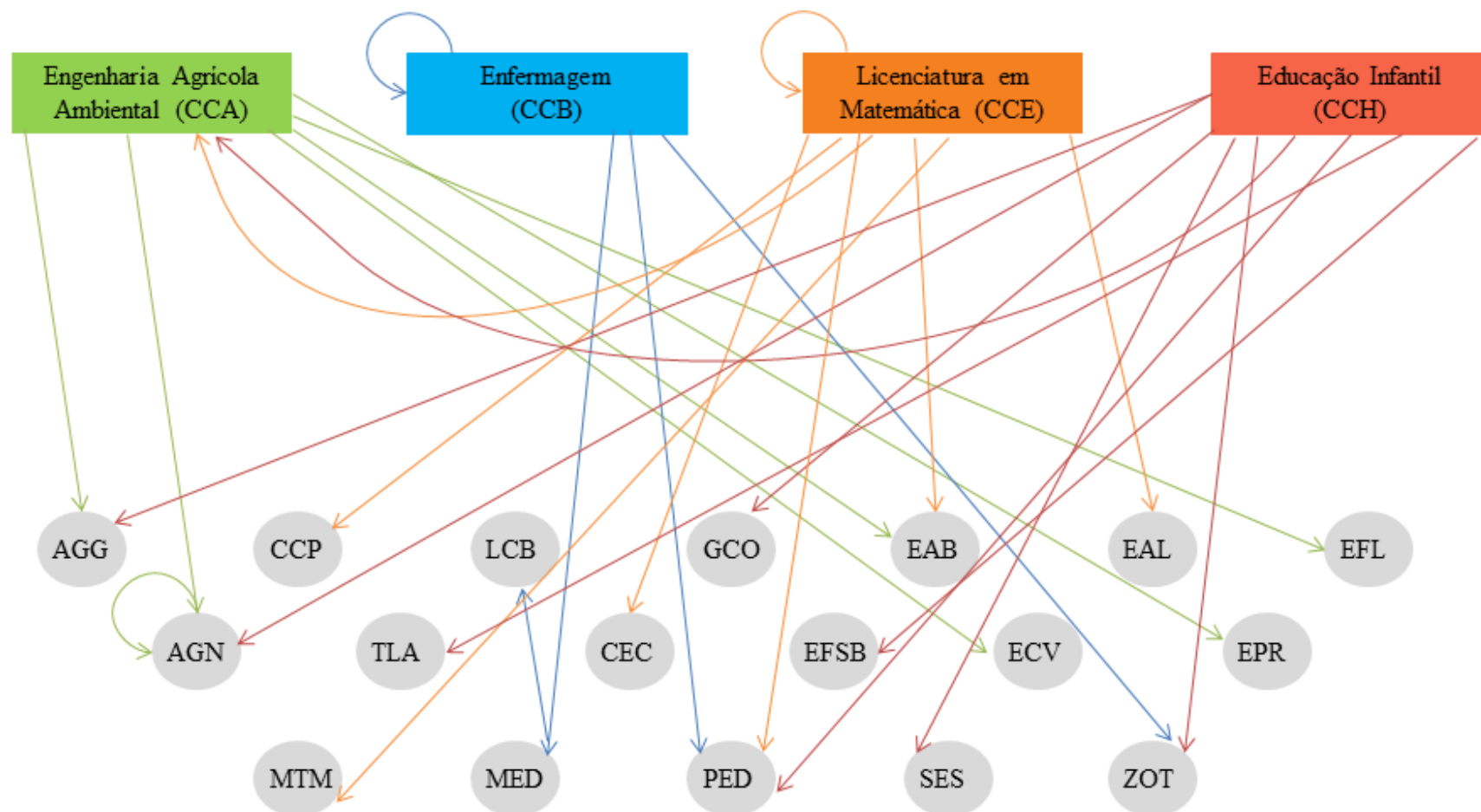
Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2019a). Tabela elaborada pela pesquisadora.

Em 2016, 209 estudantes ingressaram nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação

Infantil (CCH), porém, ao final do segundo semestre de 2018, 42 haviam mudado de curso dentro da UFV. Ao longo de cada ano, os estudantes cursam até dois períodos do curso, ou seja, em um ano, estudam dois períodos. Assim, ao analisarmos o Gráfico 12, identificamos uma concentração de 49,99% de sujeitos que mudaram de curso em 2016. 35,7% mudaram de curso em 2017 e 14,28% mudaram de curso em 2018. Quando avaliamos esse índice por curso, a Educação Infantil (CCH) é responsável pelo maior número de estudantes que mudaram de curso no primeiro ano, com 33,33%, seguida pela Licenciatura em Matemática (CCE) e a Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), com 23,80% cada, e Enfermagem (CCB), com 19,04%.

No Grafo 1 apresentado a seguir, é possível observar a movimentação realizada pelos estudantes ao longo de dois anos. E, na Tabela 15, logo em seguida, apresentamos a direção da mudança de curso. O nome de cada curso pode ser conferido na Tabela 15.

Grafo 1 – Rotatividade dos estudantes que ingressaram nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), em 2016 até o final de 2018



Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2021). Gráfico elaborado pela pesquisadora.

Tabela 15 - Cursos de origem e de destino dos estudantes até o segundo semestre de 2018

CURSO	CENTRO	CURSO DE DESTINO
Engenharia Agrícola e Ambiental	CCA	Agronegócio [1] Agronomia [8] → Agronomia [1] Engenharia Ambiental [1] Engenharia Civil [1] Engenharia de Alimentos [1] Engenharia de Produção [1] Engenharia Florestal [1]
Enfermagem	CCB	Enfermagem [1] Medicina [2] → Licenciatura noturna em Ciências Biológicas [1] Pedagogia [1] Zootecnia [1]
Licenciatura em Matemática	CCE	Ciência da Computação [1] Ciências Econômicas [2] Engenharia Agrícola e Ambiental [1] Engenharia Ambiental [1] Engenharia de Alimentos [2] Licenciatura em Matemática [1] Matemática [2] Pedagogia [1]
Educação Infantil	CCH	Agronegócio [1] Agronomia [2] Bacharelado em Educação Física [1] Ciência e Tecnologia de Laticínios [1] Cooperativismo [1] Engenharia Agrícola e Ambiental [1] Pedagogia [3] Serviço Social [1] Zootecnia [1]

Fonte: Diretoria de Registro Escolar – DRE. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2021). Tabela elaborada pela pesquisadora.

O Grafo 1 ilustra os tipos de rotatividade realizada pelos estudantes que ingressaram pelo SiSU, em 2016, nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH) e que, até o final do segundo semestre de 2018, mudaram de curso dentro da UFV. Considerando que os cursos selecionados para este estudo são de áreas distintas, observa-se, na Tabela 15, que as movimentações realizadas pelos estudantes também foram diferentes. Contudo, todos apresentaram uma mudança de curso muito diversificada por parte dos indivíduos, ou seja, a rotatividade nos cursos não aconteceu necessariamente para a mesma área de estudo ou centro de ciências.

A Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), apesar de apresentar sete movimentações distintas, os cursos para os quais os estudantes se dirigiram, em sua maioria, eram de áreas mais semelhantes ao curso de origem se comparado com as outras graduações pesquisadas. Porém os deslocamentos aconteceram também, em grande parte, para cursos com menor número de candidato por vaga. Os cursos para os quais os estudantes que ingressaram em 2016, na Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) mudaram foram: Agronegócio (AGG), Agronomia (AGN), Engenharia Ambiental (EAB), Engenharia Civil (ECV), Engenharia Florestal (EFL) e Engenharia de Produção (EPR).

Dentre os cursos, a Agronomia foi o que mais recebeu os estudantes da Engenharia Agrícola e Ambiental, sendo que um dos sujeitos realizou o reingresso duas vezes. Segundo o Coordenador do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, esse redirecionamento para a Agronomia é algo frequente, cuja principal causa seria “falta de base para cursar engenharia”. O Coordenador retrata a dificuldade dos ingressantes nas primeiras disciplinas do curso que, segundo ele, estão relacionadas aos conteúdos da educação básica, aspecto também elencado pelos outros coordenadores, como: matemática, física e química.

Em estudo realizado por Cristo, Resende e Kuhn (2018, p. 156), sobre a evasão dos estudantes da engenharia, os autores destacam que há “[...] déficit de conhecimento em ciências básicas, e principalmente em matemática”, porém existem outros elementos que acarretam esse baixo desempenho dos estudantes, como a alta carga horária semanal de aulas e a necessidade de desenvolver um novo *habitus* escolar, sendo capaz de ampliar os estudos para fora do ambiente de sala de aula, aspectos que não faziam parte da rotina de vários indivíduos que ingressam na educação superior.

A Enfermagem (CCB) foi o curso que apresentou a menor rotatividade de estudantes, e conseqüentemente foi também o que teve o menor índice de mudança de curso. Em relação às áreas de movimentação dos sujeitos, tivemos aqueles que mudaram para cursos

de outras áreas, como Pedagogia (PED) e Zootecnia (ZOT), e outros que buscaram cursos de maior prestígio social, por exemplo, a Medicina (MED). Um caso interessante a ser destacado é de um estudante que, depois de mudar para Medicina, optou novamente pela mudança de curso, mas para a Licenciatura em Ciências Biológicas (LCB). E também aconteceu um caso de reingresso no curso de origem, que tende a ser uma estratégia dos estudantes para zerar o coeficiente de rendimento e terem a oportunidade de reiniciá-lo em busca de melhores médias acadêmicas.

A Licenciatura em Matemática foi o segundo curso que apresentou a maior rotatividade dos estudantes ao longo de dois anos. Na maioria dos casos, a mudança de curso que os sujeitos realizaram foi para graduações de maiores prestígios, para o período diurno e áreas distintas. Os cursos em que aconteceram as movimentações foram: Ciência da Computação (CCP), Ciências Econômicas (CEC), Engenharia Agrícola e Ambiental (EAA), Engenharia Ambiental (EAB), Engenharia de Alimentos (EAL), Matemática (MTM) e Pedagogia (PED).

A Educação Infantil foi o curso que apresentou a maior rotatividade de estudantes nas mais diferentes áreas/centros de ciências e para cursos com maiores prestígios, mesmo sendo cursos de licenciaturas, visto que, na perspectiva das hierarquias horizontais, eles ocupam lugares de maior prestígio que o curso de Educação Infantil, tendendo a possibilitar uma melhor inserção no mercado de trabalho. Os cursos que receberam estudantes da Educação Infantil foram: Agronegócio (AGG), Agronomia (AGN), Ciência e Tecnologia de Laticínios (TLA), Cooperativismo (GCO), Engenharia Agrícola e Ambiental (EAA), Bacharelado em Educação Física (EFSB), Pedagogia (PED), Serviço Social (SES) e Zootecnia (ZOT). Segundo o Coordenador da Licenciatura em Matemática:

Alguns estudantes mudam para o mesmo curso, ou seja, reingressando para "limpar" o histórico de reprovações que possuem. Outros ingressam devido à nota baixa de ingresso que o curso tem e usam esse ingresso como trampolim para outros cursos.

Ao analisarmos os fluxos dos estudantes, identificamos que as mudanças para cursos de alto prestígio social são mais recorrentes, destacando o que se pode chamar de “efeito trampolim”, no qual eles tem como objetivo principal o ingresso na universidade, mesmo que seja em um curso não desejado, para futuramente tentar a transferência interna e/ou realizar o aproveitamento de disciplinas já cursadas, no caso de cursos da mesma área. Quando o movimento é inverso, um dos motivos para tal escolha seria pelo baixo desempenho e pela

reprovação nas disciplinas, então a mudança de curso vem como uma forma de tentar permanecer na educação superior (CRISTO; RESENDE; KUHN, 2018).

O ingresso na universidade, para algumas pessoas, é considerado como uma continuação natural do ensino médio. Entretanto, Coulon (2008) destaca em seus estudos que essa passagem do ensino médio para a educação superior tende a ser um tanto difícil para determinados estudantes, ao ponto que a evasão e o abandono do curso/da universidade, ao longo do primeiro ano, sejam numerosos. Isso ocorre, pois esse momento de mudança exige que o indivíduo seja capaz de se apropriar dos conhecimentos e ações que fazem parte desse novo mundo intelectual, sendo capaz de compreender as regras, os saberes e as dinâmicas desse espaço.

No Brasil, algumas pesquisas sobre a educação superior (MERCURI; MORAN; AZZI, 1995; SANTOS, 2005) apontam diversos fatores para a causa da evasão, como a falta de condições financeiras, problemas com moradia e transporte, fatores relacionados à vivência acadêmica, à falta de autoconfiança e de sentimento de identificação com a escolha profissional feita e expectativas em relação à carreira futura.

Em nossa pesquisa, a partir do Gráfico 12, foi possível observar uma maior porcentagem de mudança de curso ao longo do primeiro ano de graduação. Para que isso não aconteça, os autores Teixeira, Dias, Wottrich e Oliveira (2008) apontam que as vivências ao longo do primeiro ano na educação superior são determinantes para a permanência dos estudantes.

O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela universidade, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial. Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição à universidade. (TEIXEIRA; DIAS; WOTTRICH; OLIVEIRA, 2008, p. 186).

Desse modo, as vivências ao longo da trajetória acadêmica, principalmente no primeiro ano de graduação, podem influenciar na permanência do estudante no curso. Ao considerarmos que a categoria mudança de curso pode ser inserida como uma forma de evasão, destacamos o estudo realizado por Gaioso (2005), o qual revela que a evasão é maior no primeiro ano do curso. Após vencer a barreira do acesso a uma universidade, os estudantes podem ter dificuldades em permanecer.

Conforme já assinalado por Coulon (2008) em seus estudos, o primeiro ano na educação superior tende a ser um período muito importante para o processo de afiliação estudantil, ou seja, período em que o indivíduo deve ser capaz de se apropriar dos conhecimentos de um novo mundo intelectual. Esse momento de transição não é fácil, o que acarreta alto índice de evasão. Nesse sentido, é inegável a importância da criação de medidas de apoio ao estudante, visto que tais medidas, para serem eficazes, precisam incluir condições de acesso aos instrumentos necessários à formação profissional e de recursos mínimos para a sobrevivência do estudante.

Compreendemos que políticas públicas de assistência estudantil devem ser desenvolvidas com o objetivo de auxiliar na permanência dos estudantes na educação superior, para que esses sujeitos tenham as condições necessárias para que possam concluir sua graduação. Assim sendo, na UFV, as ações institucionais de assistência estudantil, que seguem as diretrizes estabelecidas pelo PNAES, dispõem de programas que se caracterizam, principalmente, pela oferta de auxílios, bolsas e serviços na forma de benefícios financeiros, como podemos observar na Tabela 16.

Tabela 16 – Auxílios, bolsas e serviços concedidos aos estudantes de graduação, em 2017, na UFV

Tipo	TOTAL	CAV	CAF	CRP
TOTAL	5.711	4.271	859	581
Serviço Moradia	1.365	1.267*	98	-
Serviço Alimentação	3.292	2.480	469	343
Auxílio Creche	29	14	12	3
Auxílio Moradia	750	322	225	203
Bolsa de Iniciação Profissional	251	167	52	32
Auxílio Emergencial	24	21	3	-

Fonte: Universidade Federal de Viçosa (2019c).

No processo de democratização do acesso à educação superior, possibilitar apenas o ingresso não garante que os estudantes sejam capazes de concluir o curso de graduação. Com a ampliação do número de vagas, a universidade passou a receber indivíduos com uma diversidade maior de trajetória escolar, que necessitam de algum tipo de auxílio para permanecer no curso superior. Dessa forma, consideramos necessário que as universidades

realizem um acompanhamento da progressiva institucionalização das ações de assistência estudantil voltadas para a permanência, principalmente para aqueles que se encontram em situações financeiras precárias. As autoras Oliveira e Vargas (2012, p. 132) destacam, em seus estudos, que, para garantir uma formação plena e de qualidade aos estudantes, a assistência estudantil precisa se preocupar com

[...] a elaboração de projetos em áreas que abranjam não só as questões acadêmicas propriamente, mas aspectos mais gerais da realidade vivida pelos alunos mostram-se fundamentais para garantir uma formação plena e de qualidade ao alunado que nos chega. Pensemos em programas, projetos, ações e campanhas que promovam espaços culturais, educativos e informativos, aliando o aprendizado à assistência estudantil [...]

Entendemos, juntamente com as autoras, que seja fundamental proporcionar aos estudantes condições de subsistência para sua permanência e conclusão, porém é necessário que tais ações não sejam apenas destinadas a suprir carências de viés econômico, como moradia e alimentação, mas também precisam se desenvolver no sentido de proporcionar a redução das desigualdades culturais e educacionais. Tal aspecto é destacado também na fala do coordenador do curso de Educação Infantil, sobre a necessidade da adequação e do desenvolvimento de novas didáticas com o intuito de auxiliar os estudantes ingressantes que apresentem alguma dificuldade de aprendizagem.

No âmbito da política de assistência durante o ano de 2017, a UFV ofereceu quase seis mil benefícios de assistência estudantil. Dentre tais auxílios, o servido de alimentação contou com o maior número de beneficiados, com um total de 3.292. Até 2017, a Universidade tinha quatro Restaurantes Universitários, sendo dois no campus Viçosa. Ainda havia mais três unidades de restaurantes em obra, uma em cada campus. Nos restaurantes existentes em Viçosa, em 2017, foram servidas 1.799.411 refeições no total (café da manhã, almoço e jantar/lanche), sendo cerca de 37% destinadas a universitários em vulnerabilidade socioeconômica comprovada. Já em relação ao serviço de moradia, o campus Viçosa contava com 246 apartamentos e 1.290 vagas, sendo que, em 2017, 1.267 estavam ocupadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2018d)

Nos quatro cursos de graduação da UFV pesquisados, que contaram com o ingresso total de 209 estudantes em 2016, pelo SiSU, em relação aos serviços de assistência estudantil oferecidos pela UFV, até o final de 2018, 11,96% eram atendidos pelo serviço de moradia e alimentação gratuita, e 10,04% apenas pelo serviço de alimentação gratuita. Os dados compuseram o cenário para a análise das ações institucionais adotadas quanto à assistência dos

estudantes, mas destacamos que a UFV apresenta outras ações assistenciais relacionados ao lazer, ao esporte e à saúde, porém, nos dados encaminhados pela Instituição, não constavam tais informações sobre os demais programas. As dificuldades de permanência na universidade são muitas, por isso elas devem ser consideradas no processo de definição das políticas de assistência estudantil.

Dessa forma, como apresentado nesta seção, é importante compreender melhor o perfil dos estudantes ingressantes para, assim, desenvolver uma formação acadêmica que possa atender também às necessidades desses sujeitos ao mesmo tempo em que contribua para uma educação de qualidade. Entretanto, se não está havendo a permanência dos estudantes, ocorrendo um grande número de mudança de curso e de evasão, essa questão deve ser repensada com urgência, uma vez que pode se relacionar a aspectos relativos à gestão da universidade e às ações de assistência que especificam as condições sociais, econômicas e culturais do estudante. Para ampliar a discussão sobre o processo de rotatividade dos estudantes, apresentamos, na seção seguinte, o resultado da análise das entrevistas realizadas com os estudantes e a percepção dos coordenadores dos cursos sobre tal rotatividade.

6 A ROTATIVIDADE DOS ESTUDANTES DE QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFV NO PERÍODO DE 2016 A 2018

O ingresso e a permanência na educação superior consistem em processos compostos por diversas escolhas e vários desafios. Porém, os estudos já realizados indicam que existem diferentes aspectos que tendem a influenciar em toda trajetória acadêmica dos estudantes, como: a posição social, econômica e cultural; as diferentes ofertas de oportunidades no sistema universitário; a influência familiar e dos demais grupos de referência; os gostos e as preferências por áreas de conhecimento; e as aspirações e as expectativas relativas aos projetos de vida (BOURDIEU; PASSERON, 2014; COULON, 2008; NOGUEIRA, 2012). Dessa forma, nesta seção trazemos a análise do relato de cinco estudantes entrevistados que mudaram de curso dentro da UFV, são eles: Bernardo, Carmem, Joana, Karollina e Penha⁵¹. E, ao final da seção, apresentamos a percepção dos coordenadores dos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH) sobre essa rotatividade dos estudantes, evidenciando, assim, alguns aspectos da visão da instituição sobre a problemática em questão.

6.1 Os estudantes entrevistados

Para a construção do estudo sobre a rotatividade dos estudantes que ingressaram, em 2016, pelo SiSU nos cursos de graduação da UFV, esta pesquisa contou com a utilização de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados, conforme já detalhado na seção metodológica desta tese. Tal técnica foi escolhida, pois acreditamos que ela possibilitaria uma maior compreensão a respeito das estratégias de acesso e permanência desenvolvidas pelos estudantes ao longo do percurso acadêmico na Instituição. Portanto, foi elaborado um roteiro de entrevista que trouxe, inicialmente, elementos de identificação do estudante, como aspectos familiares (organização familiar, renda e escolarização) e escolares, o que permitiu conhecer melhor os indivíduos que concordaram em participar deste estudo.

O encontro dos sujeitos para a entrevista, em sua maioria, aconteceu por meio da rede social *Facebook*, nos grupos referentes aos cursos de Enfermagem, Licenciatura em Matemática e Educação Infantil. Somente a Joana, ingressante no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, era uma estudante que a pesquisadora já conhecia antes mesmo do ingresso no

⁵¹ Nomes fictícios, conforme já assinalado nesta tese.

Doutorado da UFSCar. Assim, nesta subseção, apresentamos uma breve identificação de cada sujeito participante da pesquisa, com dados relativos à sua idade; ao estado civil; a cidade de nascimento; a moradia; e a organização familiar. Também são evidenciados aspectos referentes à educação superior, como o curso de ingresso na UFV em 2016, quando e para qual curso mudou até o final do segundo semestre do ano de 2018. Dessa forma, a caracterização a seguir corresponde aos cinco estudantes, que são apresentados, consecutivamente na seguinte ordem: Bernardo, Carmem e Penha, Joana, e Karollina, relativa à ordem alfabética, com exceção apenas no caso das irmãs (Carmem e Penha) que foram mantidas juntas.

Bernardo

Bernardo foi o último a ser entrevistado para este trabalho. A entrevista ocorreu no final de setembro de 2019. O estudante tinha 27 anos, era solteiro e natural do estado do Espírito Santo (ES), mas estava morando em Viçosa/MG em um apartamento com mais dois estudantes. Em relação a sua organização familiar, seu pai tem formação superior em Licenciatura em Matemática e na época da entrevista estava desempregado, fazendo alguns trabalhos temporários, sendo ele o principal responsável pela renda familiar. Sua mãe, que tinha o ensino médio completo, era do lar. Ele tem um irmão mais novo, de 17 anos, que estava cursando o ensino médio em uma escola pública.

Em relação à trajetória escolar na educação básica, Bernardo começou a estudar aos sete anos no primeiro ano do ensino fundamental em uma escola municipal, instituição onde permaneceu até o sétimo ano. Porém sua família precisou se mudar para Contagem/MG, conseqüentemente, ele fez o oitavo ano em uma escola municipal da cidade. No ano seguinte, sua família mudou-se novamente, nesta ocasião, para Governador Valadares/MG, onde cursou o último ano do ensino fundamental, também em uma escola municipal.

No final do ensino fundamental, Bernardo tentou o processo seletivo da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista (atual Instituto Federal de Minas Gerais), mas não foi aprovado e decidiu estudar em uma escola estadual da cidade de Governador Valadares/MG. Desse modo, ao longo do primeiro ano do ensino médio, ele estudava à noite e trabalhava de dia em uma loja, e, ao final desse mesmo ano, fez novamente o processo seletivo da Escola Agrotécnica e foi aprovado.

Em 2008 começou a fazer o primeiro ano no Ensino Técnico em Alimentos junto com o segundo ano do ensino médio. Em 2009, concluiu o ensino médio e prestou o vestibular para a mesma Instituição, sendo aprovado no curso de Sistema de Informações para o início no

ano seguinte. Em 2010, cursou o primeiro ano da graduação e o último do Ensino Técnico, porém, por questões internas da Instituição, no segundo semestre não conseguiu dar continuidade em ambos estudos, sendo necessário trancar a graduação para terminar o técnico. Somente em 2011 conseguiu retornar e dar continuidade ao curso de Sistema de Informações, permanecendo até o final de 2012, neste mesmo ano realizou o ENEM na tentativa de mudar de curso e de instituição.

Em 2013, o estudante ingressou na UFV no curso de Ciências da Computação, por meio do SiSU. Durante esse período na Universidade, por meio da indicação de um colega de curso, participou de um projeto de pesquisa, no qual foi conhecendo e se interessando pelos estudos da área da saúde. Assim, em 2015 realizou o ENEM novamente e em 2016 decidiu mudar para a Enfermagem, mas com o objetivo de ingressar em Medicina, o que ocorreu apenas em 2019.

Carmem e Penha

As irmãs gêmeas, Carmem e Penha, foram entrevistadas em setembro de 2019. Elas tinham 21 anos, eram solteiras, naturais de do estado do ES, e residiam juntas em um apartamento em Viçosa/MG. Em relação à organização familiar, o pai delas tinha ensino médio completo e atuava como maquinista ferroviário e a mãe tinha pós-graduação na área administrativa, atuando na área de supervisora administrativa de ensino na prefeitura da cidade em que moravam no estado do ES.

Em relação as suas trajetórias escolares na educação básica, ambas começaram a estudar com cinco anos em uma escola municipal, local em que estudaram até o nono ano do ensino fundamental. Nesse último ano participaram dos processos seletivos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/Ipatinga) e do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (Coluni), com objetivo de cursar o ensino médio, porém não foram aprovadas.

Durante o período de 2013 a 2015, as irmãs estudaram em uma escola estadual de ensino médio em sua cidade, mas tiveram vivências bem diferentes, já que Penha passou por problemas de saúde que a impediram de frequentar a escola de forma regular. No entanto, para dar continuidade aos estudos, ela foi matriculada e somente comparecia na escola para realizar as provas, o conteúdo das disciplinas era sua irmã quem ficava responsável por repassar. Em 2015, Penha voltou a frequentar a escola, mas apresentou muita dificuldade de aprendizagem,

assim optou por fazer um cursinho preparatório para o ENEM, Carmem para acompanhar a irmã também decidiu fazer o cursinho.

Ao final de 2015, as irmãs realizaram o ENEM e se inscreveram para o processo seletivo do SiSU em 2016, com o objetivo de ingressar na educação superior pública, mas sem uma escolha definida sobre o curso de graduação. As estudantes ingressaram na UFV em 2016, logo após terem concluído o ensino médio, na Licenciatura em Educação Infantil, mesmo sem terem muito conhecimento sobre o curso. No entanto, elas já ingressaram com o intuito de mudar de curso e ambas escolheram a Pedagogia para aproveitar as disciplinas já cursadas na Educação Infantil. Carmem mudou de curso primeiro, no início de 2017 e Penha no segundo semestre de 2017.

Joana

Joana foi a primeira entrevistada para esta pesquisa, o que aconteceu em julho de 2019. Ela tinha 21 anos, era solteira, natural de do estado de MG e estava morando em Viçosa/MG em um apartamento com mais quatro estudantes. Em relação a sua organização familiar, seu pai era pós-graduado na área administrativa e atuava em uma distribuidora de produtos para material de construção. Já sua mãe tinha ensino superior completo e era proprietária de uma loja de roupas femininas. E ela tinha dois irmãos mais velhos, de 27 e 29 anos, ambos cursando ensino superior em universidades públicas.

Em relação a sua trajetória escolar na educação básica, Joana começou a frequentar a escola com quatro anos, em uma escola municipal, e, aos sete anos, no primeiro ano do ensino fundamental ingressou em uma escola privada onde estudou até o final do ensino médio. Ao longo do terceiro ano do ensino médio, tinha aula no período da manhã e da tarde, além disso, a partir do segundo semestre de 2015, ela conciliou a escola com um cursinho preparatório para o ENEM, em uma outra instituição de ensino privada, que acontecia aos sábados das 14 horas às 20 horas e em alguns domingos.

É possível perceber muita dedicação de Joana com os estudos ao longo de toda sua trajetória escolar. Seus pais sempre a influenciaram a dedicar-se aos estudos para uma conquista de sucesso profissional, por isso eles não hesitaram em também pagar o cursinho preparatório. Chegando a estudar quase todos os finais de semana, ela não teve dificuldade em acompanhar o cursinho, pois dizia que o grau de exigência da sua escola em relação aos estudos para o ENEM “era bem tenso” (Joana).

A estudante ingressou na UFV em 2016, logo após concluir o ensino médio, no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental. A opção por esse curso aconteceu por meio de pesquisas realizadas nos sites das universidades, porém sua segunda opção era a Agronomia. Por falta de identificação com as disciplinas cursadas, ela mudou para a Agronomia no segundo semestre de 2017.

Karollina

Karollina foi a quarta entrevistada para esta pesquisa, o que aconteceu em outubro de 2019. Ela tinha 26 anos, era solteira e natural de um pequeno município de MG, local onde morava com sua mãe e sua filha de 8 anos. Em relação a sua organização familiar, sua mãe tinha ensino fundamental incompleto e trabalhava como faxineira e Karollina trabalhava como monitora em uma creche de uma instituição pública. Ela tem dois irmãos mais velhos, de 18 e 24 anos, ambos com ensino médio completo, mas que não moravam com ela.

Em relação a sua trajetória escolar na educação básica, Karollina ingressou direto no primeiro ano do ensino fundamental com seis anos, em escola municipal da sua cidade natal onde estudou até o final dessa etapa de ensino. Aos 14 anos foi para uma escola estadual para cursar o ensino médio, porém no segundo ano parou de estudar para trabalhar para ajudar na renda familiar. Com 16 anos voltou a estudar e logo engravidou, assim, com dificuldade de conciliar o trabalho, o estudo e a filha, decidiu parar os estudos, conseguindo retornar ao ensino médio, apenas cinco anos depois.

A estudante ingressou na UFV em 2016, logo após ter concluído o ensino médio, na Licenciatura em Matemática no período noturno. Ao longo do seu percurso no curso ela relatou muita dificuldade nas disciplinas o que acarretou em algumas reprovações ainda no primeiro semestre da graduação, o que a levou a repensar a sua escolha, decidindo mudar para outro curso noturno na Instituição. Assim, no início de 2018 mudou para Pedagogia. Procurando analisar o percurso escolar e acadêmico desses estudantes, a próxima subseção apresenta uma discussão sobre as estratégias desses cinco perfis estudantis.

6.2 O SiSU e as estratégias de acesso à educação superior

O processo de escolha do curso, conseqüentemente da carreira, nos estudos da área da Sociologia da Educação (BOUDIEU; PASSERON, 2014; NOGUEIRA, 2012), destacam a influência das origens sociais na trajetória acadêmica. Os sujeitos oriundos de classes mais favorecidas veem o ingresso na universidade como uma continuidade do ensino

médio, o que lhes possibilita fazer uma escolha de carreira para atender seus desejos e sonhos pessoais. Enquanto aqueles das classes populares veem o acesso à educação superior como um mecanismo que pode servir para a obtenção de uma melhor colocação no mercado de trabalho, uma vez que muitos desses sujeitos já tinham tido alguma experiência profissional antes mesmo do ingresso à universidade (NOGUEIRA, 2012).

O desenvolvimento do sistema de seleção SiSU teve sua proposta desenvolvida para atender as demandas de democratização do acesso à educação superior. Portanto, por meio das notas obtidas no ENEM, o Sistema faz a seleção dos candidatos para o ingresso nas universidades públicas em todo o território nacional. Diferente do Vestibular Tradicional, no SiSU os candidatos realizam primeiramente a prova do ENEM para posteriormente, após a divulgação das notas, fazerem a escolha do curso e da instituição em que desejam estudar. Por meio da divulgação das notas de corte durante os dias em que o Sistema fica aberto, possibilita-se que o estudante altere o curso para uma escolha mais assertiva.

Em seus estudos, Bourdieu e Champagne (2012) destacaram que a “democratização”, a partir da ampliação do acesso ao sistema de ensino não representou a superação das desigualdades sociais. Assim, mesmo com a ampliação do número de vagas na educação superior, não necessariamente garante-se uma sociedade mais igualitária. Deste modo, elementos como o capital econômico, social e cultural são importantes de serem analisados para tentar compreender as trajetórias acadêmicas, já que eles podem influenciar no ingresso e na permanência na educação superior. O volume de capitais dos sujeitos, sendo mais rentáveis ou não, tende a ser responsáveis por influenciar nas expectativas de futuro, ou seja, na escolha do curso e da instituição.

O ENEM, atualmente, corresponde a um dos principais mecanismos de ingresso nas instituições públicas por meio do SiSU, tornando-se o principal foco dos sujeitos que estão interessados em acessar uma universidade. Dessa forma, por meio das entrevistas realizadas, procuramos compreender e analisar a forma como os cinco estudantes escolheram o curso de graduação para o ingresso na UFV, no ano de 2016. Consequentemente, destacamos como aconteceu a preparação desses sujeitos para a realização do ENEM, bem como, a utilização do SiSU para a seleção do curso e da instituição, destacando os motivos e as influências ao longo da trajetória escolar que os levaram a essa tomada de decisão na escolha profissional.

Apesar dos estudantes entrevistados apresentarem trajetórias escolares e dinâmicas familiares bem distintas, todos, ainda no ensino médio, destacaram o desejo de dar continuidade aos estudos e de ingressar em uma universidade pública. No entanto, a importância dada a esse tipo de instituição entre os entrevistados é diferente, pois, enquanto

para alguns era a busca por uma universidade de qualidade e um curso melhor avaliado, para outros essa parecia ser a única opção possível de acessar esse nível de ensino por ser totalmente gratuito.

Os sujeitos que buscam ter o acesso a níveis mais elevados de escolaridade, como a educação superior, tendem a desenvolver as estratégias de escolha do curso e da instituição. Desse modo, aqueles sujeitos que apresentam um maior conhecimento sobre esse nível de ensino conseguem ter mais êxito em suas escolhas. Portanto, enquanto para a elite e uma parcela da classe média o ingresso a uma universidade é considerado como algo *natural*, para as camadas populares mesmo que aparentemente as informações estejam disponíveis para todos e o jogo possa parecer ser o mesmo para aqueles que se dispõem a disputá-lo, as condições anteriores e os acúmulos de capitais já são uma diferenciação na forma de atuação no jogo, apesar de as regras serem as mesmas. (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Dentre os entrevistados, Bernardo era o único estudante que já havia iniciado uma graduação em outra instituição pública antes de ingressar na UFV, na qual ingressou por meio do Vestibular Tradicional, mas com o intuito de mudar de instituição, em 2012 realizou o ENEM. No ano seguinte, ingressou na UFV no curso de Ciência da Computação, com a pontuação de 661,8800 na modalidade de ampla concorrência, o que foi insuficiente para ser aprovado na primeira chamada, entrando para a lista de espera e sendo convocado apenas na 20ª chamada.

Em 2013, com 21 anos, eu comecei Ciência da Computação na UFV e foi até 2015, dos 21 a 23 anos, fazendo Ciência da Computação na UFV, só que eu percebi durante o curso que não era bem aquilo que eu gostava de fazer (Bernardo).

Devido a sua frustração com o curso de Ciência da Computação e as experiências vivenciadas durante esse percurso, Bernardo, na busca por ingressar em um curso da área da saúde, realizou o ENEM de 2015 sem qualquer preparo específico, pois, segundo ele “não tinha tempo para estudar para o ENEM”, porque não conseguiria conciliar os estudos para o Exame com os estudos da graduação. Por isso, devido à nota obtida no Exame, indicou, como primeira opção no SiSU, um curso constituído de disciplinas mais similares ao que desejava, ao mesmo tempo que garantisse seu ingresso por apresentar um número menor de concorrência e que sua pontuação obtida no ENEM de 2015 fosse suficiente.

As irmãs Carmem e Penha, apesar de terem frequentado as mesmas escolas ao longa da vida, elas passam por trajetórias escolares e experiências distintas. Enquanto Carmem

cursou o ensino médio de forma regular e até trabalhou ao longo desse período, Penha passou por problemas de saúde que a impossibilitaram de frequentar a escola de forma regular, tendo apresentado muita “defasagem e dificuldade, porque eu não tinha nenhum acompanhamento de nenhum professor”. Na tentativa de suprir essa defasagem na aprendizagem, no segundo semestre da terceira série do ensino médio, Penha opta por buscar por um cursinho particular preparatório para o ENEM, Carmem decide acompanhar a irmã nos estudos e também faz o cursinho.

Em 2015 elas realizam o ENEM, ainda sem terem uma escolha definida do curso, apenas a instituição:

[...] eu não sabia o que eu queria, nunca soube muito bem o que eu queria ser. Para mim sempre foi muito confuso o que eu ia fazer, o que eu queria ser quando crescesse, a gente diz assim. Mas aí eu tentei o ENEM mesmo assim e eu sempre quis estudar em Viçosa, eu fui lá para fazer a prova do COLUNI pela primeira no nono ano e aí eu sempre gostei da cidade, eu queria muito estudar lá. Eu tentei o ENEM e falei “Ah, vou jogar em alguma, qualquer Universidade que quiser para qualquer curso que dê para eu passar. (Carmem).

[...] escolhi na UFV, porque, eu não conheci pessoalmente, mas já tinha ouvido falar, já tinha escutado boas recomendações da universidade, é uma universidade relativamente perto de onde eu moro, então tem um pouco de facilidade, apesar de ser 3 horas de viagem, tem uma facilidade, umas outras [universidades] boas são mais longe (Penha).

As irmãs, até o momento da inscrição no SiSU, ainda não sabiam o que queriam cursar. Na entrevista elas disseram ter interesse em cursos da área da educação ou da saúde. Apenas tinham definido a escolha da instituição, o que foi condicionado por já conhecerem a UFV e por meio de visitas, por indicações de outras pessoas, como professores e ex-alunos da Universidade, e pela proximidade com sua cidade natal. Podemos observar, que para elas ingressar na Instituição era o mais importante, e, nesse sentido, a escolha do curso não era um fator determinante.

Em 2016, ambas iniciaram os estudos na UFV no curso de Educação Infantil, mas as pontuações não foram suficientes para o ingresso na primeira chamada, sendo convocadas para a matrícula na segunda chamada da lista de espera, já que a média geral de pontos delas foram: Carmem com 600,2600 e Penha com 581,3800. No ano anterior, a pontuação do último matriculado no curso na categoria da ampla concorrência foi de 536,2800, o que correspondeu a terceira pontuação mais baixa dentre os cursos de graduação da Instituição, o que ampliava as chances de as irmãs conseguirem ingressar na educação superior na universidade desejada.

[...] eu fiquei com muito receio de jogar em algum curso que tivesse uma nota de corte muito alta e aí que eu conheci o curso de Educação Infantil e joguei a minha nota nesse curso (Carmem).

[...] o ingresso no curso de Educação Infantil foi mesmo por questão da nota (Penha).

Existem vários fatores que podem influenciar no processo de escolha do curso superior, como os custos, a renda familiar, o deslocamento, as vivências anteriores, entre outros. (NOGUEIRA, 2012). Apesar de, ao longo da entrevista, as estudantes manifestarem o interesse em ingressar, por exemplo, nos cursos de Ciências Biológicas, Enfermagem e Pedagogia optaram por se candidatarem a uma vaga no curso de Educação Infantil, sem mesmo conhecer o curso, pois existia uma maior garantia de aprovação, conseqüentemente, de acesso à Universidade que gostariam de estudar.

Já Joana, apresentou um processo de escolha bem diferente dos demais entrevistados. Constatando-se que a estudante apresentava o maior acúmulo de capital econômico, permitiu que seus pais investissem desde cedo no seu processo de escolarização, uma vez que foi a única dos entrevistados que sempre frequentou escola privada ao longo de toda a educação básica. Dessa forma, do primeiro ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio ela estudou na mesma escola privada localizada em uma cidade do estado de MG.

Em relação a sua preparação para a prova do ENEM, em sua escola Joana contava com aulas no período da manhã e da tarde e para complementar seus estudos para o Exame, ela também frequentava um cursinho preparatório particular que acontecia aos sábados e em alguns domingos também haviam aulas. Esse período foi relatado pela estudante como muito tenso devido à grande carga horária dedicada aos estudos, contudo, ela reconhece que foram importantes para que tivesse a certeza da sua aprovação no curso e na universidade escolhida.

Eu queria fazer Engenharia, essa era a minha certeza, porque eu sempre gostei muito da área de exatas e também gostava muito desse ambiente rural, eu gostava bastante, eu treinava (treino de cavalos) e eu queria estar nesse ambiente. Então eu descobri a Engenharia Agrícola pesquisando mesmo outros cursos e eu vi que era muito o que eu queria, eu achei que encaixava muito, pois juntava exatamente a área de exatas com o ambiente rural, no segundo semestre (de 2015) eu tive a certeza que eu queria ir para Engenharia Agrícola (Joana).

Apesar dos pais de Joana sempre valorizarem a excelência na educação escolar da sua filha, eles prefeririam que ela continuasse morando em sua cidade natal em MG para ficar próxima da família, para isso eles ofereceram que caso ela não fosse aprovada em uma instituição pública no município pagariam uma faculdade particular para qualquer curso do interesse dela. Porém, Joana destacou que sempre teve vontade de estudar em outra cidade e que seu interesse era maior pela UFV, pois já havia conhecido o campus de Viçosa/MG e, em conversa com alguns profissionais que haviam se formado na Universidade, obteve informações sobre a qualidade do ensino na Instituição, principalmente na área em que ela queria seguir sua carreira profissional.

Em 2016, Joana ingressou na UFV no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, com pontuação suficiente, superior aos 680 pontos⁵², para o ingresso na primeira chamada em primeiro lugar na modalidade de ampla concorrência. Apesar de ter escolhido colocar como sua segunda opção o curso de Agronomia na Universidade Federal de Lavras a estudante sabia que tinha nota suficiente para ser aprovada na UFV, o que não a levou a repensar sua escolha e a fazer alterações ao longo dos dias em que o sistema do SiSU ficava aberto.

A estudante Karollina, começou a frequentar a escola aos seis anos, no primeiro ano do ensino fundamental em uma escola pública da sua cidade natal em MG. Sua trajetória escolar foi toda em instituições públicas e marcada por dois períodos de interrupção ao longo do ensino médio.

Ingressei no ensino médio com 14 anos, porém precisei... parei de estudar no segundo ano do ensino médio para trabalhar e ajudar nas contas de casa, porque minha mãe recebia pouco. Com 16 voltei, e com 17 parei no terceiro pois tinha a “minha bebê”, e não dava pra conciliar trabalho, escola e criança [...] (Karollina).

Devido à necessidade de trabalhar e cuidar da sua filha, Karollina conseguiu retornar aos estudos para concluir o ensino médio apenas cinco anos depois, o que ocorreu em 2015. Assim, sua preparação para a prova do ENEM aconteceu por meio dos estudos e dos conteúdos oferecidos ao longo do último ano do ensino médio e sem conseguir se dedicar aos estudos fora do horário escolar, pois precisava conciliar as tarefas de casa com os cuidados da sua filha.

⁵² Não foi possível apresentar a nota exata tirada pela estudante Joana, pois em 2016 a UFV disponibilizou apenas a lista com os nomes dos aprovados por categoria da primeira chamada. Conferir: <http://www.pse.ufv.br/wp-content/uploads/2016-Chamada1-Convocados-por-Grupo-1.pdf>

Nesse sentido, é importante retomar o estudo de Bourdieu (2013) sobre as escolhas escolares, em que apresenta sua análise a respeito das diferentes estratégias desenvolvidas pelos agentes de acordo com a sua classe social. Os sujeitos pertencentes à classe popular, com baixo volume de capitais, têm suas ações de acordo com a lógica do possível e do necessário. Os pais desses sujeitos por deterem menor capital econômico para investir nos estudos dos seus filhos, tendem a ser menos exigentes em relação ao desempenho escolar deles por acreditarem que a inserção dos filhos o quanto antes no mercado de trabalho seja mais rentável⁵³, a fim de promover o aumento da renda familiar.

Dessa forma, apesar da escolha de curso declarada por Karollina ter sido por sua preferência pela disciplina de matemática na escola, ela precisava optar por um curso no período noturno para continuar ajudando com os afazeres de casa, já que teria a opção de ir e voltar todos os dias para sua cidade de forma gratuita devido ao ônibus oferecido pela prefeitura. Assim, Karollina, com a pontuação de 552,2600, ingressou na UFV em 2016 no curso noturno de Licenciatura em Matemática. Seu ingresso aconteceu a partir da terceira chamada da lista de espera por meio do sistema de cotas na categoria de estudante de escola pública com renda mensal menor ou igual a 1,5 salários mínimos (por pessoa da família) que se autodeclara preto, pardo ou índio. Apesar da estudante dizer que “sempre quis fazer matemática”, pois era uma disciplina que gostava ao longo da educação básica, não foi suficiente para que ela tivesse um desempenho suficiente no ENEM para que conseguisse ser aprovada na lista regular da UFV.

Por meio do SiSU as regras em relação ao processo de escolha do curso se distinguem em relação ao Vestibular Tradicional. Os sujeitos que pretendem ingressar na educação superior devem ter realizado o ENEM no ano anterior e obtido nota acima de zero na redação. Após o resultado do Exame se inscrevem no SiSU podendo escolher até dois cursos de graduação em qualquer instituição participante, porém, como o Sistema fica aberto por três dias e, a cada dia, são divulgadas as notas de corte atualizadas, com base nas notas dos inscritos, isso possibilita que os candidatos, ao longo desses dias, alterarem suas escolhas. E os sujeitos que não conseguem ingressar em nenhum curso, têm a opção de se inscrever na lista de espera para o curso que escolheu em sua primeira opção, caso ocorra a desistência de matrícula dos aprovados.

Em relação ao preparo para o ENEM, a inscrição no SiSU e a escolha do curso, foi possível constatar que para todos os entrevistados a escolha da Instituição que queriam cursar era mais importante que a escolha do curso, tais justificativas eram devidas às

⁵³ Exceto nos casos atípicos, ou seja, os casos inesperados, do sucesso escolar nas camadas populares (LACERDA, 2010).

experiências anteriores e à localização da UFV. Bernardo já era estudante da Universidade antes de ingressar no curso de Enfermagem, Carmem e Joana já haviam conhecido pessoalmente a Instituição, e Penha e Karollina optaram pela UFV devido a sua proximidade com suas cidades natais.

Isso parece esclarecer, pelo menos uma parte do processo de tomada de decisão tal como esse se realiza no interior do sistema escolar. No caso da escolha do curso superior, por exemplo, os custos, os riscos e os benefícios parecem, efetivamente, influenciar a decisão dos candidatos (NOGUEIRA, 2004, p. 31).

Ao longo do período de inscrição no SiSU, o candidato pode consultar a sua classificação parcial no curso e na instituição escolhida. Tal classificação é calculada a partir das notas de todos aqueles inscritos na mesma opção. Dessa forma, durante esse período o estudante pode acompanhar a sua classificação, pois ela pode mudar à medida que os candidatos vão alterando suas escolhas. Isso reforça a ideia que em alguns casos, como o de Bernardo, Carmem e Penha as escolhas pelo curso foram feitas de forma estratégica, para aumentar a possibilidade ou garantir a aprovação, já que não escolheram os cursos que mais queriam e sim aqueles em que haveria maiores chances de ingressar.

Podemos perceber, então, que Bernardo, Carmem e Penha direcionaram suas escolhas pelo objetivo da aprovação, mesmo que em um curso não desejado devido a nota não ser suficiente. Por meio do SiSU o fenômeno da “causalidade do provável” pode ter ganhado uma proporção maior, pois com a divulgação das notas de corte e atualização da classificação dos candidatos, os indivíduos conseguem ajustar suas escolhas, tornando-as mais condizentes em relação à classe social de origem (BOURDIEU, 2013a). No entanto, mesmo que as políticas públicas de reserva de vagas tornassem possível o acesso a cursos de alto prestígio, garantir o ingresso não garante a permanência, uma vez que ao entrar na universidade os estudantes precisam desenvolver um novo *habitus* escolar para atender as demandas da educação superior e aprender o *ofício de estudante* (COULON, 2008).

Os resultados das entrevistas permitiram compreender que o grau de conhecimento para a escolha do curso e das dinâmicas propostas pelo SiSU pode estar atrelado à qualidade do ensino da escola frequentada. A estudante Joana beneficiada do ensino e da preparação de uma escola privada, apresentou uma trajetória mais linear e sem dificuldade de decisão em relação ao curso e a instituição. Chamou atenção as buscas realizadas pela estudante antes de definir a sua escolha, por meio de informações sobre os cursos de graduação e as instituições que tinha interesse em estudar. Além de fazer uma procura nos sites das

universidades, Joana também conversou com profissionais formados na área de interesse para esclarecer suas dúvidas sobre os cursos e as possibilidades no mercado de trabalho.

Segundo Nogueira (2012, p. 17), “oriundos dos meios sociais mais escolarizados tenderiam a ter uma familiaridade com o sistema de ensino superior que lhes permitiria, em geral, fazer as melhores escolhas”. No caso da estudante Joana, além do alto investimento escolar, seus conhecimentos em relação à educação superior foram ainda mais ampliados, por meio de pesquisa e contatos com ex-alunos da Instituição desejada. Além disso, o volume de capital econômico, cultural e social foram determinantes para que a estudante pudesse optar por um curso mais seletivo, não sendo necessário adequar suas escolhas no processo de inscrição no SiSU, prevalecendo uma trajetória bem sucedida com sua aprovação em primeiro lugar.

Seguindo a linha de pensamento de Bourdieu (2013), as escolhas da classe popular quando se trata da educação superior tendem à estratégia do possível. A falta de investimento escolar e preparação para conseguir alcançar uma boa nota nos exames de seleção, nesse caso no ENEM, faz com que a escolha do curso de graduação seja ajustada entre os gostos e as preferências dos candidatos e as reais possibilidades de conseguirem ingressar. Sendo assim, torna-se evidente que as escolhas de curso e instituições ocorrem de forma limitada, ficando o acesso aos cursos e universidade de maiores prestígios sociais destinadas, predominantemente, às elites.

6.3 A rotatividade dos estudantes: desejos ou sobrevivência?

A escolha do curso universitário está condicionada a diversos aspectos sociais, sendo esse processo iniciando muito antes do dia do exame de seleção. Estudos apontam que a origem social e o processo de socialização dos indivíduos são elementos que condicionam e possibilitam que haja diferentes processos de escolha. Assim, os sujeitos tendem a fazer a escolha de acordo com o grau de prestígio social atribuído ao curso, então aqueles indivíduos oriundos da elite optam por cursos de maior prestígio e os das camadas populares tenderiam a escolher cursos de menor prestígio (BOURDIEU, 2013b; BOURDIEU; PASSERON, 2014; LAHIRE, 1997; NOGUEIRA, 2004).

No entanto apenas fazer a escolha do curso e ingressar na educação superior não garante que os estudantes tenham uma trajetória acadêmica linear e sem interrupções. O capital econômico, cultural e social são elementos que tendem a influenciar nas vivências na universidade tornando o sujeito capaz ou não de aprender o ofício de ser estudante e concluir o curso de graduação (COULON, 2008). Assim, os sujeitos precisam aprender as regras

institucionais e desenvolver habilidades exigidas no ambiente universitário para que não apresentem dificuldades, como participar de projetos e pesquisas, desenvolver um bom relacionamento com os professores, ter o hábito de leitura e escrita eficiente, realização de atividades extracurriculares e estágios, dentre outros.

Ao conseguir ingressar na educação superior o estudante pode repensar sua escolha de curso ao longo da trajetória, sobretudo quando começam a surgir as incompatibilidades sobre o que se esperava e as vivências acadêmicas, e as dificuldades com os estudos e disciplinas. Tais frustrações talvez podem surgir também quando a escolha do curso ocorre pela nota de corte, com o objetivo de garantir o ingresso na universidade, e não pelo interesse na área, assim, o desejo de ingressar em uma universidade se sobressai ao desejo pelo curso pretendido podendo levar, futuramente, à evasão.

Em 1995, foi realizado pelo MEC um seminário sobre a evasão nas universidades. Dentre as discussões estavam as definições a respeito do conceito de evasão, que foi classificado em três tipos:

Evasão do curso - caracterizada pelo desligamento do curso superior em função de abandono (não matrícula), transferência ou reescolha, trancamento e/ou exclusão por norma institucional;
evasão da instituição - desligamento da instituição na qual está matriculado;

evasão do sistema - abandono definitivo ou temporário do ensino superior (BRASIL, 1996a, p. 28).

Apesar do conceito de evasão na educação superior apresentar diferentes interpretações, segundo Moura e Silva (2007) o termo é carregado de um sentido que culpa o sujeito pela não conclusão do curso e interrupção da trajetória acadêmica. Porém, ao tratarmos sobre a evasão do curso, ou seja, a mudança de curso não é necessariamente caracterizada como algo negativo, pois o estudo por estar redirecionando suas escolhas para o curso desejado. Logo, destacamos a importância de estudar tal fenômeno para compreendê-lo e ressignificar a escolha do curso.

Conforme os dados obtidos por meio do Registro Escolar da UFV, dos estudantes que ingressaram nos cursos de graduação da UFV em 2016, 39% já não estavam mais matriculados até o segundo semestre de 2018. Sendo que nos cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental, Enfermagem, Licenciatura em Matemática e Educação Infantil esse índice ficou acima dos 40%. Portanto, neste estudo apresentamos as trajetórias acadêmicas de

cinco estudantes por meio das experiências vivenciadas por eles no contexto do ensino superior para compreender os motivos que levaram a mudança de curso.

Bernardo, dentre os sujeitos entrevistados, era o único que já passava pela segunda mudança de curso dentro da UFV, uma vez que antes do ingresso no curso de Enfermagem em 2016, já fazia o curso de Ciências da Computação na Instituição. E, durante as vivências acadêmicas por meio de um projeto de extensão, repensou sua escolha.

[...] eu comecei a me envolver em projetos de pesquisa no departamento de Medicina e Enfermagem, com um projeto de simulação computacional do sistema imunológico e eu fui orientado a fazer uma disciplina da Medicina para poder entender melhor os processos para poder aplicar melhor nesse projeto e eu comecei a gostar muito, muito, muito, dessa área de saúde. Foi aí que eu decidi trocar para Enfermagem, pois eu não tinha tempo para estudar para o ENEM para tentar Medicina, pois é um curso muito concorrido. (Bernardo).

Apesar do seu desejo de mudar da Ciência da Computação para a Medicina, ele encontrou alguns obstáculos em conciliar as disciplinas do curso com os estudos preparatórios para realizar o ENEM. Em 2015, quando decidiu que iria tentar ingressar em Medicina, no processo de escolha do curso no SiSU optou pela Enfermagem devido a sua maior possibilidade de ingresso, em razão da pontuação no Exame.

Em 2016, eu comecei a cursar Enfermagem, com 24 anos, só que já pensando em aproveitar as disciplinas que eu iria fazer, enquanto eu estudava para o ENEM. E eu fui tentando a cada ano o ENEM para conseguir ser aprovado em Medicina na UFV mesmo. Eu fiquei na Enfermagem de 2016 até 2018. Em 2019 eu fui aprovado na UFV [...] (Bernardo).

A estratégia de Bernardo de ingressar primeiro em um curso com menor prestígio social em que, conseqüentemente, seria necessária uma pontuação inferior se comparado com o ingresso na Medicina, pode ser considerada como o efeito trampolim (RIGO, 2016). Ou seja, os sujeitos, principalmente aqueles oriundos de camadas populares, tendem a buscar um caminho mais viável para garantir o seu acesso à educação superior, assim optam por escolhas que exigem uma menor pontuação para ingressar e, logo em seguida, mudarem de curso, servindo, assim, como um trampolim. Portanto, ao considerar a existência de uma relação entre a origem social e a escolha do curso, os indivíduos fazem sua escolha levando em consideração suas chances de ingressar em uma universidade (BOUDIEU; PASSERON, 2014).

No ano de 2018, Bernardo realizou novamente o ENEM e obteve a média geral de 736,560, o que foi suficiente para conseguir reingressar na UFV em 2019 no curso desejado, a Medicina. Porém, seu ingresso aconteceu somente a partir da terceira chamada da lista de espera por meio do sistema de cotas na categoria de estudante de escola pública com renda mensal menor ou igual a 1,5 salários mínimos (por pessoa da família) que se autodeclara preto, pardo ou índio. Ao longo da trajetória acadêmica de Bernardo, é interessante observar suas estratégias de escolhas na busca pelo o ingresso no curso de Medicina. Por meio do seu conhecimento das notas de corte do SiSU, conseguiu explorar as suas possibilidades para alcançar o curso desejado, optando primeiro por uma escolha dentro da área da saúde em que haveria maior possibilidade de acesso, que foi o caso da Enfermagem.

O efeito trampolim (RIGO, 2016) pode ser destacado também no processo de mudança de curso das irmãs Carmem e Penha. As gêmeas apresentaram em suas entrevistas que não tinham certeza sobre sua primeira escolha, mas queriam, de alguma forma, também garantir o ingresso na UFV. Porém, o motivo que as levou a mudar do curso de Educação Infantil para Pedagogia foi diferente do motivo de Bernardo:

Eu pensei em mudar para Pedagogia, por de início, o curso de Educação Infantil era um pouco restrito e aí por eu morar em uma cidade pequena, eu tenho vontade de voltar a morar aqui futuramente, eu imaginei que não teria um campo muito amplo de trabalho aqui na minha cidade, foi aí que decidi mudar para pedagogia, porque acaba que amplia um pouco mais o nosso campo de trabalho, foi aí que mudei de curso e ingressei na Pedagogia em 2017 (Carmem).

[...] eu adorava o curso de Educação Infantil, mas o que me fez querer mudar mesmo foi a questão da oportunidade, pois não é um curso com tanta visibilidade, com tanta amplitude igual é o curso de pedagogia. Como eu gostava da área eu já conhecia o curso de Pedagogia, mas não conhecia ninguém que tinha feito e eu gostei muito da área de Educação Infantil, eu queria permanecer nela, porém sabendo hoje em dia dos riscos de você ficar bitolada em uma coisa só, eu precisava expandir, então eu decidi mudar para pedagogia, não foi nenhum momento específico, na verdade eu já entrei na intenção de mudar para curso de Pedagogia, mas por conta da nota e por segurança eu optei por jogar no curso de Educação Infantil e eu adorei o curso. (Penha).

Desde o início as estudantes apresentaram o interesse em regressar para sua cidade natal após a conclusão do curso de graduação. Assim, apesar de terem optado pela Educação Infantil para o ingresso na UFV, tal escolha aconteceu devido a nota de corte, já que as duas não apresentaram nota suficiente para ingressar em outros cursos das áreas de interesse. A escolha inicial consistiu em uma estratégia para garantir o ingresso a universidade,

posteriormente, mudar para Pedagogia, por acreditarem que o curso proporcionaria maiores oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo que possibilitaria o aproveitamento das disciplinas já cursadas.

A UFV é a única instituição pública a oferecer o curso de Educação Infantil no país. Os professores graduados no curso são habilitados a atuarem na educação infantil (criança de 0 a 6 anos) da educação básica. Já aqueles que se formam em Pedagogia também são habilitados para essa atuação, porém podem atuar, ainda, como professores nos anos iniciais (1º ano ao 5º ano) do ensino fundamental e em cargos de gestão, coordenação e supervisão educacional. Por esse motivo a Educação Infantil torna-se uma opção profissional com um campo restrito de atuação.

Para tentarem alcançar o curso desejado, em 2016 elas realizaram o ENEM novamente, mas apenas Carmem conseguiu reingressar na UFV no curso de Pedagogia. Com a pontuação de 600,2600 ela conseguiu garantir sua vaga no curso de Pedagogia para o primeiro semestre de 2017 a partir da segunda chamada da lista de espera por meio das vagas direcionadas à ampla concorrência. Devido à não aprovação, no segundo semestre de 2017, Penha participou do processo de mudança de curso oferecido pela Universidade das vagas ociosas, aspecto que será tratado mais à frente nesta subseção.

Já a estudante Joana ingressou em 2016 na Engenharia Agrícola Ambiental com a certeza da sua escolha, porém, a partir das vivências acadêmicas decidiu mudar para o curso de Agronomia.

Então, a minha mudança de curso foi porque eu fiquei desmotivada mesmo dentro da Engenharia Agrícola eu demorei né? A gente não via muito parte prática eu não vi muito campo, o que via parecia uma coisa muito distante da gente, eu achei que tinha muitas dúvidas assim, porque como é uma parte muito da área de biológicas tem vários fatores que influenciam a tomada de decisão no projeto e aí como é muito voltado para essa parte de engenharia de contas e tudo, eu fiquei um pouco assim desmotivada, porque eu não ia entender muito a parte de solo, da parte de planta, necessidade de atividade de projeto, mas não ia entender muito bem como um todo sabe, o conhecimento não é tão amplo, isso! E aí eu achei melhor fazer agronomia, porque aí eu queria ter visão bem ampla da área e entender melhor o que eu estaria fazendo e aí eu poderia fazer uma especialização se eu quisesse em alguma área da Engenharia Agrícola, por exemplo depois de formada em Agronomia ou mesmo dentro do curso de Agronomia eu poderia pegar algumas matérias optativas estariam para as áreas que eu gosto de Agrícola que também não são todas [...] (Joana).

Ainda quando cursava o último ano do ensino médio, Joana já tinha o curso de Agronomia como sua segunda opção. Apesar de não encontrar dificuldade com as disciplinas

e não ter nenhuma reprovação na Engenharia Agrícola e Ambiental, ao longo do curso percebeu que suas áreas de interesse não correspondiam ao que o curso oferecia, por isso decidiu mudar para Agronomia por meio de uma transferência interna que acontece na UFV a partir do SiSU de vagas ociosas.

Então, eu fiz a transferência interna. Usa a nota do ENEM, mas não precisa fazer de novo a prova. Essa transferência é assim: a UFV tem algumas vagas remanescentes, uma coisa assim, que eu acho que é quando em um curso sai muita gente aí fica com vaga sobrando. E aí nos primeiros períodos eles abrem essas vagas em alguns cursos no meio do ano e aí você é que pode colocar, você coloca na inscrição a sua nota do ENEM e eles vão fazer a chamada pela nota do ENEM, mas não precisa fazer o Enem de novo não (Joana).

O processo de mudança de curso na UFV é regido pelos editais de vagas ociosas, que normalmente são publicados semestralmente. Nessa modalidade é preciso que o aluno tenha cursado pelo menos o segundo período do curso e completado, no mínimo, 26 créditos em disciplinas do seu curso de origem. Joana fez sua inscrição no edital para o segundo semestre de 2017⁵⁴ para concorrer, por meio da nota do ENEM, a uma das 15 vagas ociosas oferecidas pelo curso de Agronomia. Penha também participou do mesmo processo em 2017 para concorrer a uma das três vagas ociosas para curso de Pedagogia, ambas as estudantes garantiram suas aprovações na primeira chamada.

A estudante Karollina, apesar de demonstrar em suas falas, desde o início, um sentimento de identificação com o curso de Licenciatura em Matemática devido às experiências anteriores na educação básica, em 2018 mudou para Pedagogia, curso também do período noturno.

[...] em 2018 desisti da Matemática, pois além de eu não ter uma boa base para fazer o curso, achei muito difícil mesmo conciliar o trabalho, a faculdade e o tempo com a minha filha. Optei pela Pedagogia, pois é um curso que me sobra mais tempo para minhas tarefas fora da faculdade (Karollina).

Em seu relato Karollina apontou que apresentou algumas dificuldades de aprendizagem desde o início do curso, sendo reprovada em metade das disciplinas logo no primeiro período⁵⁵. Segundo Teixeira, Dias e Wottrich (2008, p. 198) “[...] a inserção social do

⁵⁴ Conferir Edital nº 019/2017/PRE - Processo seletivo para preenchimento de vagas ociosas nos cursos de graduação da UFV para o segundo semestre letivo de 2017. Disponível em: http://www.pse.ufv.br/wp-content/uploads/EDITAL_VAGAS_OCIOSAS_2017-2.pdf

⁵⁵ No primeiro período o estudante do curso de Licenciatura em Matemática noturno é matriculado em seis disciplinas. Karollina ficou reprovada em: INF100 (Introdução a programação I); MAT 105 (Fundamentos de

estudante possibilita construir um sentido partilhado acerca das suas experiências no curso, positivas e negativas, ajudando-o a desenvolver estratégias de ajustamento na universidade”. Esse foi o caso da estudante que, durante as dificuldades com as disciplinas, procurou ajuda com colegas de curso e daqueles que frenteavam o mesmo transporte para estudar em Viçosa/MG. Além disso, também procurou ajuda por meio de monitorias oferecidas pela Instituição, porém, não foram suficientes para sua aprovação, pois segundo ela “não tinha base”.

Um dos maiores problemas que enfrentam os estudantes em questão reside na qualidade do ensino público, do qual dependem para prosseguir sua escolaridade. Sabemos que a ampliação do número de vagas no ensino fundamental e médio não eliminou os problemas relacionados a qualidade do ensino (ZAGO, 2006, p. 232).

Nem mesmo a disposição para os estudos, o encorajamento familiar e até mesmo a ajuda de colegas de curso foram suficientes para Karollina alcançar bons resultados. Com trajetória escolar, de maneira geral, em escolas públicas e marcada por interrupções, talvez não tenha sido suficiente para incorporar o *habitus* estudantil (BOURDIEU; PASSERON, 2014; COULON, 2008) e demais conhecimentos necessários para o sucesso na educação superior. Tais aspectos impossibilitam o processo de afiliação intelectual, que segundo Coulon (2008) exige três atividades fundamentais como ler, escrever e pensar, tarefas difíceis, apresentando dificuldade de identificar a quantidade de investimento necessário para conseguir atender as exigências intelectuais da sua nova condição.

Devemos destacar em relação à escolha sobre a mudança de curso, que Karollina precisou analisar dois aspectos para essa tomada de decisão: primeiro, optar por um curso que também fosse oferecido no período noturno, pois durante o dia ela precisava trabalhar para ajudar financeiramente sua mãe e necessitava de tempo para cuidar da sua filha; e segundo, optar por um curso que fosse relativamente “mais fácil”, ou seja, com baixo índice de reprovação dos estudantes, possibilitando, segundo a estudante, que sobrasse mais tempo para suas tarefas fora da faculdade.

Segundo Peixoto (2004), o curso noturno é marcado, geralmente, por estudantes egressos da escola pública e oriundos das camadas populares que, muitas vezes, precisam conciliar os estudos e o trabalho. Dessa forma, o curso superior noturno torna-se uma continuidade da jornada diária daquele que trabalha durante o dia, muitas vezes, para ajudar sua família e que, normalmente, chega cansado à sala de aula para os estudos (CARVALHO, 1989).

Assim, a oferta de vagas na educação superior nesse período pode ser um poderoso instrumento na busca por melhores condições de trabalho, uma melhor remuneração e, até mesmo, por ascensão social.

No entanto, a escolha do curso de graduação para o estudante trabalhador é algo limitado. A UFV oferece cursos de graduação em seus três campi (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba). Tais cursos abrangem as modalidades de Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia, em diversas áreas de conhecimento. Porém, do total de 47 cursos que são oferecidos no campus Viçosa, os noturnos correspondem a somente 12⁵⁶. Karollina, por se tratar de uma estudante-trabalhadora e mãe, teve suas escolhas para mudar de curso limitadas a 11 opções, já que uma das suas opções era o curso que havia ingressado no ano de 2016 na UFV.

Segundo Coulon (2008, p. 31) a “primeira tarefa que um estudante deve realizar quando ele chega à universidade é aprender o ofício de estudante”, por isso torna-se indispensável dominar o *habitus* estudantil, para que o agente que alcançou a afiliação seja capaz de permanecer na universidade, evoluindo da condição de aluno para estudante, que requer comportamento próprio e autonomia no desempenho das atividades acadêmicas e sociais. Considerando a influência do capital econômico, cultural e social para a incorporação do novo *habitus*, cada indivíduo, ao ingressar na educação superior, terá um tempo diferente para incorporá-lo, caso contrário, eleva-se a chance de fracasso acadêmico.

Entre os sujeitos entrevistados, Bernardo e Joana eram os únicos que antes da mudança de curso poderiam ser situados no *tempo de aprendizagem* (COULON, 2008), pois já apresentavam bons desempenhos acadêmicos e participavam de atividades extracurriculares. No entanto, a insatisfação com o curso impede que sejam considerados formalmente integrados, já que, caso a mudança para o curso desejado não fosse efetivada, poderia levá-los à evasão da educação superior.

No entanto, apesar deste estudo ter como proposta analisar a trajetória acadêmica dos estudantes no período de 2016 a 2018, é importante lembrar que Bernardo já tinha vivências universitárias desde 2012, ou seja, o seu tempo para tornar-se estudante foi mais amplo em relação à Joana, que teve sua primeira experiência acadêmica em 2016. Uma justificativa para esse aspecto é que os sujeitos são oriundos de classes sociais diferentes, tendo em vista que as propriedades culturais e sociais são aspectos que influenciam na trajetória dos estudantes.

⁵⁶ Administração (Bacharelado); Ciências Biológicas (Licenciatura); Ciências Contábeis (Bacharelado); Ciências Sociais (Bacharelado/Licenciatura); Direito (Bacharelado); Geografia (Bacharelado/Licenciatura); História (Bacharelado/Licenciatura); Letras (Licenciatura); Matemática (Licenciatura); Pedagogia (Licenciatura); Química (Licenciatura); Secretariado Executivo (Bacharelado).

Assim, o processo de incorporação do novo *habitus* estudantil pode ter sido mais demorado para Bernardo devido ao baixo acúmulo de capitais importantes para atender às exigências acadêmicas, já Joana devido a sua origem social teria mais conhecimento da educação superior (NOGUEIRA, 2012).

As outras estudantes, Carmem, Penha e Karollina, antes da mudança do curso se encontravam no *tempo de estranhamento* (COULON, 2008). Isso se dava pelas dificuldades encontradas nas disciplinas ao longo do primeiro ano do curso, ocasionando as várias reprovações como no caso da Karollina, e a falta de interação com colegas e professores. Destacamos também como componente importante para tornar-se estudante, a participação em projetos extracurriculares, aspecto ausente na trajetória acadêmica da primeira escolha de Carmem e Karollina.

Após o processo de mudança de curso, percebemos pelas entrevistas que os estudantes Bernardo, Carmem e Joana estavam integrados academicamente, uma vez que apresentavam bom desempenho acadêmico e ausência de reprovações, mantendo boas relações com colegas de curso e participação em projetos de pesquisa e extensão. Nesse sentido, eles estavam vivendo o *tempo de afiliação* à universidade (COULON, 2008). Enquanto, Penha e Karollina, após a mudança de curso, encontram-se no *tempo de aprendizagem*, pois, socialmente, ainda não estavam plenamente integradas à instituição, devido à falta de participação em projetos, aspecto que será tratado a seguir.

Dessa forma, no processo de consolidação para a permanência dos estudantes na educação superior, torna-se fundamental aprender o ofício de estudante (COULON, 2008), ou desenvolver o *habitus* estudantil (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Porém, diferente do que muitos acreditam, a passagem do ensino médio para a educação superior, em sua maioria, não se constitui como algo natural, requer muito esforço para essa nova aprendizagem e, de certa maneira, implica na necessidade, em curto prazo, da interiorização das regras e dos conhecimentos característicos da vida universitária.

6.4 Permanência e vivências acadêmicas

No ambiente universitário o estudante passa por diversas vivências que podem influenciar sua trajetória acadêmica. Tais experiências auxiliam na integração do indivíduo na universidade, importante para a concretização do ofício de estudante (COULON, 2008), ou seja, para uma trajetória de sucesso na educação superior. Aqueles que não conseguem realizar a passagem do estatuto de aluno do ensino médio para estudante universitário acabam

fracassando, o que tende a levar à evasão. Tinto (2012 apud FIGUEIREDO, 2015), em seus estudos, “Teoria da integração do estudante”, destaca a integração intelectual, ou acadêmica, e social, como elementos importantes para a integração do estudante nesse nível. Dentre essas concepções, integração social consiste em:

[...] realizar atividades extracurriculares, em seu aspecto formal. A integração social acontece quando o estudante é capaz de ocupar os vários espaços institucionais, diferente do ambiente restrito da sala de aula ou dos conteúdos curriculares. A realização de atividades extracurriculares, como uma monitoria ou um projeto de pesquisa (FIGUEIREDO, 2015, p. 36).

Dessa forma, as vivências tendem a influenciar de forma positiva ou não ao longo da trajetória acadêmica do estudante no curso. E a universidade tem um papel fundamental para que essa integração aconteça, uma vez que tais vínculos aumentam as chances de permanência. A partir das entrevistas com os estudantes, foi possível identificar algumas atividades e vivências que exerceram influência para o desenvolvimento de algumas escolhas ao longo desse percurso.

Durante a trajetória dos cinco entrevistados, foi possível observar um envolvimento de todos, desde o início na graduação, em atividades formais oferecidas pela UFV, como: projetos de pesquisa, projeto de extensão, estágios e monitorias. Bernardo ao longo da sua trajetória na UFV nos três cursos de graduação (Ciência da Computação, Enfermagem e Medicina), sempre esteve envolvido em atividades extracurriculares. No primeiro curso foi membro de uma Empresa Junior⁵⁷ e participou de um projeto de pesquisa em parceria com os cursos de Enfermagem e Medicina, o qual foi o principal responsável para sua tomada de decisão de mudar de curso. Durante seu período como estudante na Enfermagem foi bolsista de iniciação científica e depois, estagiário em um laboratório da Universidade.

Carmem, ao longo da sua trajetória no curso de Educação Infantil não esteve envolvida em nenhuma atividade extracurricular, pois, segundo a estudante não havia tempo para conciliar tais atividades já que o curso era em período integral. Porém, quando mudou para Pedagogia já sabia que o curso era noturno e conseguiu participar durante seis meses, como voluntária, na Ludoteca. A Ludoteca UFV, de responsabilidade do Departamento de Educação, desenvolve projetos de extensão sobre a importância do brincar na infância e na formação dos professores, que conta com um espaço direcionado para atender a comunidade. Logo, a

⁵⁷ É uma associação civil sem fins lucrativos e com fins educacionais formada exclusivamente por alunos do ensino superior ou técnico.

estudante conseguiu um estágio remunerado em uma escola privada na cidade e decidiu sair da Ludoteca.

No entanto, a estudante Penha fez o trajeto inverso da sua irmã, ao longo do curso da Educação Infantil ela participou durante seis meses de um projeto de extensão desenvolvido pelo curso, como voluntária, chamado Meio Ambiente e Ludicidade. O projeto tem o objetivo de contribuir para a construção de conhecimentos sobre o meio ambiente através de atividades lúdicas (jogos, histórias, brincadeiras). Entrando no curso de Pedagogia, no período da entrevista, não estava envolvida em nenhum projeto, mas destacou o interesse em participar da Ludoteca.

Joana no segundo mês na universidade já conseguiu um estágio voluntário no Núcleo de Pesquisa em Ambiente e Engenharia de Sistemas Agroindustriais, local em que ela teve a oportunidade de acompanhar duas pesquisas de alunos da pós-graduação. No segundo semestre ela conseguiu uma bolsa no Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, onde permaneceu até seu processo de mudança de curso. Já na Agronomia estava como estagiária no Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL), que visa promover o desenvolvimento local por meio da melhoria das técnicas de produção da pecuária leiteira.

Karollina, dentre os entrevistados, era a estudante que tinha menor envolvimento com atividades extracurriculares ao longo da sua trajetória acadêmica na UFV. Durante o período em que esteve como estudante do curso noturno de Licenciatura em Matemática, ela apenas participou de monitorias das disciplinas em que tinha dificuldade. Na Pedagogia, nunca havia participado de nenhum projeto, mas atuava como monitora em uma escola pública da sua cidade.

Apesar de considerar a perspectiva disposicionalista de Bourdieu, Lahire (2017) também entende ser necessário analisar elementos que correspondem às singularidades do processo de socialização de cada indivíduo, mesmo que sejam pertencentes a mesma classe social.

[...] produto complexo de diversos processos de socialização, faça ver a pluralidade interna: o singular é necessariamente plural. Pela coerência e na homogeneidade das disposições individuais pensadas nas sociologias em escalas grupais ou institucionais, se substitui uma visão mais complexa do indivíduo, menos unificada, e portador de hábitos (esquemas ou disposições) heterogêneas e, em certos casos, opostas e contraditórias. (LAHIRE, 2017, p. 52)

O autor destaca que a socialização de cada sujeito é resultado de uma complexidade e variedade de incorporação das disposições, uma vez que eles vivenciam contextos diversos e com diferentes intensidades. Dessa forma, essa singularidade de experiências, ao longo da educação superior, deve ser considerada e analisada no caso dos cinco estudantes entrevistados, pois ao longo da trajetória na UFV eles participaram de projetos de pesquisa e extensão, que foram elementos que influenciaram a decisão para a mudança de curso, no caso de Bernardo e Joana, e na permanência na Instituição.

Para tornar-se estudante é necessário que o indivíduo seja capaz de compreender as regras institucionais, dentre tais regras está o bom relacionamento com os professores e os colegas de curso. Um mecanismo que auxilia nesse aspecto são as atividades extracurriculares, assim, o estudante que participa de projetos de pesquisa e extensão, monitorias, PET e estágios, tende a ampliar esse envolvimento social que pode favorecer no processo de permanência na universidade.

No caso dos estudantes Bernardo e Joana, o envolvimento em projetos ao longo das suas trajetórias teve um papel muito importante não só para o processo de afiliação, como também para a tomada de decisão de mudança de curso. À medida que eles ingressaram na educação superior, a UFV oportunizou a eles o acesso à novas informações, conhecimentos e vivências que os levaram a repensar sua escolha. E mesmo após a mudança eles buscaram novas atividades extracurriculares para terem experiências mais práticas em relação à área de estudo em que reingressaram. Aspecto que se diferencia da vivência de Karollina, devido à necessidade de escolher um curso no período noturno para manter o trabalho e cuidar da sua filha, mesmo que a Instituição proporcionasse vagas em projetos para participar, não seria suficiente devido ao seu baixo capital econômico (BOURDIEU, 2013b).

Além do processo de expansão de vagas da educação superior é necessário também que as instituições acompanhem todo o percurso dos estudantes, proporcionando a eles a possibilidade de participação em projetos, estágios e monitores, com o objetivo de aumentar as chances de conclusão da sua formação. Os sujeitos que vivenciam experiências ao longo das suas trajetórias acadêmicas impulsionam o processo de afiliação da vida universitária. No tópico seguinte tratamos sobre a mudança do curso e a perspectiva dos coordenadores dos cursos diante da rotatividade estudantil.

6.5 A rotatividade dos estudantes na UFV na perspectiva institucional de coordenadores de cursos

Conforme já mencionado anteriormente, a pesquisa contou também com a participação dos coordenadores dos cursos de Engenharia Agrícola Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH). Tais professores se encontravam na função de coordenador durante o período de construção deste estudo, no qual foi utilizado como instrumento para coleta de dados, um questionário on-line, respondido entre os meses de outubro e novembro de 2019, para tratar de aspectos relacionados ao índice de mudança em seus cursos e as possíveis causas e estratégias para lidar com esse fenômeno.

Em relação à mudança de curso, os coordenadores relataram estarem cientes sobre os índices identificados por esta pesquisa, sendo enfáticos em associar a mudança com a defasagem na formação dos estudantes na educação básica e por isso acabam direcionando suas escolhas “[...] devido à nota baixa de ingresso que o curso tem e usam esse ingresso como trampolim [...]” (Coordenador da Licenciatura em Matemática), segundo o coordenador da Enfermagem “[...] buscando o sonho de ingressar em outras profissões”. Assim, ao ingressarem na educação superior os estudantes precisam se adaptar às novas regras da universidade, enfrentando diferentes desafios, dentre eles, o alto grau de complexidade das disciplinas acadêmicas.

O curso possui disciplinas com nível de exigência mais elevado do que eles esperavam. Conseqüentemente, houve retenção e, ou evasão. Mas esta realidade não é apenas do curso de Educação Infantil. Há uma grande rotatividade nos diversos cursos da UFV. Os cursos que eles, em geral, procuram, são do mesmo centro, ou seja CCH. Mas tivemos estudantes que migraram para o curso de Química, Engenharia Florestal, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, entre outros (Coordenador da Educação Infantil).

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em relação às disciplinas, segundo os coordenadores entrevistados, elas se configuram naquelas disciplinas oferecidas ainda no primeiro ano do curso, consideradas “disciplinas de bases”, que estão muito relacionadas a conteúdos oferecidos na educação básica, como nas disciplinas de: física, matemática e química. Nesse caso, destacamos as disciplinas em que a estudante Karollina apresentou reprovação ainda no primeiro ano do curso de Licenciatura em Matemática, também assinaladas no questionário pelo coordenador do curso como as responsáveis pelas principais dificuldades dos estudantes.

Os cursos da área de exatas, como a Licenciatura em Matemática, apresentam em sua matriz curricular um grande número de disciplinas que demandam do estudante que

ingressa na educação superior, que ele tenha um bom conhecimento em matemática. A ausência dessa boa base na matemática é resultado de vários fatores, mas Fragoso (2001) destaca a falta de didática na formação do professor atuante na educação básica, o que acaba gerando um medo e aversão a essa disciplina desde cedo. Pensando na educação superior, existem estudos desenvolvidos para identificar os sujeitos propensos a reprovação, com intuito de orientar as universidades e professores ao longo do desenvolvimento das disciplinas, principalmente, na área de exatas, já que o alto índice de reprovação pode levar a evasão do estudante (SILVA; ALMEIDA; RAMALHO, 2021).

Além de dificuldades na parte da leitura e da escrita, como destaca o coordenador do curso de Educação Infantil:

Na sua maioria, dificuldades de interpretação de texto. A escrita culta é um processo longo e, devido às defasagens que já trazem desde sua formação básica, enfrentam muitas barreiras no campo acadêmico.

O hábito de leitura e a boa escrita estão relacionados com o acúmulo de capital cultural de cada estudante. Dentre os tipos desse capital, está o objetivado, exemplificado por meio da aquisição de livros, e o incorporado, por meio do hábito da leitura, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma boa escrita e compreensão das linguagens exigidas pelos sistemas escolares (BOURDIEU, 2013b). No entanto, Lahire (1997, p. 338) discorre que apenas o acúmulo de capital cultural objetivado torna-se insuficiente para o desenvolvimento do hábito da leitura, sendo fundamental, segundo o autor, o papel do mediador para acompanhar e orientar na construção de valor social em torno da leitura e da escrita. Assim, o envolvimento da família, não apenas dos pais, é essencial para a transmissão do capital cultural incorporado, como o hábito da leitura, pois “só tem sentido se esse capital cultural for colocado em condições que tornem possível a sua ‘transmissão’”.

Os coordenadores dos cursos de Enfermagem e Licenciatura em Matemática destacaram que a UFV conta com um Programa de Tutoria dedicado àqueles estudantes que, em função da nota obtida no ENEM e dos critérios de prioridade estabelecidos para cada curso de graduação, são inscritos automaticamente nesse Programa. O Programa tem por objetivo ampliar as habilidades e os domínios dos conteúdos de determinadas disciplinas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2022).

Dessa forma, os coordenadores de curso precisam assumir a incumbência de intervir nesse fenômeno, sendo necessário o desenvolvimento de ações assertivas juntamente com os professores e a Universidade. Portando, ao serem questionados sobre os estudantes

procurarem os professores e a coordenação de curso para relatar e pedir orientação em relação às suas dificuldades, todos responderam que são procurados pelos estudantes, entretanto, essa procura acontece em menor proporção nos cursos de Engenharia Agrícola Ambiental (CCA) e Enfermagem (CCB).

Dentre os mecanismos oferecidos na tentativa de auxiliar as dificuldades dos estudantes, por exemplo as monitorias, outras ações também são realizadas pelos coordenadores:

A seleção de monitores voluntários para ajudar os estudantes ingressantes no curso, por meio de acompanhamento e conversa (Coordenador da Licenciatura em Matemática).

Reunimos duas vezes por semestre com os discentes e temos um questionário que eles preenchem antes de virem para o plano de estudos para ajudar na orientação das dificuldades desses alunos (Coordenador da Educação Infantil).

[...] por meio de palestras, oficinas e conversas com os calouros do curso para ajudar a tirar as dúvidas (Coordenador da Engenharia Agrícola Ambiental).

As disciplinas do primeiro ano aproximam os estudantes da prática profissional (Coordenador da Enfermagem).

Nos exemplos citados anteriormente podemos encontrar diferentes alternativas na tentativa de amenizar as dificuldades dos estudantes, principalmente referente aos calouros, com o intuito de diminuir os índices de reprovação nas disciplinas e, conseqüente, evasão nos cursos. Os coordenadores da Licenciatura em Matemática, Educação Infantil e Engenharia Agrícola Ambiental, buscaram estratégias relacionadas ao contexto social e de interação dos “calouros”, com ações de acompanhamento e direcionamento em relação ao primeiro ano da graduação.

Já o coordenador da Enfermagem, usou de uma estratégia do contexto curricular, na busca por adaptar as disciplinas oferecidas ao longo do primeiro ano, cujos conteúdos estejam atrelados à prática do enfermeiro para aproximar o estudante da futura vida profissional. No entanto, ele destaca que isso não é suficiente para garantir que o estudante permaneça no curso, uma vez que acredita que o sujeito que opta pela mudança ao longo da graduação de Enfermagem, já ingressou no curso com o objetivo de mudar, principalmente quando se trata daqueles que foram para Medicina.

Fazendo um recorte em relação à expansão da educação superior, nota-se que mesmo com a implementação de políticas públicas de ações afirmativas, ainda não se consegue

garantir a permanência dos estudantes nos cursos e na instituição. Mesmo que seja proporcionado o ingresso à Universidade, isso não elimina as desigualdades sociais, pois indivíduos oriundos de classes sociais diferentes apresentam desempenhos desiguais nos sistemas escolares (BOURDIEU, 2013b).

O processo de adaptação à vida universitária pode levar um tempo, pois nem todos os estudantes têm facilidade no processo de organização de seus estudos, assim como o uso do tempo livre não será o mesmo para todos. Dessa forma, isso irá refletir no processo de afiliação do estudante, sendo aqueles pertencentes às camadas populares que, possivelmente, apresentarão maiores dificuldades ao longo da trajetória acadêmica, pois, segundo Coulon (2008, p. 250), no mundo universitário “os códigos do trabalho intelectual são cristalizados num conjunto de regras quase sempre informais e implícitas”, por isso torna-se necessário que as instituições desenvolvam ações de orientações sobre as “regras ocultas”, como a importância do desenvolvimento de uma rotina de estudos para lidar com a grande carga horário de aulas, trabalhos e avaliações.

Ao serem questionados sobre o que achavam sobre o SiSU obtivemos as seguintes respostas:

Sou super a favor do SISU. Acho que ele permite o acesso às instituições de ensino superior por estudantes que poderiam não ter esse acesso, por não conseguir recursos para ir até a cidade fazer uma prova. Ou seja, ele democratizou o acesso, mas, infelizmente, ocorrem alguns efeitos colaterais que, a meu ver, são totalmente controláveis e não prejudicam o andamento da dinâmica das instituições superiores (Coordenador da Licenciatura em Matemática).

O SISU, para o curso de Educação Infantil da UFV, foi relevante, na medida em que fez aumentar a procura pelo curso e, conseqüentemente, elevou a nota de ingresso. Há algumas questões que precisam ser pensadas para melhorar o sistema nesse processo. Por exemplo, o estudante escolhe o curso apenas depois de seu resultado no ENEM. Isso cria um círculo vicioso. Pois ele ingressa no curso, cuja nota permitiu sua entrada. Mas, muitas vezes, ele sequer sabe do que trata o curso, qual a área de atuação...ele se frustra e, muitos dos estudantes são desligados... (Coordenador da Educação Infantil).

Veio com o objetivo de democratizar o acesso à universidade pública, porém, não é tão seletivo como o antigo vestibular que ao meu ver selecionava melhor os candidatos (Coordenador da Engenharia Agrícola Ambiental).

Uma boa proposta de promoção ao acesso às universidades públicas (Coordenador da Enfermagem).

Por meio de uma única prova, o ENEM, o SiSU contribui para democratizar o acesso às vagas dos cursos nas universidades públicas, pois “exames descentralizados

favorecem aqueles estudantes com mais condições de se deslocar pelo país” (BRASIL, 2009b, p. 2). Contudo, por meio da seleção dos estudantes pelo Sistema ampliam-se as escolhas de curso e instituição possibilitando, ao longo do período de inscrição, a alteração das suas opções, adequando suas opções conforme a nota de corte dos cursos. E caso os candidatos não sejam selecionados na primeira chamada, podem optar por inscrever-se na lista de espera (LIMA; BIANCHINI, 2017).

Apesar de todos os coordenadores destacarem que o SiSU se trata de uma boa proposta que proporciona a democratização do acesso à educação superior pública, eles destacaram que a dinâmica do Sistema pode gerar alguns impactos negativos. Um dos aspectos negativos do SiSU, elencando pelo coordenador da Educação Infantil, também já foi apresentado neste estudo, de que a escolha do curso e da instituição não corresponda necessariamente à primeira opção dos candidatos, mas seja uma adequação das expectativas e dos desejos ao resultado obtido no ENEM, fazendo a escolha de um curso que garanta o ingresso na universidade, muitas vezes, sem mesmo conhecer o curso, como foi o caso das irmãs gêmeas Carmem e Penha.

Por meio do processo de ingresso estabelecido pelo SiSU, os candidatos conseguem visualizar, ao longo dos dias em que o Sistema fica aberto, as suas “chances” de ingressar no curso desejado. Portanto, a partir das entrevistas, percebemos que para maioria o processo de escolha do curso em 2016 aconteceu por meio de uma adaptação da nota obtida no ENEM, uma escolha possível (NOGUEIRA, 2012). Porém, ao entrar na universidade, devido as diversas experiências e dificuldades acadêmicas, optaram por uma reorientação da escolha do curso com intuito de alcançar um desejo e/ou sobreviver na educação superior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas duas décadas a educação superior brasileira passou por várias ampliações, com o aumento do número de vagas em cursos já existentes e a criação de novos cursos de graduação. Tal expansão ocorreu por meio de políticas públicas tanto no âmbito das instituições públicas (REUNI) como nas instituições privadas (PROUNI e FIES), com intuito de cumprir as metas estabelecidas pelo PNE de inicialmente atingir os 30% e posteriormente os 50% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos matriculados na educação superior.

Transformações também ocorreram na forma de ingresso às universidades públicas. Até o ano de 2009, o acesso era realizado exclusivamente por vestibulares tradicionais, então, surgiu a proposta de utilização dos resultados do ENEM para o acesso às instituições públicas, por meio do sistema informatizado o SiSU. Juntamente, também foram implementadas políticas de reserva de vagas, a Lei de Cotas, e desenvolvido programas de assistência estudantil. Dessa forma, esta pesquisa procurou, inicialmente, discutir as políticas públicas que visavam à ampliação do acesso e da permanência dos estudantes na educação superior.

Ao ingressar na educação superior, o sujeito se depara com o desafio de permanecer na instituição e concluir o curso, e autores como Boudieu e Passeron (2014) destacam as dificuldades oriundas da desigualdade de acesso conforme os capitais econômico, social e cultural. Mesmo em instituições públicas, onde o ensino é gratuito, para que o estudante possa se dedicar aos estudos e usufruir das várias possibilidades que a convivência no ambiente acadêmico proporciona, é fundamental que disponha de condições mínimas para a sobrevivência, como moradia, alimentação e transporte. Portanto, faz-se necessária uma reflexão acerca da permanência dos estudantes na educação superior, visto que, como evidenciam os dados apresentados nesta pesquisa, a evasão e a mudança de curso nesse nível de ensino apresentaram números significativos.

Assim, as questões que orientam essa proposta de investigação foram: Quais seriam as estratégias de acesso e de permanência de estudantes na educação superior? Existe alguma correlação entre a rotatividade de estudantes em cursos da UFV e o SiSU? Com o objetivo de analisar o SiSU visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos na UFV, nossas análises nos trouxeram dados essenciais para entender as estratégias de acesso e de permanência e também os motivos que levaram os sujeitos entrevistados a mudarem para outros cursos. Nesse sentido, conhecer o perfil dos estudantes

ingressantes mostrou-se de fundamental importância para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica na UFV.

A UFV é uma universidade que conta atualmente com 68 cursos de graduação nas áreas das Ciências Agrárias, Biológicas, Exatas e Humanas, nos seus três *campi* (Viçosa - CAV, Florestal - CAF e Rio Paranaíba - CRP). Dessa forma, todo ano, para o ingresso no primeiro semestre, a Instituição oferece mais de três mil novas vagas, por meio do SiSU. Os cursos selecionados para este estudo, corresponderam a 5,32% das novas vagas oferecidas pela UFV, sendo a Engenharia Agrícola Ambiental (CCA), a Licenciatura em Matemática (CCE) e a Educação Infantil (CCH) com 40 vagas, a Enfermagem (CCB) com 50. No entanto, em 2016 a UFV ofertou mais 1455 vagas ociosas, sendo 2,68%, ou seja, 39 vagas, correspondentes aos quatro cursos analisados neste estudo.

Em relação ao perfil de ingressantes nos quatro cursos, a Engenharia Agrícola Ambiental (CCA) e a Licenciatura em Matemática (CCE) eram compostas por uma maioria do sexo masculino, diferente da Enfermagem (CCB) e da Educação Infantil (CCH) em que a maioria era do sexo feminino. O total de sujeitos ingressantes era constituído em grande parte por jovens brancos entre 20 e 25 anos, sendo mais de 70% oriundos do estado de MG, com renda familiar entre um e três salários mínimos. Nos cursos de Engenharia Agrícola Ambiental (CCA), a Licenciatura em Matemática (CCE) e Enfermagem (CCB) mais da metade dos estudantes fizeram seu ensino médio todo em escola pública. Esse dado se diferencia na Educação Infantil (CCH), onde mais de 70% estudaram o ensino médio todo em escola particular.

Bourdieu destaca a importância de se considerar os aspectos sobre a organização familiar, para uma maior compreensão de como a interação desse grupo pode influenciar no processo escolar. Porém, as famílias não são sistemas simples, sua complexidade é manifestada no processo de transmissão da herança e dos capitais. Entre os estudantes que ingressaram em 2016 nos cursos selecionados para essa pesquisa, as mães apresentaram um nível maior de escolarização que os pais, porém, observando a situação em cada curso, a Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) se destacam com os pais com nível de escolarização superior à dos demais pais dos estudantes de outros cursos.

O sucesso escolar dos estudantes está atrelado ao acúmulo de *capital cultural*, já que ele possibilita que os sujeitos desenvolvam habilidades exigidas pela educação formal, como a leitura. Porém, o nível de capital inculcado pelos estudantes está influenciado diretamente com o nível de escolaridade dos pais já que são adquiridas no âmbito familiar, pois os filhos tendem a seguir, em grande medida, as experiências dos pais. Assim, os estudantes

desenvolverão suas ações a partir do uso do *capital cultural* acumulado, ou seja, diante o processo de escolha do curso, tal escolha tende a ser pautada dentro do campo do possível, em constante avaliação de risco.

Os dados da pesquisa mostraram que entre os cinco cursos de graduação mais procurados de cada centro de ciências em 2016 na UFV, a Engenharia Agrícola Ambiental (CCA), a Enfermagem (CCB), a Licenciatura em Matemática (CCE) e a Educação Infantil (CCH) apresentaram até o segundo semestre de 2018 os maiores índices de mudança de curso dentro da Instituição. O indicador de mudança de curso geral da Universidade atingiu os 12%, sendo que apenas a Enfermagem (CCB) ficou abaixo desse índice, com 9%. A Engenharia Agrícola Ambiental (CCA), a Licenciatura em Matemática (CCE) e a Educação Infantil (CCH) ficaram entre 23% e 26% de estudantes que mudaram de curso até o final do segundo semestre de 2018.

Ao analisarmos o período de permanência dos estudantes no curso de origem, ficou em evidência que os maiores índices de mudança de curso aconteceram no primeiro ano da graduação e na UFV o segundo semestre de 2016 ficou responsável pelo maior índice, com 45,23%. Coulon (2018, p. 31) destaca, em seu livro “A Condição de Estudante”, que a permanência no primeiro ano se torna fundamental para o processo de afiliação dos sujeitos à vida universitária. É nesse início que eles se deparam com um novo mundo. Mas, devido à dificuldade de incorporar o *habitus* estudantil específico do campo universitário, não conseguem atender às exigências acadêmicas, sendo eliminados ou se auto eliminando “porque se continuou como um estrangeiro nesse mundo novo”. Por isso o autor ressalta que o fracasso e o abandono são numerosos ao longo do primeiro ano.

Consideramos que a escolha do curso, a partir da nova dinâmica estabelecida pelo SiSU, talvez possibilite uma maior facilidade na rotatividade dos estudantes nos cursos na UFV. No modelo anterior de seleção para o ensino superior, o Vestibular Tradicional, os sujeitos se inscreviam de acordo com o interesse pelo curso, mas com o SiSU, os candidatos fazem as provas e somente depois da obtenção das notas, escolhem o curso em que pretendem ingressar. Assim, atualmente, a escolha do curso é feita de acordo com a pontuação, mesmo que o curso não seja do interesse do candidato, pois garante o ingresso na universidade e depois há a opção pela mudança de curso.

Iniciamos a investigação com a hipótese de que as estratégias de escolha e a rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação pudessem ser um meio para alcançar outros objetivos ou um meio de permanecer e concluir a educação superior. A partir da sistematização dos dados disponibilizados pela UFV, evidenciamos a rotatividade dos estudantes entre os

cursos, ou seja, de quais cursos os estudantes saíram e para quais se dirigiram, o número de vezes que reorientaram suas escolhas do curso superior e se aconteceu o reingresso no mesmo curso.

Observando o sentido do fluxo de rotatividade na Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) constatamos sete movimentações, mas em sua maioria, para áreas semelhantes, como Agronomia, e cursos de menor prestígio social. Caminho inverso foi verificado na Licenciatura em Matemática (CCE) que foi o segundo curso com maior número de rotatividade dos estudantes, mas os sujeitos foram para graduações de maior prestígio e para o período diurno. A Educação Infantil apresentou um índice de rotatividade de estudantes que realizaram escolhas para áreas/centro de ciências distintas do curso de origem e de maior prestígio, por exemplo Engenharia Agrícola e Ambiental (EAA) e Bacharelado em Educação Física (EFSB). Entre os quatros cursos, a Enfermagem (CCB) se diferenciou dos demais por apresentar o menor índice de rotatividade de estudantes, e dentre os estudantes que mudaram para cursos de outras áreas, a maioria buscou por um curso de maior prestígio, como a Medicina.

Nesse contexto de escolha do curso e rotatividade, a tomada de decisão dos estudantes tem sido direcionada, à medida em que os candidatos têm acesso à nota de corte dos cursos e às suas classificações no SiSU. Na fase em que a inscrição no Sistema permanece aberta os candidatos podem simular se, com a nota atingida, conseguirão entrar no curso desejado ou precisam repensar suas escolhas, ou seja, tomar uma decisão estratégica que seja capaz de garantir o acesso à universidade pública. Porém, quando acontece o inverso, a opção pela mudança para um curso com menor prestígio, tende a estar relacionada às dificuldades encontradas de aprendizagem nas disciplinas do primeiro ano.

Na busca por averiguar a pertinência da hipótese dessa escolha estratégica dos candidatos no SiSU, foram realizadas entrevistas com cinco estudantes que ingressaram nos cursos de Engenharia Agrícola Ambiental (CCA), Enfermagem (CCB), Licenciatura em Matemática (CCE) e Educação Infantil (CCH), e mudaram de curso até o final do segundo semestre de 2018. Além disso, com intuito de compreender a perspectiva da UFV em relação a essa nova dinâmica, também foi aplicado um questionário aos coordenadores das quatros graduações.

Conforme pontuado pelos estudantes entrevistados, Bernardo, Carmem e Penha, o SiSU possibilita que o candidato consiga prever sua aprovação por meio da nota necessária ao comparar com a nota de corte, sendo percebido pelos estudantes entrevistados como um jogo de escolhas estratégias para garantir o acesso à universidade.

Analisando o fluxo de escolha do curso para a mudança dos sujeitos entrevistados, encontramos dois grupos distintos: aqueles estudantes que direcionaram sua escolha para um curso de maior prestígio social, como foi o caso do estudante Bernardo que saiu da Enfermagem (CCB) e foi para a Medicina (CCB), e o caso das irmãs gêmeas Carmem e Penha que, apesar de permanecerem na modalidade de Licenciatura e optarem por um curso noturno (Pedagogia), na UFV, o curso de Pedagogia (CCH) apresenta um maior prestígio social que a Educação Infantil (CCH), curso em que estavam matriculadas inicialmente.

Já o segundo grupo, corresponde àqueles estudantes que mudaram para um curso com menor prestígio, que foi o caso da estudante Joana que saiu da Engenharia Agrícola e Ambiental (CCA) para Agronomia (CCA). Apesar do curso de Agronomia da UFV apresentar um destaque nacional, dentro da Instituição a Engenharia Agrícola e Ambiental é vista como um curso com maior exigência intelectual. E o caso da estudante Karollina, que saiu da Licenciatura em Matemática (CCE) e optou por mudar para Pedagogia (CCH), ambos do período noturno.

A análise das estratégias desenvolvidas pelos cinco estudantes permite algumas conclusões importantes. Em primeiro lugar, no ingresso para a primeira escolha de curso, a opção pela instituição se sobressaiu em relação ao curso, em alguns casos devido a sua localidade e em outros de maneira hierárquica, sendo que os estudantes com melhor desempenho no ENEM têm a preferência na escolha pelas instituições com maior prestígio. Em segundo lugar, apesar de todos optarem até o final de 2018 pela mudança de cursos, essa escolha ocorreu em relação, em grande maioria, como uma estratégia para alcançar o curso desejado.

Em relação à trajetória acadêmica de Bernardo, destacamos suas sucessivas mudanças de curso e de instituição, por não ter se identificado com os cursos anteriores e ao longo de todo esse percurso na educação superior, se deparou com vivências que redirecionaram suas escolhas. Porém, a opção por ingressar no curso de Enfermagem, tratou-se de antecipação de ação diante de uma escolha “impossível”, que era o curso de Medicina, a mesma ação foi desenvolvida pelas irmãs Carmem e Penha, em que o curso de Educação Infantil era a escolha mais certa para garantir o ingresso na UFV.

Os sujeitos que possuem capital cultural elevado, tanto na forma incorporada quanto na forma objetivada, tendem a considerar o ingresso na universidade como algo “natural”, por isso suas escolhas baseiam-se em cursos e/ou instituições de prestígio. Tais características foram observadas na trajetória da estudante Joana, que em sua primeira opção de escolha na UFV em 2016, baseou-se na qualidade do ensino e reconhecimento da Instituição

e apesar de optar por mudar de curso em períodos seguintes, destaca que foi por falta de identificação com o curso de Engenharia Agrícola e Ambiental.

Diferente da trajetória de Joana, a estudante Karollina reorientou suas escolhas por dificuldade nas disciplinas e as várias reprovações ao longo do primeiro ano de curso. Essa dificuldade pode ser compreendida a partir da fragilidade de informações sobre os cursos e, no caso de Karollina, as várias interrupções nos estudos ao longo do ensino médio, que está associada ao baixo capital cultural familiar. O desempenho insatisfatório durante o período em que estava cursando a Licenciatura em Matemática e a escolha para mudança de curso, nesse caso para Pedagogia por considerar “mais fácil”.

Dessa forma, várias são as estratégias dos estudantes na hora da escolha do curso e ao longo da educação superior. Tais escolhas seriam condicionadas pelo *habitus* e delimitação do campo dos possíveis (NOGUEIRA, 2012), sendo muito comum no discurso dos estudantes, a necessidade da manutenção do vínculo com a universidade, independentemente da satisfação com o curso. A partir da implantação do SiSU destacamos que além da reorientação decorrente do baixo desempenho acadêmico, há a mudança de curso devido a escolha estratégica para garantir o ingresso, elementos também destacados pelos coordenadores dos cursos entrevistados.

Outro ponto observado, embora não tenha sido o objetivo principal da pesquisa, foi o alto índice de estudantes que não estavam mais matriculados de forma regular nos cursos de graduação da UFV: de todos os estudantes que ingressaram em 2016, ao final de 2018 quase 40% já não estavam no curso, o que representa mais de um terço de estudantes que não deram continuidade no curso em que ingressaram em 2016, representando uma perda para a universidade, já que cada estudante é um investimento realizado.

A partir da análise deste estudo, acreditamos que a universidade possa ampliar sua atenção em relação ao processo de formação dos seus estudantes, principalmente ao longo do primeiro ano, *período de estranhamento*. Para que isso seja possível é preciso o envolvimento de toda comunidade universitária para que juntos reflitam sobre a rotatividade dos estudantes dentro da UFV. A instituição precisa estar atenta para os múltiplos aspectos que envolvem a formação do estudante em todos os momentos de sua trajetória. Para isso, é importante que envolva toda a comunidade universitária e, assim, desenvolvam ações de acompanhamento dos calouros e programas de vivências acadêmicas para possibilitar maiores informações para os estudante e afiliação ao curso.

Consideramos, enfim, que os resultados obtidos por esta pesquisa, a partir do levantamento documental e bibliográfico, das análises das entrevistas com os estudantes e do

questionário aplicado aos coordenadores, puderam contribuir para a ampliação da compreensão a respeito dos fatores que levaram os estudantes a optarem pela mudança de curso: o desejo de ingressar na educação superior, independentemente do curso e também uma estratégia para futuramente transferir-se para o curso desejado. Portanto, foi possível entender como o processo de ingresso por meio do SiSU, tem influenciado nas escolhas e nas estratégias ao longo da trajetória acadêmica na UFV.

Como já apresentado, diversas são as questões, além das nossas análises, para entender as estratégias de escolhas dos estudantes e o processo de ingresso e afiliação a educação superior. Dentre tais questões incorporadas a esta pesquisa, como o perfil dos estudantes ingressante e qual era a situação deles após dois anos de curso. Contudo, sinalizamos a necessidade de estudos em outras universidades e cursos, para ampliar o conhecimento sobre o processo de escolhas do curso, que talvez possibilitará pensar em políticas e ações dentro das próprias universidades associadas com a ampliação do número de vagas ociosas.

A partir da implantação do SiSU, o processo de decisão sobre a escolha passou do interesse inicial no curso e está fortemente atrelada ao desempenho no ENEM. Assim, para compreender os motivos da mudança e, conseqüentemente, a evasão do curso, destacamos a importância de ouvir os estudantes para que as instituições de educação superior possam elaborar ações de orientação e até mesmo de acompanhando destes estudantes. Acreditamos que seja necessário que ocorra uma maior parceria entre as universidades e as escolas, principalmente, com o ensino médio, para que, em conjunto, desenvolvam ações de orientação profissional dos alunos da educação básica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Orçamento da Educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões. Brasília, 02 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. “Abaixo os cortes na Educação e na Ciência e Tecnologia!”, conclama diretoria do ANDES-SN, 02 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/abaixo-os-cortes-na-educacao-e-na-ciencia-e-tecnologia-conclama-diretoria-do-aNDES-sN1>. Acesso em: 18 de jun. 2022.

ANTUNES, Ricardo. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 38, 2017. **Trabalho Encomendado GT11 - Política de Educação Superior**. São Luis do Maranhão: UFMA, 2017, p. 1- 5. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/programacao/2?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=14. Acesso em: 11 fev. 2020.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Vestibular e Enem: um debate contemporâneo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s. l.], v. 22, n. 85, p. 1057–1090, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362014000400009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jul. 2020.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Editora, LTDA, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia*. 2 ed. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzumendi. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-88.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). Escritos de educação*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2013a. p. 79–88. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Escritos-de-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). Escritos de educação*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2013b. p. 79–88.

BOURDIEU, Pierre.; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In: BOURDIEU, Pierre. (coord.). A miséria do mundo*. Trad. M. S. S. Azevedo et al. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 481-486.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014a.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **Comissão especial de estudo sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras**. Brasília, DF: BRASIL/ MEC/SESu, 1996a. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 5 jun. 2019.

BRASIL. **Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998**. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. 1998. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf. Acesso em 9 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.771, de 29 de agosto de 2001**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. 2001c. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior – Resumo Técnico 2003**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2004/resumo_tecnico_050105.pdf. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Programa Universidade para Todos - PROUNI. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.800, de 6 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 02 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 25 de abril de 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2007**. Brasília: Ministério da Educação, 2009a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social (ACS). **Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=768-proposta-novovestibular1-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Portaria Normativa n.109, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, n. 100, p. 56-63, 28 mai. 2009c. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf. Acesso em 18 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **Reuni 2008: Relatório de Primeiro Anho**. Brasília: Ministério da Educação, 30 out. 2009d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2010**. Brasília: Ministério da Educação, 2010a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Edital nº 14, de 21 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o PROCESSO SELETIVO DO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA -SISU - EDIÇÃO 1º/2012. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 21 dez. 2011. Disponível em: <http://www.uezo.rj.gov.br/prograd/cov/SISU-2012/Edital-SISU-nr-14-2011.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. **Portaria n. 10, de 23 de maio de 2012**. Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM. Brasília: Ministério da Educação, 2012a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2012/portaria-MEC10-certificacao.pdf. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. **Portaria n. 126, de 19 de julho de 2012**. Relatório da Comissão Constituída sobre a análise da Expansão das Universidades Federais – 2003 a 2012. Brasília: Ministério da Educação, 2012b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2012c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. **Lei n. 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação de 2014-2024. Brasília: Ministério da Educação, 2014a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Evolução do Acesso de Jovens à Educação Superior no Brasil**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, abr. 2014b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1950.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação 2016**. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://seriepne.inep.gov.br/ojs3/index.php/seriepne/article/view/3757/3486>. Acesso em: 09 de jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: Ministério da Educação, 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Ministério da Educação, 2019b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior – Resumo Técnico 2018**. Brasília: Ministério da Educação, 2019c. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6960488. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Edição do Enem 2019 registra a menor queda no número de inscritos dos últimos 4 anos**. Brasília: Ministério da Educação, 31 mai. 2019d. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/educacao-do-enem-2019-registra-a-menor-queda-no-numero-de-inscritos-dos-ultimos-4-anos/21206. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior** - Notas estatísticas 2019. Brasília: Ministério da Educação, 2019e. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Est_atisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Edital nº 55, de 28 de julho de 2020. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2020 digital**. Brasília: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2020/edital_n55_enem_2020_digital.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa e Ações**. Brasília: Ministério da Educação, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. SiSU - Sistema de Seleção Unificada. **Dúvidas frequentes - Nota de Corte**. Brasília: Ministério da Educação, 2021a. Disponível em: https://sisu.mec.gov.br/#/duvidas#nota_corte. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Divulgados os números de inscritos no Enem 2021 por UF**. Brasília: Ministério da Educação, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-os-numeros-de-inscritos-no-enem-2021-por-uf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Salário Mínimo Vigente**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRITO, Priscila. Ministro da Educação avalia adesão ao Enem. **Boletim da UFMG**, Belo Horizonte, ano 35, n. 1660, 06 jun. 2009. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1660/6.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2019.

CARMO, Juliano Ferreira do. Apontamentos para o Facebook como ferramenta acadêmica no Curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia. In: ENCONTRO DE COMUNICAÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, II, 2011. **Anais do Ecovale**. Juazeiro: UNEB, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/anaiscovale/article/view/1149>. Acesso em: 4 jan. 2020.

CARNEIRO, Verônica Lima. As avaliações estandarizadas e o papel do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na etapa final da educação básica. **Revista Exitus**, Santarém, v. 2, n. 1, p. 217-230, 2016. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/84>. Acesso em: 7mar. 2020.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno: realidade e ilusão**. São Paulo: Cortez, 1989.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-97022017000401239&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2020.

CRISTO, Maria Marilei Soistak; RESENDE, Luis Maurício Martins de; KUHN Talícia do Carmo Galan. Por que os alunos de engenharia desistem de seus cursos – um estudo de caso. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, p.154-168, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/4391#:~:text=A%20maioria%20re lata%20que%20desiste,no%201%C2%BA%20ou%202%C2%BA%20per%C3%ADodo>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

CZERNIASKI, Lizandra Felippi. **Políticas públicas de democratização do ensino superior: um estudo sobre a ocupação das vagas nos cursos de graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus Francisco Beltrão**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2014. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/923>. Acesso em: 18 fev. 2019.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luís Augusto. Ações afirmativas raciais no Ensino Superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, v. 43, n.148, p. 302-327, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FRAGOSO, Wagner da Cunha. O medo da matemática. **Vydia**. Santa Maria, v. 19, n. 35, p. 93-105, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/506>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

FIGUEIREDO, Alice Cristina. **Processos de integração e afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9V5R3V/1/disserta__o__vers__o__final.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIMENES, Olíria Mendes. O curso de formação de tutores CEaD/UFU: o perfil dos candidatos da Turma 6. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SIED: ENPED). **Anais do SIED:EnPED:2014**. São Carlos: UFSCAR, 2014, p. 1-13. Disponível em: <http://www.sied-enped2014.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/751/249>. Acesso em: 16 de jan. 2019.

GOMES, Alfredo. Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: Transição para um sistema de massa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a11.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GOMES, Alfredo Macedo. Exame nacional de cursos e política de regulação estatal do ensino superior. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 120, p. 129-149, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 mar. 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 247-268, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 jul 2020.

LACERDA, Wânia Maria Guimarães. Solidariedade entre irmãos e relações intergeracionais na construção de percursos escolares de excelência. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 82-102, 2010. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/20076/1/artigo.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.49, p.11-42, 2005. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000300002&lng=pt&nrm=i&tlng=pt. Acesso em: 5 jun. 2019.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios de disposições para uma sociologia em escala individual. *In*: VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA, Lília. (Org.). **Dossiê Bernard Lahire**. Tradução de Ricard Visser e Maria de Lourdes Medeiros.1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017. p. 31-76.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sônia Goldfeder. São Paulo: Ed. Ática, 1997. p. 17-46.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; VASCONCELOS, Leonardo Siqueira. A evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Carta de Conjuntura**, Brasília, n. 41, p. 1-7, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/181211_cc41_nota_tecnica_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 6 jul 2020.

LI, Denise Leyi. **O novo ENEM e a plataforma SiSU**: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-23112016-094256/publico/CorrigidaDenise.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

LIMA, K. R. R.; PRADO, F. H. S.; VIEIRA, R. B. Políticas públicas de “democratização” da educação superior no governo Lula: Enem, Prouni, Reuni. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: Marxismo, Educação e Emancipação Humana*, V, 2011. **Anais V EBEM**. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: http://5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_09/e09c_t001.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

LIMA, Lucinete Marques; BIANCHINI, Angelo Rodrigo. Seletividade e/ou democratização da educação superior em tempos do SiSU. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 1, p. 495-514, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6187/4512>. Acesso em: 23 jan. 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, Luciano Henrique de Tarso. **Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. 83 f. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13930/1/Luciano%20Henrique.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MACHADO, Paulo Henrique Alves; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. O ENEM no contexto das políticas para o Ensino Médio. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 355-373 jan./abr. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p355/pdf_31. Acesso em: 13 jun. 2022.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 156-174. 2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/20361/pdf_1. Acesso em: 18 de jun. 2022.

MARTINS, Raisa Maria de Arruda. **Prouni**: uma política de democratização do ensino superior? 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3421/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, Número Especial, p.15-23, 2018. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-15.pdf>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; REAL, Giselle Cristina Martins; OLIVEIRA, Jonas de Paula. Acesso e permanência na educação superior: desafios e alcances das políticas de assistência estudantil na UFGD. *In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; VOLSI, Maria Eunice França; MIRANDA, Paula Roberta (orgs.). Educação Superior: as diversas faces da expansão.* Maringá: Eduem, 2017. p. 145-164.

MERCURI, Elizabeth, MORAN, Regina Célia e AZZI, Roberta Gurgel. Estudo da evasão de curso no primeiro ano da graduação de uma universidade pública estadual. **Núcleo de Estudos Sobre Ensino Superior da USP**, São Paulo, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social.** teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. Reformas Educacionais e Políticas Curriculares para a Educação Básica: prenúncios e evidências para uma resistência ativa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.10, n.2, p.199-213, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27355/16674>. Acesso em: 3 ago. 2020.

MOURA, Dante Henrique; SILVA, Meyrelândia Santos. A evasão no curso de licenciatura em geografia oferecido pelo CEFET-RN. **HOLOS**, Natal, v. 3, n. 23, p. 26-42, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/126>. Acesso em: 11 jan. 2022.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; ALMEIDA, Flavia Juliana; QUEIROZ, Kelly Aparecida de Sousa. A escolha da carreira docente: complexificando a abordagem sociológica. **Revista Vertentes**, São Joao del Rei, v. 19, n. 1, p. 1-20, 2011. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%201/Claudio_Nogueira_e_outros.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; FORTES, Maria de Fátima Ansoloni. A importância dos estudos sobre Trajetórias Escolares na Sociologia na Educação Contemporânea. **Paidéia**, v. 2, n. 2, p. 57-74, 2004. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1339>. Acesso em: 3 jun. 2019.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 18, p. 01-39, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235241>. Acesso em: 22 jul. 2018.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Limites da explicação em sociologia da educação: considerações a partir de pesquisas sobre o processo de escolha do curso superior. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XII. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia.* Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 1 - 31. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1080&Itemid=171. Acesso em: 16 mar. 2019.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35,

2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 jan. 2019.

NOGUEIRA, Maria Alice. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. *In*: ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice; (Orgs.) **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 49-65.

NOGUEIRA, Maria Alice. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 133-184, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a10>. Acesso em: 26 jan. 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

OLIVEIRA, Simone Barros. VARGAS, Melissa Welter. A Assistência Estudantil como Espaço Privilegiado de Educação para os Direitos. *In*: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace**. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, p. 127-134, 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PINTO, Samilla Nayara dos Santos. **Novo ENEM e currículo do ensino médio: esvaziamento da formação das classes populares**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35557/5/DISSERTA%c3%87%c3%83O_SAMILLA%20NAYARA.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

PIOTTO, Débora Cristina. Trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 135, p. 701-727, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a08.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PIOTTO, Débora Cristina; NOGUEIRA, Maria Alice. Um balanço do conceito de capital cultural: contribuições para a pesquisa em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-5, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v47/1517-9702-ep-47-e470100302.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2022.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso Celso. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, Portugal, v. 21, n. 21, p. 199-218, 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3088>. Acesso em: 11 jun. 2022.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015, p. 133-162.

RIGO, Júlia da Silva. **Percursos de Formação de Estudantes de Licenciatura Noturna na UFV: ENEM, Sisu e Evasão**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/24269/1/texto%20completo.pdf> Acesso em: 13 dez. 2018.

RIGO, Júlia da Silva. FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. As perspectivas sobre a educação superior no Brasil: os estudos desenvolvidos sobre o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Rede Universitas/br. In: GUILHERME, Willian Douglas (Orgs.) **A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 21-33. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/31172>. Acesso em: 11 set. 2020.

SALLUM JR, Brasília; BERTONCELO, Edison Ricardo. Classe Social. In: CATANI, A. M., et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 118-122.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli; NORONHA, Ana Paula Porto; AMARO, Carina Boudin; VILLAR, Jorge. Questionário de vivência acadêmica: estudo da consistência interna do instrumento no contexto brasileiro. In: JOLY, M. C. R. A.; SANTOS, A. A. A.; SISTO, F. F. (Orgs.). **Questões do cotidiano universitário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 159-77.

SANTOS, Maíra Barbosa. A participação das mulheres no ensino superior. **Revista Três Pontos**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 1, p. 47-59, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3276>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SARTES, Laisa Marcorela Andreoli; FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira de. Avanços na Psicometria: a teoria clássica dos testes à teoria de resposta ao item. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 2, p. 241–250, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v26n2/04.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SATO, Silvana Rodrigues de Souza. O papel da herança familiar na seleção escolar: o caso do concurso vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina do ano de 2010. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL (ANPED SUL), IX, **Anais IX ANPED SUL**. Caxias do Sul: UCS, 2012, p. 2-16. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1868/710>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SETTON, Maria Graça Jacintho. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 711–724, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011000400003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 mar. 2020.

SILVA, Andréa Ferreira da; ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti de; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. Predição do risco de reprovação no ensino superior usando algoritmos de

Machine Learning. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, XXIV – ANPEC SUL 2021. **Anais XXIV Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL 2021**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021, p. 1-20. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_I/i8-8870d0728c6ee9ad38c769368e4e046c.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2022.

SILVA, Isabelle Martins da; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha. Seleção para Ingresso na Educação Superior: adesão ao Enem e SisU. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO/CENTRO-OESTE (ANPED), XII. **Anais XII Encontro de Pesquisa em Educação/Centro-Oeste**. Goiânia: PUC-GO, 2014, p. 1 -11. Disponível em: https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Isabelle-Martins-da-Silva_-Jackeline-Nascimento-Noronha-da-Luz.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 727–747, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 jan. 2021.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida. Mulheres na docência do ensino superior em cursos de física. **Ensino em Re-Vista**, v. 21, n. 2, p. 329-40, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/28029/15436>. Acesso em: 18 de jun. 2019.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia; WOTTRICH, Shana Hastenpflug; OLIVEIRA, Adriano Machado. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 185–202, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572008000100013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 jan. 2021.

TOMÁS, Maria Carolina; SILVEIRA, Leonardo Souza. Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo discente. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 149-177, 2021. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/781>. Acesso em: 12 jun. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução Nº 8/2006**. Viçosa: Conselho Universitário, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-06.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução Conjunta Nº 1/2011**. Viçosa: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário, 7 jun. 2011. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/01-2011CONJUNTA1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental**. Viçosa: Coordenação do curso de Engenharia

Agrícola e Ambiental, 2013. Disponível em: <https://dea.ufv.br/wp-content/uploads/2018/03/Projeto-Pedagogico-EAA-2018.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Catálogo de Graduação 2016: Matemática (Licenciatura) – Noturno**. Viçosa: Pró-Reitoria de Ensino. 2016a. Disponível em: <http://www.catalogo.ufv.br/interno.php?ano=2016&curso=LCM&compl=LIC&campus=vicos&periodo=1&complemento=LIC>. Acesso em: 29 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Ensino. **Edital do Processo Seletivo para Ingresso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Viçosa: Pró-Reitoria de Ensino, 13 jan. 2016b. Disponível em: http://www.pse.ufv.br/wp-content/uploads/Edital-da-LICENA_2016ULTIMO.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Ensino. **Edital do Processo Seletivo para Ingresso nos Cursos Presenciais de Graduação do Primeiro Semestre de 2016**. Viçosa: Pró-Reitoria de Ensino, 6 jan. 2016c. Disponível em: http://www.pse.ufv.br/wp-content/uploads/Edital-UFV-SISU-2016-06_JAN_2016-ultimo1.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Ensino. **Edital Nº 019/2017/PRE: Processo seletivo para preenchimento de vagas ociosas nos cursos de graduação da UFV para o segundo semestre letivo de 2017**. Viçosa: Pró-Reitoria de Ensino, 2017a. Disponível em: http://www.pse.ufv.br/wp-content/uploads/EDITAL_VAGAS_OCIOSAS_2017-2.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem - UFV**. Viçosa: Coordenação do curso de Enfermagem, 2017b. Disponível em: <http://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/ufv/efg/www/wp-content/uploads/2018/04/PPC-Enfermagem-UFV.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso Educação Infantil - Licenciatura**. Viçosa: Coordenação do curso de Educação Infantil, 2017c. Disponível em: <http://www.ein.ufv.br/wp-content/uploads/2011/05/TEXTOPPC-EIN-SITE.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relatório de Atividades 2017 Ano-Base: 2016**. Viçosa: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. 2017d. Disponível em: <https://ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-de-Atividades-2017-base-2016.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Regimento Geral da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), 22 dez. 2017e. <https://dba.ufv.br/wp-content/uploads/2018/07/RegimeDidatico2018.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. [Correspondência]. Destinatário: Júlia da Silva Rigo. Viçosa, 2018a. E-mail.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso Matemática – Licenciatura**. Viçosa: Coordenação do curso de Matemática, 2018b. Disponível em:

<http://www.mtm.ufv.br/wp-content/uploads/2011/05/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-dos-cursos-de-Licenciatura-em-Matem%C3%A1tica-Integral-e-Noturno.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução nº 06/2018**. Regime Didático de Graduação da UFV 2018. Viçosa: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 15 mai. 2018c. Disponível em: <http://www.regimedidatico.ufv.br/wp-content/uploads/2018/01/RegimeDidatico2018.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relatório de Atividades 2018 Ano-Base: 2017**. Viçosa: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. 2018d. Disponível em: <http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/10/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2018-Ano-Base-2017.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. [**Correspondência**]. Destinatário: Júlia da Silva Rigo. Viçosa, 2019a. E-mail.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Ensino. **Editais UFV/SISU Nº 30/2019/PRE**: Processo Seletivo para Ingresso nos Cursos Presenciais de Graduação do Primeiro Semestre de 2020. Viçosa: Pró-Reitoria de Ensino, 13 dez. 2019b. Disponível em: https://www2.pse.ufv.br/wp-content/uploads/2019/12/EDITAL_UFV_SISU_2020-versa%CC%83o-2019-12-16.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Regimento Didático da Graduação UFV 2018**. Viçosa: Conselho Universitário, 24 fev. 2019c. Disponível em: arquivo.ufv.br/soc/files/pag/regimento.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Coronavírus**. 2020a. Disponível em: <http://www.regimedidatico.ufv.br/wp-content/uploads/2018/01/RegimeDidatico2018.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relatório de Atividades 2020 Ano-Base: 2019**. Viçosa: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. 2020b. Disponível em: https://ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2021/06/Relatorio-2020-ano-base-2019_v-final.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução Conjunta Nº 1/2020**. Viçosa: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 20 fev. 2020c. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/01-2020-CEPE-Regime-Did%C3%A1tico.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. [**Correspondência**]. Destinatário: Júlia da Silva Rigo. Viçosa, 2021. E-mail.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Programa tutoria. [2022]. Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/programa-de-tutoria>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

VIANA, Maria Jose Braga. **Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade**. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85SJUP/1/2000000010.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

VIANNA, Heraldo Marelím. Acesso à universidade: os caminhos da perplexidade. **Educação e Seleção**, São Paulo, n.14, p.87-131, jul./dez. 1986. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/edusel/article/view/2651>. Acesso em: 6 jul. 2020.

VIVOT, Claudia Cristine; L'ABBATE, Solange; FORTUNA, Cinira Magali; SACARDO, Daniele Pompei; KASPER, Maristel. O uso do WhatsApp enquanto ferramenta de pesquisa na análise das práticas profissionais da enfermagem na Atenção Básica. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, p. 242-264, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/45984/30926>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226- 237, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.

ANEXO A - PARECER COMITÊ DE ÉTICA UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação da UFV: as influências do Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre as estratégias de acesso e permanência no ensino superior

Pesquisador: Júlia da Silva Rigo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 00503218.7.0000.5504

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.997.374

Apresentação do Projeto:

A projeto é apresentado com clareza e coerência textual.

"O ensino superior no Brasil tem passado por diversas mudanças, tanto referentes à sua estrutura e ao seu ensino, quanto em relação ao acesso. Tais políticas influenciaram algumas ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) a partir de 2009, como o aumento do número de vagas em cursos de graduação e a criação de novos cursos. Algumas transformações também ocorreram no processo de ingresso a Instituição, devido à implementação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), o que pode direcionar, não só a UFV como outras universidades, a outra forma de organização. A partir deste contexto, este projeto de pesquisa tem por objetivo identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes no ensino superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU a partir do caso da UFV. Meu argumento para a importância deste estudo é entender as estratégias de investimento adotadas pelos alunos diante as exigência do curso, e assim conhecer as condições de permanência e motivo da mudança de curso. Para isso, o referencial teórico que servirá de base é o campo da Sociologia da Educação, perpassando por teorias e estudos de autores como de Bourdieu, Burawoy e Passeron. Por fim, para concretização deste estudo, os procedimentos metodológicos que pretendo adotar partem de uma abordagem

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.997.374

qualitativa, utilizando como instrumentos de construção de dados a realização de entrevistas".

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa está bem delineado e contém informações possíveis de serem compreendidas como ações da pesquisa relativas aos referidos sujeitos/participantes.

"Objetivo Primário: Identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes no ensino superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU a partir do caso da UFV. Objetivo Secundário: Identificar e analisar a rotatividade dos estudantes que ingressaram na UFV no ano de 2016 por meio do SISU. Mapear e compreender os perfis social e escolar de entrada dos estudantes que mudaram de curso na UFV. Analisar as trajetórias acadêmicas dos estudantes que mudaram de curso, procurando identificar as razões que levaram para a mudança, bem como as possíveis dificuldades enfrentadas e as estratégias de permanência na UFV."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O autor contemplou os possíveis riscos e benefícios conforme previsto na legislação vigente.

"Riscos: A investigação será feita por entrevista poderá haver o risco de constrangimentos pelo fato do sujeito participante vir a se sentir pessoalmente exposto(a) em algumas questões formuladas. Para evitar tal constrangimento, informamos que o nome, será omitido e substituído por um pseudônimo a fim de que a privacidade seja preservada. Igualmente as entrevistas serão arquivadas sob a responsabilidade do pesquisador principal desta pesquisa e serão divulgadas apenas em trabalhos científicos. Benefícios: Acredito que a pesquisa poderá oferecer benefícios diretos e/ou indiretos à comunidade acadêmica e aos próprios alunos participantes da pesquisa, uma vez que os resultados do estudo poderão contribuir futuramente para maior conhecimento a respeito das políticas de ensino superior e a auxiliar futuras ações da UFV nas condições de permanência dos estudantes de graduação."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui um cronograma compatível com a metodologia e insere o sujeito em um cenário seguro, viabilizando sua participação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados estão em consonância textual e normativa com a legislação vigente.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.997.374

Recomendações:

Aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1194721.pdf	25/09/2018 21:42:56		Aceito
Outros	autorizacao_pesquisa_CCE_assinada.pdf	25/09/2018 21:41:50	Júlia da Silva Rigo	Aceito
Outros	autorizacao_pesquisa_CCH_assinada.pdf	12/09/2018 22:55:39	Júlia da Silva Rigo	Aceito
Outros	autorizacao_pesquisa_CCA_assinada.pdf	12/09/2018 22:55:09	Júlia da Silva Rigo	Aceito
Outros	autorizacao_pesquisa_CCB_assinada.pdf	03/09/2018 13:22:51	Júlia da Silva Rigo	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_coordenadores.docx	30/08/2018 13:32:20	Júlia da Silva Rigo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudantes.docx	29/08/2018 19:24:39	Júlia da Silva Rigo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Coordenadores.docx	29/08/2018 19:24:33	Júlia da Silva Rigo	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	29/08/2018 19:21:14	Júlia da Silva Rigo	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_estudantes.docx	26/08/2018 11:11:22	Júlia da Silva Rigo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado.pdf	06/08/2018 13:38:57	Júlia da Silva Rigo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
 UF: SP Município: SAO CARLOS
 Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.997.374

Não

SAO CARLOS, 02 de Novembro de 2018

**Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador(a))**

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9683

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Campus Universitário – Viçosa, MG- 36571-900 – Telefone: (31) 3899-2161- E-mail: cca@ufv.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Concedo a autorização do Centro de Ciências Agrárias à pesquisadora JÚLIA DA SILVA RIGO (RG 18.233-467), aluna regular de Doutorado do curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, sob a orientação da Profª Drª Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, para que possa fazer sua pesquisa para elaboração de tese de doutorado nos cursos de graduação do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

A temática da pesquisa é: “A rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação da UFV: as influências do Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre as estratégias de acesso e permanência no ensino superior”. O estudo busca identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes no ensino superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU a partir do caso da UFV. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com os alunos dos cursos de graduação que ingressaram no ano de 2016 e os coordenadores dos cursos.

A aluna está ciente e atenta ao código de ética, portanto a pesquisa só terá início após a aprovação do Comitê de Ética, não interferindo no trabalho e no processo educacional dos alunos e nem utilizando qualquer dado que possa vir a prejudicar a UFV em sua pesquisa final.

Viçosa, 05 de setembro de 2018

Rubens Alves de Oliveira
Centro de Ciências Agrárias
Diretor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Campus Universitário – Viçosa, MG- 36570-000 – Telefone: (31) 3899-1284 – Fax: (31) 3899-2053 – E-mail: ccb@ufv.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Concedo a autorização do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde à pesquisadora JÚLIA DA SILVA RIGO (RG 18.233-467), aluna regular de Doutorado do curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, sob a orientação da Profª Drª Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, para que possa fazer sua pesquisa para elaboração de tese de doutorado nos cursos de graduação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

A temática da pesquisa é: “A rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação da UFV: as influências do Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre as estratégias de acesso e permanência no ensino superior”. O estudo busca identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes no ensino superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU a partir do caso da UFV. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com os alunos dos cursos de graduação que ingressaram no ano de 2016 e os coordenadores dos cursos.

A aluna está ciente e atenta ao código de ética, portanto a pesquisa só terá início após a aprovação do Comitê de Ética, não interferindo no trabalho e no processo educacional dos alunos e nem utilizando qualquer dado que possa vir a prejudicar a UFV em sua pesquisa final.

Viçosa, 31 de agosto de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Marcos de Araujo', written over a horizontal line.

João Marcos de Araujo
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Diretor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

Campus Universitário – Viçosa, MG- 36570-900 – Telefone: (31) 3899-2170- E-mail: cce@ufv.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Concedo a autorização do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas à pesquisadora JÚLIA DA SILVA RIGO (RG 18.233-467), aluna regular de Doutorado do curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, para que possa fazer sua pesquisa para elaboração de tese de doutorado nos cursos de graduação do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

A temática da pesquisa é: “A rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação da UFV: as influências do Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre as estratégias de acesso e permanência no ensino superior”. O estudo busca identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes no ensino superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU a partir do caso da UFV. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com os alunos dos cursos de graduação que ingressaram no ano de 2016 e os coordenadores dos cursos.

A aluna está ciente e atenta ao código de ética, portanto a pesquisa só terá início após a aprovação do Comitê de Ética, não interferindo no trabalho e no processo educacional dos alunos e nem utilizando qualquer dado que possa vir a prejudicar a UFV em sua pesquisa final.

Viçosa, 21 de setembro de 2018

Danielle Dias Sant'Anna Martins
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
Diretora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Campus Universitário - Viçosa, MG- 36571-000 - Telefone: (31) 3899-2167- E-mail: cch@ufv.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Concedo a autorização do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes à pesquisadora JÚLIA DA SILVA RIGO (RG 18.233-467), aluna regular de Doutorado do curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, sob a orientação da Profª Drª Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, para que possa fazer sua pesquisa para elaboração de tese de doutorado nos cursos de graduação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

A temática da pesquisa é: “A rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação da UFV: as influências do Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre as estratégias de acesso e permanência no ensino superior”. O estudo busca identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes no ensino superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU a partir do caso da UFV. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com os alunos dos cursos de graduação que ingressaram no ano de 2016 e os coordenadores dos cursos.

A aluna está ciente e atenta ao código de ética, portanto a pesquisa só terá início após a aprovação do Comitê de Ética, não interferindo no trabalho e no processo educacional dos alunos e nem utilizando qualquer dado que possa vir a prejudicar a UFV em sua pesquisa final.

Viçosa, 06 de setembro de 2018

Odemir Vieira Baêta
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Diretor

Prof. Odemir Vieira Baêta
Diretor do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes

ANEXO C - CÓDIGOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFV

UFV

Catálogo de Graduação 2015

921

Códigos dos Cursos de Graduação da UFV
Classificação por Nome do Curso

Ordem	Curso	Código Alfabético	Código Numérico
1.	Administração	ADT	101
2.	Agronegócio	AGG	149
3.	Agronomia	AGN	103
4.	Arquitetura e Urbanismo	ARU	128
5.	Bioquímica	BQI	126
6.	Ciência da Computação	CCP	141
7.	Ciência e Tecnologia de Laticínios	TLA	120
8.	Ciências Biológicas	BLG	122
9.	Ciências Biológicas - Licenciatura (Noturno)	LCB	146
10.	Ciências Contábeis	CCO	104
11.	Ciências Econômicas	CEC	108
12.	Ciências Sociais	CSO	147
13.	Comunicação Social - Jornalismo	COM	129
14.	Cooperativismo	GCO	140
15.	Dança	DAN	135
16.	Direito	DRT	127
17.	Economia Doméstica	EDM	109
18.	Educação do Campo	EDC	151
19.	Educação Física	EFS	110
20.	Educação Infantil	EIN	138
21.	Enfermagem	EFG	148
22.	Engenharia Agrícola e Ambiental	EAA	111
23.	Engenharia Ambiental	EAB	106
24.	Engenharia Civil	ECV	112
25.	Engenharia de Agrimensura	EAM	102
26.	Engenharia de Alimentos	EAL	114
27.	Engenharia de Produção	EPR	107

Ordem	Curso	Código Alfabético	Código Numérico
28.	Engenharia Elétrica	EEL	131
29.	Engenharia Florestal	EFL	113
30.	Engenharia Mecânica	EGM	142
31.	Engenharia Química	EGQ	139
32.	Física	FCA	123
33.	Física - Licenciatura (Noturno)	LCF	143
34.	Geografia	GEO	132
35.	Gestão de Cooperativas	GCO	140
36.	Gestão do Agronegócio	GAG	105
37.	História	HIS	134
38.	Letras	LTR	130
39.	Matemática	MTM	124
40.	Matemática - Licenciatura (Noturno)	LCM	144
41.	Medicina	MED	150
42.	Medicina Veterinária	MVT	116
43.	Nutrição	NTR	117
44.	Pedagogia	PED	118
45.	Química	QCA	125
46.	Química - Licenciatura (Noturno)	LCQ	145
47.	Secretariado Executivo Trilíngue	SEC	137
48.	Zootecnia	ZOT	121

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFV

24/02/2020

Questionário para os coordenadores dos cursos da UFV.

Questionário para os coordenadores dos cursos da UFV.

Esse questionário corresponde a uma pesquisa de Doutorado em Educação (UFSCar), que tem por objetivo identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes na educação superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU, a partir do caso da UFV.

***Obrigatório**

1. Nome *

2. E-mail *

3. Coordenador(a) do curso de: *

4. Comentários

SISU na UFV

24/02/2020

Questionário para os coordenadores dos cursos da UFV.

5. Para a implementação do SiSU na UFV foi realizada alguma consulta aos funcionários e docentes (ou seus representantes) sobre a adesão ao Sistema? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, todos os funcionários e docentes.
- Sim, alguns funcionários e docentes.
- Sim, apenas os representantes dos centros de ensino.
- Não

6. Aconteceu alguma reunião solicitada por parte da Universidade com os docentes para explicar novo processo de seleção? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Você participou dessa reunião? *

- Sim
- Não

8. Você já tinha algum conhecimento sobre o SiSU antes da UFV aderir ao Sistema?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Breve conhecimento

24/02/2020

Questionário para os coordenadores dos cursos da UFV.

9. No seu departamento ocorreram mudanças em relação aos perfis dos estudantes que ingressam no curso? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. Caso a resposta anterior seja positiva, descreva qual foi essa mudança e como você e os professores do departamento lidaram com essas mudanças.

11. Você acredita que exista uma relação do SiSU com a rotatividade (mudança de curso) dos estudantes dentro da Instituição? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. Com relação ao seu Centro de Ensino, o curso de graduação em que você atua como coordenador(a) foi o mais procurando pelos estudantes em 2016 e, até 2018/2, teve maior índice de mudança de curso. Você e o departamento tinham conhecimento sobre esse índice? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

24/02/2020

Questionário para os coordenadores dos cursos da UFV.

13. O que você acha que está acontecendo com esses estudantes? Para quais cursos os alunos estão indo? Quais são os motivos, que você acredita, que influenciam para que os estudantes estejam mudando de curso? *

Sobre o curso e os estudantes.

Você deverá responder de acordo com a realidade do curso de graduação em que atua como coordenador(a).

14. Os alunos que ingressam no curso apresentam dificuldades? Quais? *

15. Qual o índice de reprovação do curso? *

16. Em quais disciplinas esse índice é mais alto? *

24/02/2020

Questionário para os coordenadores dos cursos da UFV.

17. Os alunos procuram os professores, a coordenação de curso ou de departamento para relatar e pedir ajuda para suas dificuldades?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, muitos alunos vêm nos procurar para relatar alguma dificuldade.
- Sim, mas são poucos alunos que vêm nos procurar para relatar alguma dificuldade.
- Não

18. O departamento do curso participa de algum Programa de Tutoria ou apoio institucional aos estudantes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19. Caso a resposta anterior seja positiva, cite os programas de tutoria de apoio institucional que o seu departamento oferece aos alunos do curso. *

24/02/2020

Questionário para os coordenadores dos cursos da UFV.

20. Vocês têm desenvolvido alguma ação ou projeto específico para auxiliar estudantes e mudar esse índice de mudança de curso? *

21. Para finalizar, escreva qual é sua visão sobre o SISU. *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFV

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS ESTUDANTES

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome, idade, sexo, estado civil, ocupação atual, cidade/estado de origem e endereço atual.

2. DADOS DA FAMÍLIA

Pai - Ocupação atual, escolaridade.

Mãe - Ocupação atual, escolaridade.

Irmãos - Quantos? Idade e escolaridade.

Filhos - Quantos? Idade e escolaridade.

Sobre a organização da família, Renda...

3. SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR

Falar da escolaridade desde o início (educação infantil, por exemplo,) até o ingresso na UFV.

Alguns pontos para questionar:

Com quantos anos começou a frequentar a escola?

Como foi o ensino fundamental? Onde estudou?

Sobre o ensino médio - Onde cursou? Trabalhou durante esse período? Com quantos anos concluiu? Já sabia qual curso queria fazer?

Como foi a preparação para o ENEM? Fez 'pré-enem'? Quantos anos? Onde? Era bolsista? Trabalhava? Qual foi a nota obtida no ENEM? (Quais foram?)

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR: INGRESSO E PERMANÊNCIA

Falar do processo de escolha do curso e a trajetória acadêmica até atualmente. Alguns pontos para questionar:

Como foi esse processo de escolha no SISU? Você conhecia o sistema?

Como foi a escolha do curso?

Por que escolheu a UFV?

Essa era sua primeira opção?

Usufruiu de alguma Ação afirmativa? Qual?

E sua família, o que achou da sua escolha? Eles influenciaram a escolha?

Quais eram suas expectativas ao ingressar? Elas foram atingidas?

Descreva sua vivência acadêmica. Alguns pontos para questionar:

Como foi sua trajetória dentro da UFV? Quais foram as dificuldades encontradas? Onde buscava apoio para suas dificuldades?

Como fazia para lidar com as disciplinas? Foi reprovado em alguma disciplina?

Como era a sua relação com os outros estudantes? E com os professores?

Quais atividades acadêmicas você já realizou? Você foi bolsista? Participou de algum projeto extensão, pesquisa, grupo de estudo ou PIBID? E atualmente?

Qual/quais motivo(s) o levou(levaram) à mudança de curso? Como ocorreu esse processo de mudança? Já sabia o curso para o qual queria mudar? Como foi esse processo? Por que escolheu permanecer na UFV?

E, hoje no novo curso, como está sendo sua vivência acadêmica? Teve dificuldades para a adaptação? E as disciplinas? Onde busca ajuda para suas dificuldades? O curso está atendendo suas expectativas?

E sua família, apoiou sua mudança?

Quais suas expectativas ao se formar?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Rodovia Washington Luis, km 235, CEP 13565-905,
Caixa Postal 676 – São Carlos, São Paulo, Brasil
secppge@ufscar.br
Telefone/fax: +55 (16) 3351-8356

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ESTUDANTES

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A rotatividade dos estudantes nos cursos de graduação da UFV: as influências do Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre as estratégias de acesso e permanência no ensino superior”. Nesta pesquisa pretendemos identificar e analisar as influências do SISU na definição de estratégias de acesso e permanência de estudantes no ensino superior, visando compreender a correlação entre a rotatividade dos estudantes nos cursos e o SISU a partir do caso da UFV. O motivo que nos leva ao estudo é a possibilidade de contribuir futuramente para a ampliação do conhecimento a respeito das políticas de ensino superior e a auxiliar futuras ações da UFV nas condições de permanência dos estudantes de graduação.

O Sr.(a) foi selecionado para participar dessa pesquisa por ter ingressado na UFV, pelo SISU, no ano de 2016 em um dos cursos de graduação com maior índice de candidato por vaga e mudou de curso até o primeiro semestre letivo de 2018. O seu endereço eletrônico nos foi fornecido por meio dos registros da Universidade.

Nesta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: uma entrevista com um roteiro semiestruturado, no qual você será entrevistado por cerca de 30 minutos. Solicitamos sua autorização para gravar a entrevista. Informamos que seu nome será omitido e substituído por um pseudônimo a fim de que sua privacidade seja preservada. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem na possibilidade de desconforto ou constrangimentos pelo fato de você vir a se sentir pessoalmente incomodado(a) ou exposto(a) em algumas questões formuladas. A pesquisa contribuirá de forma direta e/ou indireta à comunidade acadêmica e aos próprios alunos participantes da pesquisa, uma vez que os resultados proporcionarão uma reflexão sobre o processo formativo dos alunos da Instituição.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Júlia da Silva Rigo

Doutoranda no Programa de pós-graduação em Educação

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Telefone: (64) 99922-4558

E-mail: juliarigo91@gmail.com

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes

Docente do Programa de Pós-Graduação e Educação

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Departamento de Educação – DEd/ Sala 05/ Tel: (16) 3351-8364

E-mail: cristinagfer@ufscar.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos,
Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP –
Brasil.

Tel: (16) 3351-8110.

E-mail: cephumanos@power.ufscar.br